



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

ROBSON ANTONIO RODRIGUES

**OS CAÇADORES-CERAMISTAS DO SERTÃO PAULISTA:
UM ESTUDO ETNOARQUEOLÓGICO DA OCUPAÇÃO
KAINGANG NO VALE DO RIO FEIO/AGUAPEÍ**

**SÃO PAULO
2007**



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

ROBSON ANTONIO RODRIGUES

**OS CAÇADORES-CERAMISTAS DO SERTÃO PAULISTA:
UM ESTUDO ETNOARQUEOLÓGICO DA OCUPAÇÃO
KAINGANG NO VALE DO RIO FEIO/AGUAPEÍ**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marisa Coutinho Afonso

**Tese Apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Arqueologia, do
Museu de Arqueologia e Etnologia da
Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Doutor em
Arqueologia.**

**SÃO PAULO
2007**

ROBSON ANTONIO RODRIGUES

OS CAÇADORES-CERAMISTAS DO SERTÃO PAULISTA: UM ESTUDO ETNOARQUEOLÓGICO DA OCUPAÇÃO KAINGANG NO VALE DO RIO FEIO/AGUAPEÍ

Tese Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Arqueologia.

COMISSÃO JULGADORA

Orientadora: Prof^a. Dra. Marisa Coutinho Afonso – MAE/USP/SP

1º Examinador: Prof. Dr. Astolfo Gomes de Mello Araújo – USP/SP

2ª Examinadora: Prof^a. Dr^a. Fabíola Andréa Silva – MAE/USP/SP

3ª Examinadora: Prof^a. Dr^a. Niminon Suzel Pinheiro – UNIRP/Rio Preto

4ª Examinadora: Prof^a. Dr^a. Silvia M. S. de Carvalho – FCL/UNESP/Araraquara

São Paulo, junho de 2007

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, tanto a nuclear como a extensa, e gostaria de dizer que, apesar de todas as limitações, deficiências e incertezas, é possível que um filho de operário chegue a receber esta titulação. Espero que, como eu, muitos outros filhos do meio popular e operário tenham acesso à universidade pública, pois acredito que com políticas públicas adequadas e programas universitários que ofereçam apoio social, cada vez mais as condições de permanência na universidade serão ampliadas para que mais jovens dessas classes populares consigam ser doutores.

Também faço uma dedicação especial a toda à comunidade da aldeia Índia Vanuíre que me acolheu e que espero poder contribuir com novos trabalhos para a melhoria da qualidade de vida local da aldeia, também espero que no futuro nossos laços de amizade se estreitem cada vez mais. Essa comunidade que tem um histórico de luta cotidiana constante e que vem mostrando, a cada dia, o quanto se pode aprender com as relações construídas na diversidade cultural.

Por fim quero deixar registrada uma singela homenagem a dois professores que muito marcaram minha trajetória acadêmica. A professora Silvia de Carvalho, intelectual incansável na valorização do pensamento indígena e que há vários anos me inspira com seu exemplo de profissional ético e pessoa sensível aos problemas sociais.

A Tom Miller, professor com quem, pessoalmente, tive pouco contato, mas muito aprendi com sua sinceridade e dedicação ao trabalho pela causa indígena.

*“Sorrindo, os dentes à mostra,
o humor brotando fácil e inteligente.
Este povo do riso ensina a viver da alegria.
Um povo, uma cultura, uma sociedade gestando o amanhã”.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese, apesar de se configurar como um trabalho individual, agrega o auxílio de muitas pessoas e instituições. Nesse momento gostaria de enfatizar a solidariedade de amigos e colegas de pesquisa que muito contribuíram para a concretização desse trabalho e expressar minha sincera gratidão.

Inicio os agradecimentos a Profa. Dra. Marisa Coutinho Afonso pela orientação durante a trajetória acadêmica.

Meu agradecimento também a CAPES pela concessão da bolsa de doutorado durante os dois anos e seis meses finais de minha pesquisa.

Do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, gostaria de agradecer a todos os funcionários com quem convivi ao longo dos anos, principalmente ao pessoal da secretaria acadêmica e o pessoal da biblioteca, sempre atenciosos em minhas solicitações. E aos amigos da divisão técnica, o Paulo, a Daria e a Silvia, bem como a todos os professores e colegas. Amigos que conquistei durante os anos de vínculo ao Programa de Pós-Graduação e pelos bons momentos que passamos juntos em diversos trabalhos de campo e pelas discussões sobre o fazer arqueológico.

Deixo registrada minha imensa gratidão aos moradores da aldeia Índia Vanuíre, principalmente Gerson, Nilda e toda sua família, pela acolhida em sua casa e os momentos agradáveis que passamos juntos. Ao Irineu e Ivani por toda a atenção e abertura de suas vidas. Ao Denildo, Edvaldo, Antonio, Sinésio, Maria Aparecida, Jandira, Ena, Antonia Barbosa, Maria da Gloria, Marcos, e tantas outras pessoas que me acolheram, me proporcionaram tantas alegrias vivenciadas durante minha permanência na comunidade e com quem muito aprendi.

Também gostaria de agradecer a comunidade da aldeia de Icatú pela amizade construída e constante dedicação.

Registro, ainda, o agradecimento a FUNAI e a FUNASA pelo apoio a pesquisa e a seus funcionários, pela atenção quando da solicitação de informações e materiais.

Agradeço a Tamimi Borsatto, diretora do Museu Histórico e Pedagógico “Índia Vanuíre”, do município de Tupã, bem como seus funcionários, pela simpatia, acolhida, apoio e disponibilização das condições necessárias para a realização de meu trabalho.

Agradeço também aos diretores dos Museus Históricos e Pedagógicos de Penápolis e Paraguaçu Paulista, pela atenção e abertura de seus acervos para a pesquisa.

Faço um agradecimento todo especial a amiga e pesquisadora da história Kaingang, a Profa. Dra. Niminon Suzel Pinheiro, por todo o material de pesquisa disponibilizado e pelas constantes viagens que realizamos para as aldeias do oeste paulista.

Agradeço ao Prof. Dr. Igor Chmys do CEPA/UFPR, pela atenção e disponibilização de materiais bibliográficos.

A Profa. Dra. Beatriz Landa, da UFGD, pelo seu trabalho e pelas conversas que realizamos, pois muito me auxiliaram no entendimento do trabalho arqueológico em área indígena.

A Profa. Dra. Janete Brigante, pelo trabalho que realizou na aldeia Vanuíre e que acredito continuarão em parcerias futuras.

Agradeço ao João Cavina pelo trabalho topográfico e ao Milson Theodoro pela confecção da cartografia da área de pesquisa.

A todos os amigos(as) e companheiros(as) que me auxiliaram imensamente durante as várias etapas da pesquisa, onde sempre estivemos juntos seja em campo ou em laboratório, principalmente a Solange Nunes Schiavetto, Dulcelaine Nishikawa, Laura Scarpa, Adriana Saraiva, Fábio Grossi, Juliano Meneghello e Grazielle Acçolini.

Bem como gostaria de agradecer a Flávia, Eduardo, Djalma, Cris, Rafael, Caio, Dudu e o Vera. Alunos e colegas que participaram das etapas da pesquisa de campo.

Também quero agradecer aos amigos e companheiros, a Leandra Santos que realizou o trabalho de revisão e ao Helton Galvão pelo árduo trabalho na elaboração da arte gráfica e sistematização de dados.

A Natália Fernandes pelo constante apoio e por estar sempre disponível para as inúmeras conversas e nesse final de trabalho pela leitura e importantes comentários. Ainda, gostaria de registrar a alegria pelo futuro que chega.

Por fim, não poderia esquecer de todos(as) amigos(as) do Centro de Estudos Indígenas “Miguel A. Menendez”, no qual, ao longo dos anos de trabalho e dedicação, tem me proporcionado inúmeras alegrias.

RESUMO

A região compreendida entre os vales dos rios Tietê e Paranapanema, nas terras paulistas, eram tradicionais redutos ocupados pelas populações Kaingang, grupo étnico pertencente ao tronco lingüístico Jê. No início do século XX, com a “pacificação” dos Kaingang, são criados, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), atual Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), os aldeamentos de Icatú, às margens da estrada Penápolis-Aguapeí e o aldeamento Índia Vanuíre, próximo ao rio Feio/Aguapeí, em Tupã, hoje, com a emancipação, município de Arco-Íris, que se estendem até a atualidade nesse modelo.

Estas áreas correspondem a uma pequena parcela do que foi o território ocupado pelas populações Kaingang. A partir de uma perspectiva etnoarqueológica interessa-nos entender a sociedade Kaingang no que se refere a sua produção material, em especial a cerâmica, bem como o seu modo de utilização do espaço e sistema de assentamento, a fim de construir modelos interpretativos sobre aspectos do comportamento e da dinâmica social pretérita e ao mesmo tempo compreender como os diferentes elementos históricos oriundos do processo de expansão capitalista provocaram alterações no modo de ser indígena para a elaboração de um mapa mais claro da ocupação Kaingang no sertão paulista.

PALAVRAS-CHAVE: Kaingang. Etnoarqueologia. Terra Indígena Vanuíre. Sertão Paulista. Território.

ABSTRACT

The area between the Tietê and Paranapanema river valleys, in São Paulo State territory, were a traditional place which was occupied by the Kaingang population, an ethnic group which belongs to the linguistic group named Jê. At the beginning of the 20th century, the villages of Icatú are created, with the “pacification” of the Kaingang by the Indian Protection Service (SPI), the current Indian National Foundation (FUNAI), along the Penápolis – Aguapeí road and so are Índia Vanuíre villages, near the Feio/Aguapeí river, in Tupã, nowadays, with the emancipation of what is known today as the town of Arco-Iris. Those villages of Icatú have spread out wider in this pattern so far.

These areas correspond to a small portion of what once was the territory occupied by the Kaingang population. From an ethnoarchaeological perspective, it may be interesting for us to understand the Kaingang society, focusing upon their material production, especially their pottery, as well as their way of using space and a settlement system, in order to create interpretative patterns about behavioral aspects and past social dynamics. At the same time, it may be useful to understand how the different historical elements coming from the capitalist expansion process caused changes in the Indian way of life to draw up a clearer map of Kaingang occupation in the dry lands of São Paulo territory.

Keywords: Kaingang. Ethnoarcheology. Indigenous Earth Vanuíre. Interior from São Paulo. Territory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	I
A pesquisa.....	III
O problema.....	IV
Desenvolvimento do trabalho de pesquisa.....	VII
Dos Capítulos.....	XI
CAPÍTULO I: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS NA ABORDAGEM ETNOARQUEOLÓGICA	
1.1 A Contribuição etnoarqueológica para os estudos da formação do registro arqueológico.....	17
1.2 Interpretando o registro arqueológico.....	22
1.3 As Escolhas tecnológicas nos sistemas sulturais	28
CAPÍTULO II: CONTEXTO DA ÁREA PESQUISADA	
2.1 A Bacia do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí como área de pesquisa e seu ambiente.....	37
2.2 Um Panorama Arqueo-Etno-Histórico Regional	40
2.3 Fragmentos históricos utilizados no mapeamento geográfico dos antigos domínios Kaingang no “sertão desconhecido”	45
CAPÍTULO III: REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO KAINGANG NO VALE DO RIO FEIO/AGUAPEÍ	
3.1 O espaço territorial ocupado pelos Kaingang.....	57
3.2 As Aldeias Kaingang no Sertão Paulista.....	63
CAPÍTULO IV: A TERRA INDÍGENA KAINGANG REPRESENTADA PELA ALDEIA VANUÍRE	
4.1 O aldeamento Kaingang a partir da ocupação do território pela frente de expansão capitalista no Oeste paulista.....	82
4.2 Terra indígena na atualidade: reocupação do espaço no cotidiano dos postos Indígenas.....	86
4.2.1 Conjuntura atual.....	86
Ocupação das atuais Moradias a Partir da Condição Étnica.....	90
Composição Familiar.....	91
Gênero e Composição étnica.....	91
Faixa Etária.....	92
Mobilidade e Origem.....	92
Situação Econômica.....	92
Subsistência doméstica	95
Plantas medicinais.....	96
Atividade Artesanal.....	97
Situação Habitacional.....	97
Vida Religiosa.....	100
4.2.2 Dinâmica para caça, pesca, coleta e situações de conflito.....	101
Esconderijo perto do ribeirão Iacri.....	102
Ponte queimada em guerra entre índios e não índios.....	102

Aterro de acesso à ponte.....	103
O poção dos índios.....	103
Lagoa da Pedreira.....	103
Acampamento de pesca na Lagoa da Pedreira.....	104
Local de caça.....	104
4.3 A imaterialidade do registro arqueológico: a memória como fonte da mobilidade kaingang na aldeia Vanuíre.....	104
4.3.1 Breve descrição dos fragmentos da memória indígena na configuração do mapa da ocupação local.....	107
Habitações.....	107
A mobilidade da família de Irineu	114
Local dos mortos.....	116
Utilização do ambiente.....	117

CAPÍTULO V: OS TESTEMUNHOS MATERIAS DA OCUPAÇÃO KAINGANG NO OESTE PAULISTA: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO REGISTRO ARQUEOLÓGICO

5.1 Olaria Kaingang: A cerâmica como elemento material da cultura.....	119
5.2 A cerâmica musealizada como fonte analítica: o caso do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre	123
Dados Gerais.....	126
5.3 As formas definidas.....	127
Panelas.....	127
Tigela para beber.....	127
Jarras para bebida.....	127
Formas ecléticas.....	128
5.4 Comparação dos Dados Quanto ao Formato.....	128
5.5 Comparação dos Dados Métricos entre as Formas.....	129
5.6 A decoração Kaingang.....	130
Varição 01: Peças com manchas pretas tanto no lado interno quanto externo de formas variadas que se espalham pelo seu corpo, porém com superfície mais áspera.....	132
Varição 02: Peças com manchas pretas de esfumaçamento tanto no lado interno quanto externo de formas variadas que se espalham pelo seu corpo com posterior brunidura da superfície.....	133
Varição 03: Peças completamente pretas ou com mais de 90% de seu corpo tomado pelo esfumaçamento com processo de polimento posterior (brunidura).....	134
Varição 04: Peças completamente pretas ou com mais de 90% de seu corpo esfumaçado, mas apresentando superfície áspera.....	134
Varições na Decoração	135
Peças Comparativas.....	135

CAPÍTULO VI: A FORMAÇÃO DO REGISTRO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DA ÁREA KAINGANG

6.1 A pesquisa arqueológica na Área – Modular.....	139
Levantamento sistemático.....	139
Intervenções sistemáticas nos sítios arqueológicos.....	145
6.2 Os sítios arqueológicos: breve descrição da intervenção em campo.....	146
Sítios Arqueológicos Coiós 1, Coiós 2 E Coiós 3.....	146
Sítio Arqueológico Coiós 4.....	149

Sítio Arqueológico Fogo 1.....	151
6.3 Variações do artefato no registro arqueológico: dinâmica da cadeia operatória na produção Kaingang.....	154
Procedimentos Analíticos da cerâmica.....	154
6.4 Antigas aldeias Kaingang no vale do rio Feio/Aguapeí.....	160
Sítio Arqueológico Coiós 1.....	161
Sítio Arqueológico Coiós 2.....	163
Sítio Arqueológico Coiós 3.....	165
6.5 Indústria Lítica dos sítios arqueológicos pesquisados.....	167
Os utensílios líticos.....	168
Lascas Bipolares.....	170
6.5 Datação.....	172
6.6 Comparação entre os dados obtidos na análise lito-cerâmica.....	172
6.7 Modos de Enterramento Kaingang na Construção de um Testemunho Arqueológico.....	175
Estruturas fúnebres: testemunhos cerimoniais na formação do registro arqueológico.....	176
Orientação mítica na construção das estruturas arqueológicas.....	181
Espelho da Natureza: montículos Kaingang e seu retorno ao mundo subterrâneo.....	184
CONCLUSÃO.....	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	192
ANEXOS.....	201

INTRODUÇÃO

Os vestígios do passado sempre foram interpretados, principalmente, com base em observações feitas no presente sobre as populações que já desapareceram e deixaram seus materiais espalhados pelo solo. Esses vestígios, por sua vez, não consistem em comportamentos humanos, mas sim em resultados dos procedimentos e produtos desses comportamentos.

Uma observação comumente aceita entre diversos pesquisadores como historiadores, geólogos, paleontólogos e também arqueólogos, entre outros, mostra que o passado, embora nunca diretamente observável, é, contudo, passível de conhecimento (GOULD et WATSON, 1982).

Enquanto ciência a Arqueologia é, antes de tudo, uma forma de olhar o passado das populações humanas, e esse olhar "é um reflexo ou produto de seu próprio tempo (...) como resultado da natureza dinâmica que a disciplina possui" (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000, p. 11).

Segundo Gibbon (1984), muitos princípios metodológicos dizem respeito à natureza do ser humano ou à estrutura fundamental da sociedade, à cultura e ao mundo natural. Outros concernem as estratégias e metas do próprio método científico. Estes princípios têm um impacto significativo no ciclo da ciência porque resultam em advertências ou restrições sobre quais são e quais não são os procedimentos aceitáveis.

Dentre os diferentes postulados teóricos presentes no debate internacional, e a partir da Nova Arqueologia norte-americana, se ampliam as discussões sobre a Arqueologia enquanto ciência. Em Arqueologia as estratégias de investigação, exposição e interpretação são adotadas tendo como guia um fundo de princípios teórico-metodológicos e regras. A discussão teórica da Nova Arqueologia aborda esta ciência a partir de uma visão dinâmica em que a cultura é vista em um contexto processado por mudanças, como algo sistemático. Esta mudança é entendida como uma variação da função do artefato arqueológico no tempo e no espaço.

Nesse contexto, cabe ao arqueólogo explicar as relações que existem entre os distintos tipos de sociedades e suas culturas materiais respectivas, além das distintas classes de sistemas ideológicos e seus correspondentes símbolos materiais que são refletidos nos registros arqueológicos, analisando o desenvolvimento das forças produtivas que estão representadas na inter-relação das diversas atividades dentro de um quadro de categorias históricas representantes de uma ordem geral de desenvolvimento social, que permite não só compreender esses fenômenos arqueológicos como expressão temporal e cultural, como também enquanto expressão dentro da qual se produzem e se constituem enquanto manifestação concreta.

Na atualidade, constata-se um crescimento do interesse em investigar questões mais amplas quanto à dinâmica e ao funcionamento da cultura, principalmente a relação entre a construção simbólica e a materialidade das sociedades, bem como a lógica interna que possibilita a sobrevivência de certos modos culturais (GONZALO, 1995). Esse interesse é fruto de novas orientações que estão envolvendo a Arqueologia, principalmente a partir do debate proporcionado pelo pós-processualismo.

Entendido como o resultado do uso que a Arqueologia sempre fez dos dados etnográficos, a Etnoarqueologia embasa-se nesses estudos na busca de sugestões para a resolução dos problemas arqueológicos, principalmente quando se faz necessário o entendimento da dinâmica e do comportamento de populações pretéritas.

O território brasileiro, nesse contexto, se constitui num extenso leque populacional que se caracteriza pela diversidade cultural a partir de variados sistemas sócio-políticos; uma vasta rede de comunidades inter-relacionadas com um conjunto lingüístico e demográfico de grande heterogeneidade. Além desse fator, muitos são os relatos de cronistas e viajantes que descrevem hábitos e costumes dos primeiros habitantes do Brasil. E, a partir desses relatos, bem como de interpretações posteriores feitas por etnoarqueólogos, é possível visualizar aspectos sociais e culturais, buscando assim um entendimento do modo de ser indígena.

Nesse sentido, essa tese é o resultado de uma pesquisa que se iniciou efetivamente a pouco mais de dois anos com o intuito de começar a se pensar a ocupação humana em uma região muito pouco conhecida pela comunidade arqueológica, já que até o presente momento, nenhum estudo sistemático foi desenvolvido na área da bacia do rio Feio/Aguapeí.

Pelas próprias limitações de tempo e recursos para as pesquisas, muitas lacunas ainda se encontram presentes e em seu conteúdo, mas que darão margem para a continuidade das pesquisas voltadas ao aprimoramento metodológico e técnicas desenvolvidas na área em questão.

Meu primeiro contato com a aldeia Vanuíre se deu entre 1992 e 1993, então aluno iniciante do curso de Ciências Sociais, pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, campus de Araraquara, a partir de uma viagem organizada pela Prof^a. Dr^a. Silvia de Carvalho, orientadora e coordenadora do Centro de Estudos Indígenas “Miguel A. Menéndez” (CEIMAM), grupo este que estou vinculado até a atualidade, juntamente com outros alunos onde iniciamos as primeiras discussões sobre o contexto e situação das comunidades indígenas no oeste paulista.

Essa viagem foi o primeiro contato que tive também com o trabalho da ceramista Kaingang, a D. Candire, já bastante idosa e adoentada. Mesmo assim, trabalhando e produzindo peças a partir de sua ação oleira. Adquirimos um exemplar que se encontra hoje no acervo do Ceimam, muito utilizado nas várias atividades e estudos sobre a produção indígena que desenvolvi durante meu envolvimento com as exposições temáticas organizadas pelo Centro, principalmente durante o evento Ameríndia.

A pesquisa

A região compreendida entre os vales do rio Tietê e Paranapanema, mais especificamente as terras banhadas pelo rio Feio/Aguapeí, alvo de nossa pesquisa, somente agora começa a ser entendida em um contexto etnoarqueológico, apesar de pesquisas arqueológicas realizadas no passado

por diferentes pesquisadores como Morais (1981, 2000); Kashimoto (1997), Kunzli (1991), Thomaz (2002), Maranca (1975); Maranca et all. (1994), Rodrigues (2001), entre outros, no contexto da bacia do Alto Paraná.

O registro arqueológico constituído pelos vestígios materiais que foram formados, transformados e depositados a partir de diferentes fatores naturais e culturais, é um importante elemento no processo de formação arqueológica. Os fatores culturais estão relacionados ao comportamento humano a partir das atividades de produção, uso e descarte dos elementos materiais e que resultam em uma determinada formação do registro arqueológico. Já os fatores naturais são constituídos pelos acontecimentos pós-deposicionais que se formaram a partir do ambiente natural e que atuam nos depósitos arqueológicos. Fatores como a erosão, sedimentação, intemperismo, agentes biológicos, etc., contribuem para sua destruição ou mesmo preservação.

Os processos de formação, portanto, determinam a variabilidade do registro arqueológico, sendo responsáveis pela configuração, modificação e destruição dos sistemas deposicionais dos materiais encontrados nos diferentes ambientes naturais.

Nesse sentido, a Etnoarqueologia, como uma abordagem teórico-metodológica importante para a compreensão dos processos de formação do registro arqueológico, fornece subsídios que possibilitam entender as relações existentes entre o comportamento humano e os vestígios materiais que deles resultam, revelando, além das variabilidades dos processos de formação, seus efeitos físicos e suas regularidades (SILVA, 2000 e SCHIFFER, 1983).

O problema

Compreender as causas e os significados da variabilidade artefactual encontrada no registro arqueológico tem sido um dos principais problemas encontrados pelos arqueólogos que, a partir disso, procuram visualizar o entendimento do modo de vida das populações do passado no que se refere à

produção, uso e descarte de sua produção material. Por isso, nos estudos sobre a dimensão da variabilidade artefactual, leva-se em conta a mobilidade dos processos produtivos dos artefatos presentes na dinâmica da cadeia operatória.

Dentre os materiais produzidos pelos Kaingang a cerâmica passa a receber um tratamento mais detalhado nos trabalhos sobre a cultura material dessa população, principalmente no que se refere aos aspectos relativos a morfologia e usos na perspectiva de "documentar as técnicas, e talvez esclarecer o significado da cerâmica preta polida encontrada em certos sítios arqueológicos do Estado, que certamente não pode ser atribuído à tradição cerâmica tupiguarani" (MILLER, 1978, p.4).

No caso do uso do espaço atual esse só pode ser compreendido ao se considerar "as condições de confinamento, as restrições territoriais e a superpopulação presente na área de estudo, portanto, o transcurso histórico desta população até alcançar os dias de hoje" (LANDA, 2005, p.22).

Nesse sentido, é importante retomar a análise dos diferentes usos e refletir mais detalhadamente sobre a manutenção e destruição dos objetos cerâmicos, tema ainda pouco explorado no trabalho desenvolvido por Miller¹ em 1978 e que se constitui no interesse fundamental para o entendimento dos processos de formação dos registros arqueológicos. Além desse aspecto, é necessário aprofundar-se no entendimento da produção material da sociedade Kaingang, procurando ressaltar a sua relação com aspectos cognitivos, estéticos, ecológicos e simbólicos.

Cabe ressaltar que no Brasil existem poucos trabalhos de pesquisa sobre cerâmica etnográfica a partir de uma perspectiva etnoarqueológica², o que limita as reflexões sobre a cerâmica arqueológica cujo estudo assume, na maioria das vezes, um caráter tipológico e classificatório. Portanto, o estudo que nos propusemos a realizar pode contribuir para a ampliação deste quadro

¹ Trabalho este, intitulado: "*Tecnologia Cerâmica dos Caingang Paulistas*", publicado nos Arquivos do Museu Paranaense.

² Os principais trabalhos etnoarqueológicos são de MILLER, 1978; WÜST, 1981/82; MUCCILLO & WÜST, 1981/82; COIROLO, 1991; OLIVEIRA, 1999; SILVA, 2000; SILVA, 2001; MOI, 2003 e LANDA, 2005.

e, além disso, proporcionar um banco de dados informativo sobre a produção da cerâmica Kaingang.

A partir do estudo de uma coleção etnográfica desta população, que se encontra depositada no Museu Histórico e Pedagógico “Índia Vanuíre”, no município de Tupã, localizado na região oeste do Estado de São Paulo, processamos uma completa documentação que poderá ser importante para futuros pesquisadores, permitindo o detalhamento de informações sobre esta parcela da cultura material Kaingang e de seus saberes tradicionais relativos a seu estilo tecnológico.

É preciso reconhecer a importância de se trabalhar com estes documentos procurando contextualizá-los em termos do ambiente ecológico em que se inserem os indivíduos que os produziram, da sua organização social e modo de ocupação do espaço, da percepção estética, entre outros elementos, para a obtenção de dados relativos a possíveis transformações ocorridas ao longo do tempo na morfologia e nas técnicas de elaboração dos artefatos e no uso de matérias-primas.

Ao mesmo tempo, a pesquisa visa refletir sobre a relação dessas possíveis transformações com aspectos relacionados ao contato desta população indígena com a sociedade nacional e a disponibilidade e acesso às matérias-primas necessárias para a elaboração dos objetos, já que, como bem argumenta Landa (2005), “não é possível estudar uma sociedade centrada nela mesma, desconsiderando o seu entorno e o aspecto relacional que mantém com este” (LANDA, 2005, p.22).

O estudo da cultura material de populações indígenas contemporâneas constitui-se em um objeto privilegiado de pesquisa e aprendizado para os arqueólogos, nesse sentido, visualizando a extensão do território brasileiro, a pesquisa permitiu uma exploração científica sistematizada da área, além de contribuir para o conhecimento sobre a ocupação do sertão paulista pela população Kaingang. A possibilidade de observar e compreender a dinâmica dos processos de produção e uso dos itens materiais, bem como de sua estocagem e descarte, contribuem para a interpretação da área de pesquisa a partir do interesse arqueológico.

No decorrer do processo histórico, os Kaingang, devido ao contato interétnico, diminuíram drasticamente a sua produção oleira. Nesse sentido, estudos contextualizados sobre esse tema são fundamentais na tentativa de preservação deste patrimônio e, juntamente com ele, de aspectos importantes das culturas indígenas sul-americanas.

Nesse sentido, o objetivo principal da pesquisa foi o de entender a sociedade Kaingang no que se refere a sua produção material, em especial da cerâmica, assim como o seu modo de ocupação e utilização do espaço a partir do sistema de assentamento atual, a fim de construir modelos interpretativos sobre aspectos do comportamento e da dinâmica social pretérita.

Ao mesmo tempo visa compreender como os diferentes elementos históricos provenientes do processo de expansão capitalista, provocaram alterações no modo de ser indígena na perspectiva de elaboração de um mapa mais claro da ocupação Kaingang no sertão paulista e a geração de dados que pudessem contribuir com interpretações arqueológicas sobre os processos de formação do registro arqueológico.

Nossa hipótese de trabalho está centrada na idéia de que os estudos sobre produção cerâmica e utilização espacial do sistema de assentamento da sociedade Kaingang no Oeste do Estado de São Paulo, possibilitam uma compreensão das diferentes variáveis responsáveis pela dinâmica da formação dos contextos arqueológicos.

Desenvolvimento do trabalho de pesquisa

O caminho para se atingir o objetivo proposto, percorreu um trajeto marcado pela associação de elementos arqueológicos, históricos e etnográficos presentes na perspectiva etnoarqueológica por meio do qual desenvolvemos levantamentos de dados e informações a respeito da produção material da população Kaingang e como estes percebem o espaço territorial.

No trabalho que desenvolvemos, a problemática permitiu um entrelaçamento que nos levou à campo e, em seguida, ao laboratório e ao

gabinete, sem se esgotar em si mesmo, possibilitando assim, uma permanentemente renovação da pesquisa a cada passo do processo.

Em nosso caso, cabe ressaltar que entendemos como modelo teórico uma abordagem que, a partir do estudo de sociedades contemporâneas, proporciona os meios para formular e testar hipóteses, modelos e teorias que possibilitam responder questões de interesse arqueológico (KENT, 1987; THOMPSON, 1991 e STARK, 1993).

Uma estratégia de pesquisa que visa a produzir uma base de dados etnográficos sobre as relações entre o comportamento humano e o mundo material que possa auxiliar nas teorias sobre os processos de formação dos registros arqueológicos e, ao mesmo tempo, que venha a contribuir para os estudos de cultura material (HODDER, 1982B; LONGACRE, 1991 e DAVID, 1992).

Stiles (1977) vê a necessidade da construção de metodologias para leitura etnológica na extração de dados a serem utilizados na análise do registro arqueológico, já que muitas informações obtidas pela etnografia são inadequadas ao uso arqueológico pelo fato de que muitos dados importantes para os arqueólogos não são registrados.

Nesse sentido, os métodos para obtenção de dados utilizados na interpretação arqueológica são desenvolvidos a partir de uma etnografia arqueológica em que o importante é observar a relação entre os processos naturais e culturais na formação do registro em uma perspectiva contextual.

O dado etnográfico, sendo fundamental para entender os processos de formação do registro arqueológico, deve ser recolhido em campo a partir de uma observação direta da forma, fabricação, distribuição, significado e uso dos artefatos, a sua colocação institucional e a unidade de organização social correlata entre as populações atuais (STILES, 1977 e GOULD, 1977).

Mesmo sendo difícil encontrar estudos etnológicos que embasem diretamente as análises etnoarqueológicas, pode-se utilizar fontes publicadas, de arquivos, de resultados experimentais, pesquisa de campo etnográfica,

pesquisa museográfica, etc. (GONZALO, 1995; SILVA 2000). O que implica, de algum modo, uma relação entre dados das sociedades historicamente conhecidas e o conhecimento do passado arqueológico. Ou seja, a “explícita integração dos dados etno-históricos e etnográficos com os dados arqueológicos” (MONTICELLI, 1995).

Nesse sentido, o percurso que seguimos durante o decorrer da pesquisa, contou com as seguintes estratégias:

1) **Pesquisas bibliográficas** em fontes publicadas e de arquivos, como a literatura e os estudos de etnografia; as publicações e documentos dos viajantes; os documentos constantes em arquivos públicos com o intuito de estabelecer uma revisão da historiografia pesquisada; procurando a obtenção de dados ambientais como clima, água de superfície, vegetação, relevo e tipos de solo; as atividades de subsistência, as relações de parentesco e afiliação com outros grupos; as construções ritualísticas, funerárias, desenvolvidas pela população; o que implica dizer que é na bibliografia etnológica que o arqueólogo

procura resgatar informações a respeito do modo de vida das populações estudadas, no que se refere, por exemplo, à produção e significação da sua cultura material, padrão de subsistência e assentamento, uso do espaço, deslocamentos territoriais e contatos com outras populações” (SILVA, 2000, p.42).

2) **Pesquisas etnográficas em campo** por meio de observação direta e participante orientada arqueologicamente³, a partir de uma estratégia que permitiu observar diretamente a relação entre as condutas, a tecnologia cerâmica e a espacialidade, inclusive por meio de pesquisas arqueológicas em antigas aldeias, procurando vislumbrar o que mudou e o que não mudou na linha da continuidade histórica dos povos atuais. Em campo, a observação e o

³ A pesquisa de campo seguiu os procedimentos adotados por Silva e apontados em sua tese. “(...) *este trabalho não é uma etnografia tal como a conceberia um etnólogo, mas sim, uma etnografia conduzida por um modo de olhar a realidade, arqueologicamente orientado*” (SILVA, 2000:14). Esse tipo de estratégia de pesquisa é definida por Gould (1977) sob a denominação de *living archaeology*. Um “(...) *esforço empreendido por um arqueólogo ou etnógrafo de realizar um trabalho de campo em sociedades vivas, dando especial atenção à padronização arqueológica do comportamento naquelas sociedades*” (GOULD, 1977:360).

registro foram direcionados para a obtenção de dados que ampliassem e atualizassem a pesquisa bibliográfica inicial no que diz respeito às questões ambientais, atividades de subsistência, produção material e ocupação do espaço desenvolvida pelos Kaingang.

O enfoque principal da pesquisa de campo foi direcionado para a obtenção de dados sobre os registros e mapeamentos das plantas de ocupação das diferentes áreas (domésticas, habitação, industriais, ritualísticas, entre outras) superficiais e sua espacialização, com a utilização de georeferenciamento e a realização de croquis; além da utilização de técnicas de gravação para entrevistas com moradores mais antigos e outros informantes tanto dentro das aldeias como fora, por meio de histórias de vida e entrevistas informais; além de completo registro fotográfico.

Esses elementos são importantes já que, tanto a cerâmica como áreas ocupadas pelas populações Kaingang, são indicadores dos contextos arqueológicos e os estudos sobre conjuntos etnográficos auxiliam nas interpretações arqueológicas, especialmente no que se refere ao problema da variabilidade artefactual. Ou seja, esses elementos possibilitam discutir aspectos sobre os processos de formação dos registros arqueológicos no que se refere às variáveis responsáveis pela disposição e configuração destes diferentes materiais nos contextos arqueológicos.

Com esse procedimento entendemos ser possível trazer para a reflexão arqueológica elementos que são inacessíveis nos registros arqueológicos, mas que são fundamentais para a compreensão de sua formação, bem como para a assimilação do significado da cultura material para a população Kaingang.

3) **Pesquisa museográfica** a partir do estudo e análise de uma coleção cerâmica etnográfica Kaingang que se encontra sob a guarda e curadoria do Museu municipal de Tupã. Esse procedimento auxiliou na compreensão da produção e significação da cultura material.

Os dados extraídos a partir de coleções de museus etnográficos, nos permitem perceber a transformação no tempo, os mecanismos de

transformação do estilo e sua classificação; entender como um determinado grupo classifica o seu objeto, além de perceber a tipologia construída e as nuances de variação. Com a pesquisa museográfica pode-se manipular artefatos coletados dentre a população indígena e adquirir informações sobre o seu uso e fabricação e a possível transformação ocorrida no que se refere à utilização de matérias-primas e processos produtivos.

Dos Capítulos

A presente tese está estruturada em seis capítulos onde desenvolvemos as discussões a partir da correlação de fontes históricas, arqueológicas e etnográficas, para uma organização e articulação das idéias centrais apresentadas na conclusão.

O primeiro capítulo aborda aspectos da perspectiva Etnoarqueológica a partir dos estudos da formação do registro arqueológico e sua interpretação. O Segundo capítulo apresenta um panorama da área pesquisada no contexto da bacia do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí, no Planalto Ocidental Paulista, região oeste do Estado de São Paulo, além de um panorama do contexto arqueo-etno-histórico que fundamenta a construção do mapeamento geográfico dos antigos domínios Kaingang na região pesquisada.

A partir das pesquisas em fontes históricas foi possível construir um mapa da distribuição das ocupações desta população indígena no Oeste Paulista e posterior enfoque nas aldeias localizadas próximas a calha do rio Feio/Aguapeí e seus afluentes

O território Kaingang é apresentado com detalhes no capítulo III a partir de uma reflexão que tem como elemento principal seu modo de organização social e utilização espacial na formação de suas aldeias nas terras do sertão paulista..

No IV capítulo procuramos realizar uma discussão sobre a memória enquanto instrumento de pesquisa e fonte de informações para os estudos arqueológicos. Esta análise se baseia numa percepção da atual da situação vivida na aldeia Vanuíre, a partir do grupo étnico Kaingang, percebendo como as novas situações impostas pelos agentes do SPI foram administrando o aldeamento com a estruturação do Posto Indígena, bem como os próprios indígenas vão percebendo essa situação e se movimentam para ocupar os seus espaços.

A reflexão do capítulo V se fundamenta nos testemunhos materiais oriundos da olaria Kaingang, principalmente a análise de coleção cerâmica já musealizada e como o estilo decorativo e suas variações presentes na cerâmica, podem auxiliar na compreensão presença Kaingang no contexto da área pesquisada.

Por fim, no capítulo VI, a discussão apresentada diz respeito ao registro arqueológico a partir da leitura das estruturas presentes nos sítios arqueológicos localizados no contexto da bacia do rio Feio/Aguapeí e que se traduz na contínua presença Kaingang em terras do oeste paulista.



CAPÍTULO 1

**PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS NA ABORDAGEM
ETNOARQUEOLÓGICA**

1.1 A Contribuição etnoarqueológica para os estudos da formação do registro arqueológico

Na Arqueologia as estratégias de investigação, exposição e interpretação são adotadas tendo como guia um fundo de princípios teórico-metodológicos e regras. Muitos arqueólogos tendem a enfatizar fases particulares do ciclo da ciência, semelhante ao sítio escavado, sua experimentação, construção teórica ou experiência quantitativa. Por isso, as regras e os princípios metodológicos são importantes, pois auxiliam na adoção de questões que colaboram com a pesquisa em desenvolvimento.

Se pensarmos a partir do resultado das pesquisas que procuram entender as populações atuais como a etnológica, perceberemos que seus pesquisadores não têm acesso a certos fatores do comportamento humano. Nesse sentido, esta situação pode ser superada “por meio de hipóteses que tem implicações para esses comportamentos” (WOBST, 1978:303).

Enquanto a Arqueologia tradicional tomava o objeto como fato, a processual procura abordar os artefatos em um contexto sistemático em que esses são produtos de um processo integrativo. Sua meta é fazer uma Arqueologia científica que possa criar modelos a serem desenvolvidos no contexto arqueológico. Nesse sentido, formula um modelo geral em que as condições de visibilidade vão permitir a ligação entre o registro arqueológico e a realidade social que o produziu.

Nesse contexto, a cultura é definida como sendo um sistema complexo e, portanto, é necessário pensá-la como um elemento de múltiplas variações. Pela análise sistêmica é importante ter presente a dinâmica que se processa nas organizações culturais. Na mudança ou continuidade cultural é necessário considerar todas as variáveis possíveis levando-se em conta as informações morfológicas, tecnológicas e funcionais, em um conjunto que permita compreender as questões levantadas para a problemática apresentada.

Este pensamento tem em Binford (1962) o seu principal impulsionador, introduzindo-lhe a aproximação sistêmica do uso de modelos e apontando, a partir da interdependência funcional de todos os elementos do sistema cultural, a possibilidade de estudar as esferas destruídas da cultura a partir da esfera do material sobrevivente. As culturas arqueológicas já não são mais consideradas meramente como a soma total de seus tipos artefatuais preservados. Cada elemento tem uma maneira independente e igualmente significativa de ser percebido, como por exemplo aspecto estilístico e, portanto, devem ser analisadas como configurações de sistemas funcionalmente integrados (TRIGGER, 1992).

O otimismo sobre as possibilidades da Arqueologia no estudo do ser humano, que parte da idéia de que a cultura material é o reflexo total da conduta humana, se alinha com a aplicação da idéia estatística da probabilidade de acerto das hipóteses e com uma imagem muito clara do caráter sempre enviesado das mostras arqueológicas (MARTÍNEZ, 1993).

A Nova Arqueologia, ao abordar os artefatos em um contexto sistemático em que estes são produtos de um processo integrativo, promove uma crítica aos modelos tradicionais, representados pelo historicismo cultural.

Na visão de Martínez (1993), o historicismo cultural, ao ter por princípio objetivo a distribuição espaço-temporal dos vestígios, está fundamentalmente centrado na cultura material, porém conformando-se apenas com a pura descrição da mesma, concentra-se no recolhimento de dados empíricos sobre toda a escavação realizada. Precisamente por seu enfoque material é que este modelo arqueológico fez muito pouco pelo desenho de técnicas que permitissem transcender o âmbito do artefato e chegar a inferências sobre aspectos não materiais da cultura, que possibilitassem generalizações e construções teóricas conclusivas sobre os fenômenos estudados.

As suposições e hipóteses sobre as relações empíricas atuais no mundo real devem ser distinguidas claramente, pois elas são convenções, ferramentas de pesquisa que poderiam ser melhor descritas como as regras do

jogo da ciência. Nesse sentido, os restos materiais em um local arqueológico são os resultados do comportamento moldado dos povos de sociedades não mais existentes (GIBBON, 1984).

Na história da pesquisa arqueológica, a utilização de dados etnográficos sempre foi uma constante. Porém, novos estudos têm estimulado os arqueólogos a repensar suas análises tipológicas e as classes de objetos na formulação de novas interpretações. Instigados por diferentes correntes teóricas como o Estruturalismo, o Marxismo e a Antropologia Interpretativa, a abordagem Pós-Processual passa a reorientar os estudos etnoarqueológicos. Concentrando sua ênfase nos estudos dos aspectos simbólicos da experiência humana, ressaltam o papel ativo e transformador da cultura material nas sociedades estudadas, o que dá um caráter de diversidade interpretativa dos temas e objetos de pesquisa, bem como, de referenciais teóricos (SILVA, 2000).

Nesse sentido, as novas pesquisas, ao incorporar os trabalhos etnoarqueológicos da Arqueologia Processual, promovem uma crítica a sua abordagem empirista e reordenam a direção dos estudos, contemplando, agora, os sistemas simbólicos dos grupos pesquisados.

[...] Enquanto a Etnoarqueologia Processual procura identificar regularidades interculturais, a Etnoarqueologia Pós-Processual procura entender os princípios estruturais subjacentes à relação homem versus mundo material, específicos em cada contexto (SILVA, 2000 p. 41).

Para Miller (1982), “dados etnográficos orientados em termos de sítios podem ser úteis ao proporcionar possibilidades alternativas para a interpretação de artefatos e estruturas escavadas” (MILLER, 1982 p.297).

Os artefatos, ao terem contextos primários em todos os subsistemas das culturas (tecnológico, sociológico, ideológico), podem produzir, segundo Binford (1962), uma imagem sistemática e compreensiva das culturas totalmente extintas. Portanto, para Binford (1962), somente com o estudo de situações viventes em que poderíamos observar o comportamento e as idéias em conjunto com a cultura material, seria possível estabelecer as correlações e

inferir comportamentos sociais e a ideologia de maneira confiável a partir do registro arqueológico.

O debate travado entre o enfoque processual, iniciado com a Nova Arqueologia liderada por Binford, e a pós-processual, cujo precursor é Hodder (1982a), aponta para posições diametralmente opostas. Enquanto a primeira corrente buscava generalizações em forma de leis para aplicar em distintas culturas, a segunda corrente negava essa possibilidade. Esse último argumentava que o relevante de uma cultura é o código de significados particulares que constitui a chave de seu funcionamento (GONZALO, 1995).

Orser (2000) observa que a Arqueologia pós-processual, principalmente a partir da perspectiva de Hodder, incorpora elementos essenciais a partir dos conceitos de ação, sentido, contexto e história. Nesse panorama possui três princípios que a distingue da processual. A primeira característica define que os indivíduos são apontados como negociadores ativos das regras sociais, em vez de pessoas passivas controladas pela cultura e seus processos. Nesta perspectiva, as ações individuais contribuem permanentemente para a criação e recriação da ordem social, a sociedade passando a ser uma rede social dinâmica e em constante transformação, e não uma estrutura estática. A segunda característica inclui a análise dos processos cognitivos dos atores sociais, em vez de ignorá-los em favor de ações sociais observáveis ou expressões materiais. Deve-se entender os significados por detrás das experiências das pessoas, de forma a ter sentido para elas.

Já a terceira característica define que toda a interpretação do passado deve considerar a idéia de que as ações humanas ocorrem em um contexto cultural e histórico compreensível pelos próprios agentes sociais. A idéia principal desse pensamento afirma que os seres humanos criam seus mundos por meio de ações limitadas a partir da cultura existente em sua época.

Portanto, cabe ao arqueólogo explicar as relações que existem entre os distintos tipos de sociedades e suas culturas materiais respectivas, além das distintas classes de sistemas ideológicos e seus correspondentes simbólicos

materiais refletidos nos registros arqueológicos. Para isso deve-se analisar o desenvolvimento das forças produtivas, retratado na inter-relação das diversas atividades representantes de um quadro das categorias históricas da ordem geral do desenvolvimento social, que permite não só compreender esses fenômenos arqueológicos como expressão temporal e cultural, mas também enquanto expressão dentro da qual se produzem e da qual constituem uma manifestação concreta.

A partir dos dados gerados com a informação coletada de sociedades recentes e sua cultura material, podemos aplicá-los como fontes para gerar hipóteses que possibilitem inferir explicações da dinâmica social pretérita, “considerando a possibilidade de que existam semelhanças quanto as características organizativas das sociedades, seu nível tecnológico, seu entorno ambiental e a conjunção destes aspectos” (FOURNIER, 1994 p.187).

Esses estudos, ao explicitarem as relações entre cultura material e comportamento, procuram fornecer pressupostos teóricos no processo de interpretação arqueológica, o que aumenta o potencial arqueológico, já que considera todas as informações observáveis do comportamento humano.

Por meio do referencial investigativo em questão, é possível entender determinados aspectos do comportamento humano pretérito que, muitas vezes, são deixados de lado em algumas observações arqueológicas. Mesmo usada com cautela e em situações específicas, a analogia etnográfica permite alcançar um conhecimento satisfatório do passado estudado, principalmente quando aplicada às pesquisas em que se observa uma continuidade cultural geograficamente determinada. Para Ascher (1971), a utilização da analogia como instrumento de análise deve seguir alguns procedimentos como: selecionar qual a melhor solução a ser utilizada na interpretação de uma situação arqueológica; investigar diretamente uma determinada área etnológica para compilar os dados necessários para a análise da situação estudada além de criar modelos baseados em dados etnográficos que orientem as interpretações arqueológicas.

Nesse contexto, o conhecimento etnológico passa a ser um direcionador, um norte, que permite ao arqueólogo a busca de informações tanto específicas como gerais para o estabelecimento de correlações entre o comportamento humano e os elementos materiais da cultura. Com a pesquisa etnoarqueológica são fornecidas pistas importantes para interpretar e complementar análises arqueológicas que não contam mais com os dados sobre a sociedade que elaborou, usou e descartou os objetos localizados nos sítios arqueológicos. Trata-se, portanto, de "trazer para a reflexão arqueológica elementos que seriam inacessíveis no registro arqueológico e que são fundamentais para o entendimento dos processos de formação dos registros arqueológicos" (SILVA, 2000 p.16).

1.2 Interpretando o registro arqueológico

Ao deparar-se com um objeto arqueológico, as primeiras questões levantadas são: o que é isto? Para que foi usado? Quem o fez?

Silva aponta para uma série de mudanças no contexto teórico-metodológico, principalmente, a partir da Nova Arqueologia norte-americana. Para essa autora,

[...] um dos procedimentos adotados foi a intensificação da pesquisa em contextos etnográficos a fim de observar e documentar as relações entre o comportamento humano e a matriz material-espacial-ambiental em que ele toma lugar e, a partir disso, desenvolver teorizações sobre os processos de formação do registro arqueológico (SILVA, 2000 p.11).

Para Schiffer (1972, 1983, 1987) o importante é entender o processo de formação e produção do registro arqueológico. Existem aspectos culturais nesse processo e por isso deve-se realizar estudos comparativos. A dinâmica comportamental, presente nas atividades culturais desenvolvidas pelas populações passadas e definidas por meio do contexto sistêmico, gerou alguns materiais que podem ser encontrados no registro arqueológico e que chegam até os dias atuais, muitas vezes de forma bem alterada.

Nesse aspecto, o contexto arqueológico (estático) é constituído pelos materiais que passaram pelo sistema cultural e que agora são objetos do arqueólogo. Quanto mais dados dispor a pesquisa, ou melhor rigor na coleta desses dados, mais completo será o modelo interpretativo.

Procurando entender como o registro arqueológico se formou, bem como sua dinâmica, Schiffer (1975, 1978) desenvolveu estudos sobre os processos de formação a partir da utilização de dados etnográficos e arqueológicos para esta construção. Para ele, os processos de formação do registro arqueológico implicam em uma dinâmica e em uma variabilidade que é definida pela espacialização do objeto, a partir de um ciclo de vida do artefato. Os processos de formação definem a variabilidade, sejam elas formal, quantitativa, espacial ou relacional, dos vestígios arqueológicos em um determinado contexto.

Por isso deve-se ter uma preocupação maior ao entender esse mecanismo, seja esta variação cultural ou natural, na busca do resgate do processo de formação do registro arqueológico e a dinâmica produtiva do artefato que se inicia com a procura da matéria-prima, a confecção do objeto, seu uso, a manutenção e, por fim, o descarte – processos estes geradores do refugo originador do registro arqueológico.

A perspectiva processual, fundamentada em Binford (1962, 1967, 1968), utiliza-se de referenciais análogos da cultura material nas sociedades atuais para estabelecer modelos que serão, a partir das hipóteses geradas de estudos de casos, aplicadas nas análises interpretativas. Esta perspectiva surge em função da preocupação metodológica desse autor em entender os processos de formação do registro arqueológico. Para Binford, os artefatos (estática) e a ação humana (dinâmica) deveriam ser observados simultaneamente.

Nesse sentido, somente mediante o estudo de situações viventes em que poderíamos observar o comportamento e as idéias em conjunto com a cultura material, seria possível estabelecer as correlações e inferir

comportamentos sociais e a ideologia de maneira confiável a partir do registro arqueológico.

Binford (1980, 1983) pautava-se pelos processos de formação do sítio arqueológico a partir dos assentamentos e da ocupação espacial, levando em consideração a variabilidade, a mobilidade, a subsistência e a organização tecnológica, ou seja, as estratégias de uso do espaço pelas populações observadas, a partir da distribuição dos recursos materiais e características ambientais propícias. Nesse sentido, sua principal preocupação era entender a relação homem x ambiente, bem como a função destes contextos na percepção dos diferentes sítios; suas atividades específicas e gerais no contexto ambiental.

Como resultado de suas pesquisas, Binford construiu um modelo de sistemas de assentamentos tendo como base um sítio assentamento com diferentes sítios complementares ao redor, ou seja, a idéia de sistemas de sítios inter-relacionados. Nesse sistema é possível perceber o sítio a partir de uma perspectiva regional em detrimento do sítio em si .

Cada sítio cumpria determinada função que se integrava no conjunto dentro de um padrão de distribuição do sítio na paisagem com conjuntos artefatuais específicos. Os sítios não estão isolados entre si. Constantemente as populações estão criando e recriando aspectos culturais em uma interação cultural e regional. Por isso, é importante ver a localização dos sítios a partir de suas funcionalidades na inter-relação destes. Para esse autor, não é um estudo de caso que irá apontar para explicações, mas a criação de modelos a partir das teorias de médio alcance.

Todas as sociedades possuem territórios de exploração e por isso são delimitadas. Para compreender uma determinada situação arqueológica é indispensável ter uma boa amostragem para apurar os dados quantitativos. Pela recorrência é possível perceber a ocupação e uso do espaço e a funcionalidade do sítio. Nesse sentido, Binford tinha como premissa de pesquisa diferentes atividades realizadas por variados grupos em diversos espaços, o que determinava um problema arqueológico, por isso era

necessário fazer um recorte para selecionar os elementos a serem entendidos. Em sua concepção, a cultura era vista como um mecanismo de adaptabilidade do ser humano.

Seguindo a análise funcional ligada aos padrões de descarte/refugo, Binford quis entender os diferentes depósitos produzidos nas áreas de atividade ou zonas de disposição. Baseando-se em pontos de fogueiras pôde observar detalhes da ocupação espacial populacional, percebendo o descarte primário sem intenção de acúmulo associado a atividade alimentar; áreas de depósito secundário de restos alimentares tendo como referência a posição do indivíduo, ou seja, o local por detrás de quem estava consumindo o alimento; áreas de descanso onde se encontram material aleatório próximo ao local onde o indivíduo se encontrava, como produto de esquecimento primário; área de itens posicionados, colocados com uma intenção e relacionados a desobstrução das áreas utilizadas e as lixeiras secundárias que ficavam no entorno - periferia do local.

Nessa perspectiva, ao vislumbrar o registro arqueológico é necessário perceber o sistema e como a atividade se dá a partir de sua recorrência. Cada conjunto de artefatos é produzido, utilizado e descartado de maneiras diferenciadas que geram registros distintos. Para tanto, Binford constrói o conceito de tecnologia de curadoria e o conceito de expediente que irá definir a variabilidade artefactual. Portanto, a curadoria vem a ser uma tecnologia que gera um tipo de artefato que antecede ao uso, já a expediente é uma resposta a uma necessidade imediata.

Na curadoria a escolha da matéria-prima está diretamente associada ao tipo de utilização futura, ou seja, a maximização do uso, retorno e durabilidade. Aqui, a forma está diretamente ligada a função e o artefato não é descartado de imediato após o uso. A matéria-prima já é previamente obtida e armazenada em alguns casos, pois se sabe em que situação será utilizada. Não é só a subsistência que se apresenta no entendimento do sítio, é essencial perceber as áreas de matérias-primas e produtos para sustento que estão mais próximos.

Para Binford, o padrão de variação da mobilidade tem a ver com a situação ambiental. Nesse sentido, seus modelos estabelecem a definição da relação da variabilidade material dos conjuntos artefatuais no contexto ambiental, inicialmente em uma perspectiva intra-sítio, aplicando, posteriormente, nas situações inter-sítios. No seu modo de pensar modelo de sistemas de sítios era importante perceber essa dinâmica a partir da recorrência da situação. Nessa perspectiva metodológica é de fundamental importância estudar o presente para entender como os processos arqueológicos se formam.

Por sua vez, os estudos pós-processualistas apostam nos estudos de caso, introduzindo temas até então não concebidos pelo processualismo como gênero, relações sociais e simbolismo. Ao compreender o fenômeno cultural é importante perceber que um produto é tanto ideacional quanto funcional.

Na linha pós-processual, Hodder (1982a), baseando-se no relativismo antropológico, desenvolve pesquisas a partir de uma arqueologia contextual. Nesta linha de pensamento, o ser humano é dotado de uma intencionalidade que o diferencia no contexto ambiental. Os processos culturais que formam o registro arqueológico não são independentes de nossa compreensão global da cultura e da sociedade, por isso é necessário uma "adequada compreensão da cultura material em seu próprio contexto de significado", percebido e conhecido no presente, para uma "participação prolongada nas culturas estudadas" (HODDER, 1982^a p.128).

Novas pesquisas, ao incorporar os trabalhos etnoarqueológicos da arqueologia pós-processual, promovem uma crítica a sua abordagem empirista e reordenam a direção dos estudos, contemplando, agora, os sistemas simbólicos dos grupos pesquisados.

[...] Enquanto a Etnoarqueologia Processual procura identificar regularidades interculturais, a Etnoarqueologia Pós-Processual procura entender os princípios estruturais subjacentes à relação homem versus mundo material, específicos em cada contexto (SILVA, 2000 p.41).

A partir dos dados gerados com a informação coletada de sociedades recentes e sua cultura material, os mesmos podem ser aplicados como fontes para gerar hipóteses que possibilitem inferir explicações da dinâmica social pretérita, “considerando a possibilidade de que existam semelhanças quanto as características organizativas das sociedades, seu nível tecnológico, seu entorno ambiental e a conjunção destes aspectos” (FOURNIER, 1994 p.187).

Esses estudos, ao explicitarem as relações entre cultura material e comportamento, procuram fornecer pressupostos teóricos no processo de interpretação, o que aumenta o potencial arqueológico, já que considera todas as informações observáveis do comportamento humano.

Estudando a adaptabilidade humana ao ambiente, Gould (1978) percebeu que determinadas buscas de materiais têm a ver com o comportamento do grupo. Seu trabalho foi baseado em uma pesquisa arqueológica contínua ao longo do tempo da ocupação humana no deserto ocidental australiano.

Embora criticando e mesmo não utilizando a idéia de analogia, Gould (1971, 1978) acaba aplicando esse conceito. Esse arqueólogo utiliza a idéia dos padrões para localizar sítios arqueológicos reconstituindo, assim, as cadeias operatórias da produção artefactual, já que trabalha com modelos contínuos a partir de estudos de populações atuais.

Da descrição dos processos de produção pode-se identificar vários lugares na cadeia de produção com boas oportunidades para observar a relação entre organização social e o uso do espaço (NEUPERT, 2000).

Várias são as formas de se interpretar o registro arqueológico. Para DeBoer et Lathrap (1979), a interpretação do registro arqueológico, entendido como transformações dos sistemas de comportamento que o produziram, passa necessariamente pela coleta de dados empíricos em sociedades contemporâneas. Por isso, o dado etnográfico é fundamental e quanto maior for o número de dados, melhor será a interpretação. Na visão desses autores,

a variabilidade artefactual do registro arqueológico envolve variabilidades comportamentais que precisam ser consideradas em uma análise.

Observam Borrero et Yacobaccio (1989) que o registro arqueológico, por sua própria natureza, é estático, sendo que um mesmo grupo cultural produz diferentes registros. É formado por artefatos, ecofatos e estruturas dentro de uma matriz espaço-temporal determinada, em que os padrões são estabelecidos pelos arqueólogos a partir de generalizações sobre os dados empíricos. Deste ponto de vista, o estudo das sociedades atuais constitui-se no estabelecimento de causas que expliquem a formação do registro arqueológico. E, portanto, a análise etnoarqueológica proporcionará modelos e hipóteses adequados para serem contrastados com o registro arqueológico.

Por fim, vale ressaltar que toda comunidade humana está em processo de mudança contínua a respeito dos materiais que utiliza. Em qualquer momento de sua existência alguma proporção de materiais está entrando em desuso e se decompondo, enquanto outros e novos materiais estão sendo somados em substituição (ASCHER, 1971). É essa dinâmica cultural, fruto do processo de transformação social, inerente a todos os grupos humanos, que deve se fazer presente no momento em que o arqueólogo utiliza-se de um referencial teórico para desenvolver suas investigações e posterior interpretação do registro arqueológico.

1.3 As escolhas tecnológicas nos sistemas culturais

A noção de cultura, definida a partir de diferentes concepções teóricas, surge com o intuito de justificar a diversidade presente na humanidade. Em seus primórdios, define o estado do ser; aquele que é cultivado.

Com o surgimento da Antropologia e suas correntes de pensamento, o conceito de cultura⁴ passa a ser entendido dentro de determinados parâmetro teóricos. Com o advento do pensamento evolucionista, principalmente a partir

das idéias de Taylor, a cultura passa a ser definida do ponto de vista conceitual, definindo diferentes sociedades. Mesmo tentando se contrapor aos pensamentos racistas da época (século XIX) justifica o colonialismo, no qual o pressuposto comparativo tinha como horizonte a sociedade européia. Nessa perspectiva, definia-se que todos os seres seriam iguais enquanto espécie, porém em estágios diferenciados, mas que bastava seguir a evolução para se chegar ao mesmo estágio da sociedade ocidental.

Com os pressupostos teóricos definidos por Boas (1940), começa-se a desenvolver um pensamento crítico em relação a concepção evolucionista. Para o autor, a cultura deveria ser entendida dentro de um sistema normativo, a partir de uma trajetória histórica própria, ou seja, a cultura estabelece as diferentes normas de conduta no interior de um determinado grupo humano, podendo ser entendida apenas em sua própria contextualização. A base desse pensamento estabelece a busca pela compreensão do ser humano em vários aspectos da inter-relação entre a cultura e outros aspectos como o biológico, o psicológico, etc. A cultura tem a ver com a tradição do grupo, portanto é histórica. Partindo-se dos traços da ligação entre os diferentes elementos culturais, torna-se possível compreender a difusão desses traços que, ao serem agrupados, definem uma área cultural.

A partir das teorias funcionalistas, a noção de cultura passa a ser definida para além do corpo do indivíduo (aspecto biológico), fundamentada nas necessidades básicas. Nesse contexto, a cultura passa a ter a função de satisfazer as necessidades, sejam elas primárias, como a alimentação, sejam necessidades derivadas, como, por exemplo, a religião. Na concepção de Malinowski, a cultura é um elemento instrumental para suprir as necessidades fisiológicas. Para entender o processo de formação da cultura é necessário aprofundar-se em um complexo sistêmico e, portanto, entender como a cultura funciona dentro desse sistema, já que um determinado elemento não pode ser entendido por si só. Nesse ponto de vista, o que se propaga são as instituições e não os traços culturais.

⁴ Observar CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 1999. LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Brasília. 14ed. Jorge Zahar. 2001.

Pela formatação teórica da escola francesa, o conceito de cultura começa a ser definido no bojo de uma teia de significados; em um plano das idéias simbólicas. Existe uma estrutura do pensamento humano cuja cultura é o elemento ordenador.

Dentre os diferentes pressupostos do pensamento antropológico, um recorte conceitual vai sendo definido e se fortalecendo com os estudos de tecnologia. Os estudos dos sistemas tecnológicos não são únicos já que cada escola de pensamento discute o conceito a partir de seu referencial teórico. De modo geral a história da antropologia da cultura material sempre se preocupou em estudar o objeto acabado de modo descritivo, ou seja, a morfologia, o aspecto físico, a tipologia, com a inclusão do contexto ambiental e o modo de vida de um determinado grupo. Porém, deve-se entender o processo produtivo como algo significativo, principalmente entre a relação de uso e descarte do material.

A tecnologia, mesmo não tendo um conceito único e acabado, deve ser entendida como uma construção social cujas vertentes dizem respeito às práticas, representações e os meios de transformação social. Na concepção de Lemonnier (1992), o corpo é uma ferramenta e o uso de um determinado objeto está diretamente ligado a psique humana a partir de técnicas corporais. O uso não é dado pela natureza mas sim por condições culturais e de aprendizado educacional, portanto, o uso do corpo será culturalmente elaborado, definindo, assim, a produção material. Nesse sentido, o gesto e a técnica serão apreendidos culturalmente a partir do corpo, que define todo processo produtivo.

As técnicas corporais instrumentalizam a produção material e, portanto, todo modo de confecção do objeto será fundamental para compreender o resultado. Esse aspecto aponta para uma compreensão de todo o processo de produção, a partir da cadeia operatória que se inicia com o gesto. Para se entender os artefatos analisados é necessário estabelecer situações de comparação, pois existem tendências particulares próprias da produção do objeto e a sua própria condição.

Alguns elementos interpretativos são passíveis de definição já que definem o *modus operandi* da ação humana. A técnica, entendida como a ação efetiva sobre a matéria, estabelece a interação entre diferentes elementos como a própria matéria, a energia definida pela força utilizada, os objetos instrumentalizados, o gesto e o conhecimento investido na produção.

Nesse aspecto, é necessário definir a cadeia operatória, isto é, a seqüência de operações na realização da transformação da matéria em objeto, a partir da complexidade de técnicas utilizadas para se chegar ao resultado, em um sistema tecnológico que se movimenta partindo de um conjunto de diferentes variáveis.

O sistema tecnológico, sendo o resultado de um complexo integrado que possibilita a compreensão do objeto estudado, apresenta níveis de entendimento que se configuram pelas técnicas em si, ou seja, a ação efetiva sobre a natureza, os diversos conjuntos de técnicas e o sistema técnico em relação aos demais aspectos do sistema cultural.

Ao se desenvolver estudos da tecnologia percebe-se que existem aprendizados culturais que provocarão escolhas tecnológicas a serem executadas na produção de determinados objetos. Nessas escolhas estão as arbitrariedades culturais que particularizarão a configuração do sistema tecnológico e, portanto, definem a compreensão de um grupo e suas diferenças, em um processo produtivo. O objeto não terá significado apenas no fim, mas durante o seu processo de elaboração. Esses significados envolvem uma série de questões advindas da relação do ser com o meio e, também, da relação entre os próprios seres.

Mas afinal o que é tecnologia?

No contexto dos estudos da tecnologia, o conceito pode ser definido como uma construção social em uma forma sistêmica que é apreendida a partir de um processo de socialização do conhecimento, mas que necessita de uma experiência prática, em uma leitura e releitura do próprio modo de construção do conhecimento que são transmitidos entre as gerações e que possuem um conjunto de significados.

Aqui, a tecnologia é entendida como um processo social e a cadeia operatória é o dado básico pois é nela que se percebem as escolhas do agente transformador da matéria: o artesão. Para tanto, deve-se compreender a situação técnica a partir de um processo em que se observam os agentes e a energia dispendida para a ação dos mesmos como a matéria-prima e sua obtenção, a confecção de objetos, os instrumentos empregados, a utilização e o descarte dos utensílios confeccionados, dentre outros elementos.

Nesse contexto, a tecnologia é vista como uma forma de expressão cultural e, portanto, a noção de estilo tecnológico estabelece uma perspectiva entre a relação do comportamento humano e a produção material. No processo produtivo, o estilo, definido como o modo de fazer algo ou alguma coisa, envolve escolhas dentre as possibilidades alternativas, a função e a peculiaridade de tempo e lugar. É um instrumento multidimensional e multifuncional, utilizado para gravar ou deixar uma marca. É algo que existe na variabilidade que se concretiza na produção de um objeto; que pode ser palpável e observado em uma categoria.

Esse conceito se concretiza a partir das escolhas do modo de fazer o artefato em um determinado sistema de representações. O estilo está na forma, como um resultado do processo. Está no resultado das escolhas. O processo é o elemento que permite compreender o comportamento humano e suas escolhas. As escolhas são propagadas nos processos de ensino e aprendizagem. Portanto, o estilo tecnológico possibilita que um determinado processo, uma expressão cultural, um significado, aconteça.

As escolhas, nos sistemas tecnológicos, se configuram por certas arbitrariedades, já que se configuram por uma variedade de situações disponíveis aos artesãos durante a produção, uso e descarte de utensílios. Na opinião de Chilton (1998), a premissa básica para a teoria da escolha tecnológica é que a sociedade escolhe várias opções igualmente viáveis de acordo com a resolução de um problema.

Fatores ambientais e sociais dos sistemas de assentamento e mobilidade, diversidades, fatores ideológicos, simbólicos, religiosos, coerções,

questões de ordem prática e funcional, características de performance e design, prestígio ligado a confecção, influenciam na determinação de sua aplicação.

No que diz respeito aos fatores que influenciam na produção, vários elementos são identificados: escolha, abundância, disponibilidade de matéria-prima utilizada em uma determinada região; mobilidade ou sedentarismo dos grupos humanos; gastos de energia para a confecção de objetos; distribuição de recursos que geram padrões de mobilidade e influência na produção dos artefatos; noção de tecnologia que se baseia em qualidade, quantidade, distribuição a partir da relação custo x benefício para pensar questões de ordem prática e funcional e na compreensão da produção do artefato, por fim determinadas situações sociais que alteram características da produção da cultura material de um determinado grupo.

Portanto, a definição do conceito de escolha tecnológica requer muita atenção na seqüência e contexto do fabrico e o uso do produto acabado, assim é necessário definir atributos que norteiem a compreensão do processo produtivo em um determinado agrupamento humano.

Muitos objetos não são produzidos a partir de um significado apenas prático/funcional. Em algumas situações, os artefatos podem, também, ser produzidos para outros fins, mesmo que sejam produções que aparentam ter uma funcionalidade direta. Considerando sua produção, grau de retoque e resistência, pode-se concluir que determinado objeto produzido não pôde ser utilizado para uma atividade diretamente relacionada, mas sim, como um possível objeto simbólico. Nesse sentido, percebe-se que para se pensar as escolhas tecnológicas é necessário entender o processo produtivo como um todo, a partir, principalmente, do estilo tecnológico dessas escolhas.

Em um trabalho de campo arqueológico quanto maior for a amostragem, melhor será a análise e a compreensão do problema estudado. Deve-se ter, porém, a clareza do que se quer para tomar as melhores decisões em campo. Ser arqueólogo, nesse contexto, implica ter conhecimento dos aspectos teóricos e metodológicos na extração dos conhecimentos necessários

para a compreensão dos problemas definidos. O trabalho de campo deve dar conta de apresentar dados significativos para uma análise do objeto estudado.

Quem fez? Por que fez? Como fez? São algumas questões fundamentais que devem ser respondidas, já que tiveram impactos nas escolhas e na definição final da elaboração do artefato. Esse procedimento é fundamental pois sabe-se que antes de elaborar um determinado objeto, o artesão projeta mentalmente a forma que irá elaborar, transformando a matéria-prima, posteriormente, com o resultado do conteúdo de sua ação enquanto um produtor de artefatos.

Outro elemento a ser abordado diz respeito aos mecanismos responsáveis pela continuidade e mudança de uma determinada tecnologia. A principal idéia que embasa a noção de mudança é a necessidade; idéia esta que pode, porém, variar de grupo para grupo estudado. No registro arqueológico, para se buscar elementos ao entendimento da continuidade e mudança, é fundamental que se tenha um rigor acentuado para maior controle das possíveis variáveis que orientam a compreensão da problemática.

O detalhe da mudança pode ser muito sutil, por isso é importante ter presente o entendimento do *por quê* das escolhas tecnológicas. Quanto maior for o conjunto de elementos, melhor será a interpretação do fenômeno estudado. Para entender a mudança é necessário ter presente as esferas culturais que estão atreladas na rede de significados que estão presentes em um determinado contexto analisado.

As culturas estão sempre se transformando e estas movimentações perpassam também pelas produções materiais, criando uma coisa nova, pela invenção, ou mesmo aprimorando essa criação em sua continuidade, pela inovação, que é desenvolvida pelo artesão e influenciam nas mudanças de longa duração ou mesmo nas mudanças rápidas. Vários fatores como os cognitivos, os evolutivos, os sociológicos e mesmo as questões práticas que são desenvolvidas pela tecnologia influenciam esse processo.

Por meio das observações de Schiffer (1992) percebe-se que a competição entre diferentes sistemas tecnológicos contribui para as mudanças

tecnológicas, já que essas são sempre vistas como algo positivo. Porém, diferentes aspectos de contatos podem contribuir para alterações do sistema sem que se siga uma certa linearidade evolutiva. As mudanças são um processo dinâmico que variam de acordo com as características de performance do sistema tecnológico. As situações vão acontecendo concomitantemente no próprio processo de produção em que os elementos novos vão sendo testados e agregados de acordo com o resultado, ao passo que outros elementos vão sendo abandonados.

A variabilidade artefactual tem que ser entendida a partir de uma perspectiva do designer, tendo presente a história da vida do artefato; sua cadeia comportamental, dada pelo processo de produção, uso e descarte; e pelos processos de mudança que são influenciados pelas atividades e interações entre os próprios indivíduos, entre os indivíduos e os artefatos e mesmo entre os próprios artefatos, sejam estas interações de forma visual, acústica, química ou mecânica, que são estabelecidas pelas escolhas tecnológicas. Portanto, o artefato deve ser entendido dentro de seu contexto comportamental.

Por fim, a mudança acontece dentro de um processo cognitivo a partir de uma percepção e leitura que o ser humano faz do seu ambiente. Porém essa percepção do mundo não é única já que diferentes fatores, fruto da educação, interferem nessa percepção. As mudanças podem ser compreendidas a partir de noções simbólicas e materiais em que as informações, sejam elas frutos de relações intra ou extra grupos, são assimiladas e influenciam nas transformações de modos diferenciados, de acordo com os próprios indivíduos.



CAPÍTULO II

CONTEXTO DA ÁREA PESQUISADA

2.1. A Bacia do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí como área de pesquisa e seu ambiente

A área de pesquisa se insere no contexto do Planalto Ocidental Paulista a partir de uma fração do Planalto Meridional Brasileiro, na Bacia do Paraná. Entre o Vale do rio Paranapanema e rio Tietê, o planalto é cortado por importantes rios, dentre eles destaca-se o rio Feio/Aguapeí (**Prancha 01**)

Segundo informações do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Aguapeí/Peixe (CBH-AP)⁵, a bacia do rio Feio/Aguapeí é formada pelas águas do rio Feio que nascem a uma altitude de 600m entre as cidades de Gália e Presidente Alves e pelo rio Tibiriçá, que nasce a uma altitude de 480m junto à cidade de Garça, percorrendo uma extensão de 420km até sua foz no rio Paraná. Sua área é limitada ao Norte com a Bacia do rio Tietê, a Oeste com o Estado do Mato Grosso do Sul, tendo como divisa o rio Paraná, a Leste seu limite é a Serra dos Agudos e ao Sul encontra-se a Bacia do rio do Peixe.

O médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí envolve os municípios de Adamantina, Alto Alegre, Álvaro de Carvalho, Arco-Íris, Braúna, Clementina, Gabriel Monteiro, Garça, Getulina, Guaimbê, Guarantã, Guararapes, Herculândia, Iacrí, Júlio Mesquita, Lucélia, Luisiana, Oriente, Oscar Bressane, Parapuã, Piacatu, Pompéia, Promissão, Queiroz, Quintana, Rinópolis, Rubiácea, Salmourão, Santópolis do Aguapeí, Tupã e Vera Cruz.

O substrato geológico desta bacia é constituído por rochas vulcânicas e sedimentares da Bacia do Paraná de idade mesozóica e depósitos aluvionares de idade cenozóica. A formação geológica de sua coluna estratigráfica é formada, respectivamente, pelo Grupo São Bento – Formação Serra Geral; Grupo Bauru – Formações Caiuá, Santo Anastácio, Adamantina e Marília; e Depósitos Cenozóicos.

⁵ Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias dos rios Aguapeí e Peixe idealizado pela Fundação Paulista em 1997.

A Bacia do Feio/Aguapeí está inserida na Província Geomorfológica do Planalto Ocidental, que se

[...] constitui na continuidade física do reverso das Cuestas Basálticas, sendo que seus limites foram plotados convencionalmente junto à extensão dos sistemas de relevo peculiares a esta província, onde existem expressivos controles litológicos e estruturais. (CBH-AP, 1997, p. 27).

O Planalto Ocidental geralmente apresenta relevo monótono de colinas amplas e baixas com topos aplainados e morrotes com suave caimento para oeste⁶; cotas altimétricas próximas a 500m nos limites orientais, com planícies aluviais de dimensões variadas, cujo embasamento é, segundo a CBH-AP (1997), constituído por rochas do Grupo Bauru, na grande maioria arenitos que por vezes apresentam cimento carbonático e silicoso.

Nesse contexto as drenagens são predominantemente definidas por rios que tem seu desenvolvimento dentro dos limites da província, mostrando paralelismo de eixos na direção NW-SE. A presença de rápidos e corredeiras é comum ao longo da corrente d'água, estando, geralmente, condicionadas ao embasamento basáltico. A área apresenta como principais associações pedológicas os solos: Latossolo Vermelho Escuro, Podzólico Vermelho Amarelo, Litólico, Planossolo, Glei Pouco Húmico e Areais Quartzosos.

O clima da região caracteriza-se por Tropical Quente e Úmido com chuvas no verão e com 1 a 2 meses de estação seca no inverno. A precipitação média anual é de 1.250mm e a temperatura média anual é superior a 18°C, sendo janeiro o mês mais chuvoso, com precipitação média de 200mm e julho o mais seco, com precipitação média de 25mm.

A região do extremo sudoeste do Estado de São Paulo, na qual se localiza a bacia do rio Feio/Aguapeí, caracteriza-se por um clima tropical quente e úmido (com chuvas de verão), e com 1 a 2 meses de estação seca (inverno). Próximo ao rio Paraná a umidade relativa do ar é maior.

⁶ Uma exceção diz respeito à região mais acidentada de Marília-Garça-Echaporã onde se apresenta o Planalto de Marília com colinas amplas e médias que se desfazem em escarpas, espigões irregulares e vales.

A precipitação média é de 1,250mm, e a temperatura média anual superior a 18°C. O mês mais chuvoso é janeiro, com precipitação média de 200mm, e o mais seco é julho, com a precipitação média de 25mm. Segundo Monteiro (1973), toda esta região, situa-se em zona de transição climática onde a circulação atmosférica é controlada pela dinâmica das massas tropicais, setentrionais e meridionais.

Destas massas de ar, observa-se que a frente polar atlântica é a principal responsável pela produção da maior quantidade de precipitações na região; as massas tropicais setentrionais, responsáveis por instabilidades, são correntes oriundas da Amazônia e provocam chuvas intensas, de curta duração, com alta capacidade erosiva. A intensidade das precipitações chega a atingir mais de 1,6mm/minuto durante o período de 15 minutos.

O uso do solo na bacia em questão é predominantemente definido pela pastagem seguido da utilização para culturas temporárias (feijão, milho, amendoim e algodão), perenes (café, seringueira e laranja) e semiperenes (cana-de-açúcar). Pequenas parcelas são recobertas com vegetação natural, mais próximas aos cursos d'água, em áreas de maior declividade e em pequenos pontos das colinas. Somam-se a esse contexto as áreas urbanas e os sistemas viários.

A vegetação que ainda se observa na região é formada por matas secundárias e capoeiras que sucederam as derrubadas das matas originais primárias e que atualmente se encontram em estado de regeneração. "São constituídos por indivíduos lenhosos, árvores finas compactamente dispostas, e por espécies espontâneas que invadem as áreas devastadas; apresentam desde porte arbustivo (médio a alto) até porte arbóreo (médio a alto)" (CBH-AP, 1997, p. 64). Nessa categoria estão incluídas as matas-galerias que acompanham os cursos d'água, além da vegetação de encostas e alguns locais de colinas.

2.2 Um Panorama Arqueo-Etno-Histórico Regional

A ocupação humana do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí pode ser compreendida, atualmente, por meio de algumas fontes históricas de cronistas e viajantes. Mesmo só tendo as fontes materiais como testemunho dos encontros e confrontos étnico-culturais ocorridos na região, na época pré-contato, as fontes históricas podem fornecer subsídios para o panorama etnográfico da região em tempos remotos, na medida em que admitamos continuidades e descontinuidades no modo de vida indígena no pré e no pós-contato com a sociedade ocidental.

Neste trabalho buscamos uma íntima relação entre as fontes materiais e as fontes escrita, julgando que essas muitas vezes podem se complementar e se contradizer. Até mesmo os relatos de povos indígenas do Planalto Ocidental Paulista não são homogêneos, evidenciando uma ocupação humana antes heterogênea e dotada de múltiplas manifestações culturais. Acreditamos que, em termos arqueológicos, a pesquisa fornece uma multiplicidade de elementos culturais vislumbrados nos vestígios materiais, corroborando uma visão mais positiva deste passado e não mais o encarando como o receptáculo de culturas estáticas que hoje se encontrariam extintas.

Até o século XVIII a região em questão não havia recebido grande atenção dos colonos por ser considerada um “sertão” de pouco valor econômico, servindo somente de passagem para os aventureiros em busca de ouro e riquezas em terras além destes sertões economicamente “inférteis”. A região, porém, não se encontrava desabitada. Nas palavras de Marcel Mano:

“[...] o planalto ocidental paulista poderia ter facilmente servido como região de intenso tráfego de elementos culturais, via de escoamento e corredor de influências porque sitiado, a um lado, pelas serras de Piratininga e o litoral atlântico; por outro pela região do Chaco que se forma a oeste da bacia do Paraná; ao norte pelos campos e matas do Brasil central; e ao sul pelos campos férteis do Paraná e os pampas (...) cada uma dessas áreas geográficas ocupadas por populações indígenas culturalmente diferentes – Guarani (Mbia e Nhandeva), Tupi, Guaicuru-Mbaia, Aruak, Jê, entre outras [...]” (MANO, 1998, p.25).

Esta diversidade étnica é atestada pelo desencontro de informações, nas fontes históricas, concernentes à filiação lingüística dos grupos que foram encontrados na região. Os vestígios arqueológicos já mencionados em fontes históricas e encontrados em municípios da região apresentam, em conformidade com as fontes históricas, indícios desta ocupação heterogênea **(Prancha 02)**.

No período histórico mais recente, com a expansão capitalista implementada de forma mais sistemática nas áreas entrecortadas pelos rios Feio/Aguapeí, do Peixe e Santo Anastácio, acirraram-se os conflitos com as populações indígenas que habitavam esta região provocando, durante o processo de ocupação, as transferências para outras regiões.

Segundo Mellati (1976), a colonização do Planalto Ocidental Paulista foi realizada em três frentes de expansão: a frente dos criadores de gados oriundos de Minas; a frente do café e uma frente caracterizada por uma agricultura mais diversificada. Porém, antes destas frentes e já a partir do século XVI, intensificando-se principalmente a partir do XVIII várias bandeiras percorreram esta região, seguindo para a região matogrossense na busca de indígenas para serem escravizados ou mesmo em busca de minérios.

Nesses períodos históricos já se sabia da existência de populações indígenas nesta região e, até então, conhecidas como Coroados, mas que não despertaram interesses dos bandeirantes como mão-de-obra escrava e que na opinião de Mellati,

[...] talvez por serem mais aguerridos e pouco numerosos em relação ao grande número de indivíduos pacíficos que existiam mais a oeste ou talvez porque tratando-se de falantes de línguas não incluídas no tronco Tupi e que só conheciam uma agricultura muito primitiva não dessem escravos adequados ao tipo de trabalho que lhes seria imposto. (MELATTI, 1976, p. 09).

No período mais recente e já na fase da expansão cafeicultura presente no século XIX, as terras entre os Vales do Paranapanema e Tietê, que até então somente estavam sendo ocupadas por pequenos posseiros,

passam a atrair os plantadores de café que estavam em busca de novas terras para a expansão de suas produções.

No decorrer do período de 1880 a 1910 o Planalto Ocidental Paulista recebeu as primeiras levas de indivíduos ligados à produção cafeeira. Em 1929 a frente de expansão chega na região entre o Tietê e o Aguapeí, atingindo a região de Araçatuba e entre o Aguapeí e o rio do Peixe, na região de Marília. Essa expansão provocou uma frenética procura por terras do oeste paulista com uma disputa acirrada. Em decorrência da procura de terras para o plantio de café, uma onda de especuladores se instaura na região, antes mesmo do movimento de povoamento. Estes tomavam posse de enormes porções de terras que revendiam em seguida sob a forma de loteamentos (Melatti, 1976).

Outro fator fundamental na expansão econômica cafeeira foi a criação e desenvolvimento das estradas de ferro, condicionada pela sua dinâmica, influenciou decisivamente em sua expansão, impulsionando a penetração, exploração e povoamento do Planalto Ocidental do Estado.

A Estrada de Ferro Noroeste foi implantada para facilitar a comunicação comercial e social da região matogrossense por via terrestre já que essa região encontrava-se quase isolada do resto do país. Ao atravessar o espigão entre o rio Feio e o Tietê, uma das áreas em que viviam os Kaingang, vai provocar o choque entre esse povo e a frente de expansão ocidental.

O município de Bauru foi escolhido como ponto inicial dessa linha férrea, tendo em vista que neste município se dava a ligação com outras ferrovias como a Sorocabana e a Companhia Paulista. Conforme a construção da estrada de ferro Noroeste avançava para o sertão, rapidamente iam sendo criadas e se desenvolvendo povoações ao longo de seu percurso (MELATTI, 1976).

O contato com as populações indígenas durante a história da expansão econômica para o oeste paulista foi extremamente violento. Nas descrições da ação dos bugreiros, na ação das frentes de atração

governamental ou mesmo nas hostilidades intratribais descritas com detalhes mínimos pelos agentes expansionistas.

Segundo Melatti (1976), as hostilidades começam em 1886. Antes, porém, comenta a autora que os sertanejos que, ainda no começo do século XIX, tinham penetrado e se fixado em áreas definidas pelos territórios indígenas, não sofreram nenhuma represália por parte desses povos.

Já no começo do século XX, com a intensificação da estrutura de Estado sendo organizada para reconhecimento do rio Feio, promovido pela Comissão Geográfica e Geológica, agravou-se a situação de conflito. A construção da ferrovia Noroeste já em desenvolvimento, intensifica as hostilidades com os constantes ataques violentos porque os engenheiros contratavam bugreiros para exterminá-los. (BALDUS, 1953 apud MELATTI, 1976).

Por intermédio do processo de pacificação das populações Kaingang, em 1912, segundo Pinheiro

[...] houve uma rápida valorização econômica de suas terras e conseqüente demarcação e comercialização, constituindo-se numa invasão legalizada de seus territórios pelos fazendeiros. São responsáveis por isso as companhias de colonização ligadas aos políticos e ao próprio Serviço de Proteção aos Índios. Essa situação, além de demonstrar a corrupção e a valorização dos interesses econômicos de uma elite brasileira, também indicou o perfil da formação da sociedade do Oeste Paulista. O SPI era então o órgão do governo responsável pelo funcionamento e pela administração do sistema que mantinha os índios em reservas, sob controle e vigilância e suas terras disponíveis para as companhias de colonização. (PINHEIRO, 1999, p. 36).

Em termos arqueológicos⁷, não há, ainda, subsídios para elaborar síntese sobre a ocupação da área em questão. Na região compreendida entre os vales dos rios do Peixe, Aguapeí e médio Tietê existe registro exato de um

⁷ Dados extraídos de Caldarelli, S. B. Relatório da prospecção arqueológica no sistema de abastecimento de água do ribeirão dos Índios, 2003.

único sítio arqueológico em Pompéia (PALLESTRINI, 1975), e apenas referências à ocorrência de sítios arqueológicos nos vales dos rios Peixe e Aguapeí não individualizados (MILLER JR., 1972), além de algumas poucas informações orais, o que reflete a ausência de levantamentos arqueológicos na região, e não a ausência de vestígios arqueológicos. Há também referência de material cerâmico encontrado nas proximidades da rodovia Assis-Marília, durante o EIA (Estudos de Impacto Ambiental) do prolongamento da Rodovia Castelo Branco (CALDARELLI, 1993, p. 2003).

Como já salientamos acima, a região do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí foi pouco explorada em termos arqueológicos, sofrendo apenas intervenções esporádicas e sem muito aprofundamento das pesquisas. Mais recentemente, estudos sistemáticos realizados nos arredores da área em questão, principalmente ligados a projetos de salvamento arqueológico, apontam para um grande potencial arqueológico. Um levantamento arqueológico realizado no município de Junqueirópolis, como parte de um estudo de impacto ambiental, identificou a presença de sítios arqueológicos no baixo curso do rio Feio/Aguapeí⁸.

Por fim, esta indefinição conceitual devido à pluralidade étnico-cultural da área constitui-se, do nosso ponto de vista, em fértil campo para as discussões sobre a ocupação dos grupos étnicos na região, questionando modelos científicos implantados acriticamente e já consolidados na Arqueologia Brasileira.

Nesse sentido, a pesquisa que desenvolvemos priorizou a Bacia do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí com especial atenção para as áreas delimitadas pelos afluentes: Ribeirão Iacri, Ribeirão Caingangue e Rio Tibiriçá, cenário onde se procura compreender a interação do homem com o meio em que viveu, produziu conhecimentos e, conseqüentemente, cultura material. Local onde se encontra, na atualidade, a área de moradia Kaingang, assim definido no mapa a seguir a partir do município de Arco-Íris (**Prancha 03**).

⁸ Conforme relatório final idealizado por Caldarelli (2004) para avaliação Arqueológica na área de implantação de Usina de açúcar e álcool.

2.3 Fragmentos históricos utilizados no mapeamento geográfico dos antigos domínios kaingang no “sertão desconhecido”

Procurando entender como a dinâmica da ocupação espacial Kaingang acontecia no contexto da região identificada como “sertão desconhecido”, no oeste do Estado de São Paulo, buscamos nas fontes textuais os dados e informações a respeito dos diferentes locais identificados por ocorrências concretas da presença desse grupo étnico⁹.

Como área piloto, definimos o contexto da bacia do rio Feio/Aguapeí para descrever e identificar essa presença indígena e elaborar um mapa da presença Kaingang nesse contexto.

Informações descritas como canais de drenagem, nomes de fazendas e de proprietários de terras, relatos de antigas escavações se somam a presença de cemitérios, referências de aldeias e acampamentos Kaingang identificados na bibliografia analisada que se entrecruzam para definir o mapeamento dos locais da presença e domínio territorial desse grupo étnico. Estas informações podem ser observadas no mapa dos Fragmentos Históricos da Localização Kaingang na Bacia do rio Feio/Aguapeí.

Em 1904, Cornélio Schmidt em viagem pelo sertão paulista relata que

[...] No Sucury mataram o Germino e o Cardoso, voltaram e queimaram suas casas; logo depois, em pleno dia vieram em número de perto de 200, até o patrimônio da Estiva nas cabeceiras dos Dourados e de dia flecharam criação. Em compensação reuniram-se umas 20 pessoas e seguiram em seu encaço. Assaltaram uma aldeia e mataram, dizem que, dezoito índios. Mas quando voltaram os índios fecharam o Luiz Alemão, que vinha na frente, mas não o mataram. Estes índios parece-me que residem no Aguapeí. Por estes meses de seca, saem para caçar e aproveitam para fazer estripulias. Tem um caminho que sai do Sucury e nas cabeceiras dos Dourados, lugares que freqüentam. Hoje mesmo ao dobrarmos para as vertentes dos Dourados, passamos por um picadão sujo de cerradão e gragoatás” (SCHMIDT, [1904] 1961, p. 410).

⁹ Muitos são os relatos dos locais de conflitos com Kaingang que deixamos de identificar nesse trabalho pelo fato de não configurar áreas da presença fixa dessa população, mas sim de sua mobilidade. Acreditamos, porém, que esses relatos identificam concretamente a presença étnica na ocupação do seu território de domínio.

Dessas primeiras referências que identificam a presença Kaingang na bacia do rio Feio/Aguapeí estão os relatórios da Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo (CGGESP), dentre esses o mais detalhado que trata da exploração do Rio Feio/Aguapeí é o de 1905. Hummel (1905) comenta a presença de um acampamento Kaingang no Córrego Corredeira, na Fazenda São Benedito, propriedade Joaquim dos Santos. Além da presença desse grupo étnico no Ribeirão do Lontra, escreve esse autor que

[...] Até uma hora da tarde tudo correu sem novidade, mas nessa ocasião tinha-se atravessado um brejo de cerca de 80 metros de largura descrevendo uma curva e estava eu subindo além por um barranquinho, quando de repente partiram flechas do mato, denunciando a presença de índios apenas por esta forma, pois não tinham sido percebidos antes [...].(HUMMEL apud CGGESP, 1905, p. 2).

Em outra passagem do relatório da CGGESP, Moura (1905) descreve locais de acampamento próximos ao Ribeirão das trilhas e Ribeirão Pe. Claro, local denominado pela comissão em memória da morte desse sacerdote.

[...] O engenheiro Sant Martin (entre 1889 e 1900) também procedeu a reconhecimento em ambos esse rios. No Peixe desceu até as proximidades do acampamento 'Canoa Podre', e no Feio desceu durante 7 dias até a barra do ribeirão das Trilhas, d'onde voltou depois de um ataque que teve com os índios. [...] Iguamente monsenhor Claro Monteiro, em serviço de catechese, embarcou em 1900 no mesmo ponto que aquele engenheiro, e consta ter chegado até o ribeirão ao qual em sua memória demos seu nome. Esse sacerdote, como é sabido morreu vítima das atrocidades dos índios Coroados. (MOURA apud CGGESP, 1905, p. 3).

Continua Moura em sua descrição e apresenta outro acampamento no Ribeirão do Lontra. “[...] na Lontra também houve uma tentativa de cultura, chegando-se a fazer derrubada de alguns hectares para o plantio, que aliás não pode ser feito pela oposição encontrada por parte dos Coroados.” (MOURA apud CGGESP, 1905, p. 6).

Próximo ao acampamento da Comissão denominado XV de Novembro, nas margens do Rio Feio, Moura descreve mais um acampamento Kaingang. “[...] por falta de condução deixamos alguns doentes e camaradas no rancho do acampamento 15 de novembro. Na noite seguinte a da nossa

partida, os Coroados cercaram o rancho fazendo grande alarido e lançando flechas.” (MOURA apud CGGESP, 1905, p. 7).

Em seu relato, Moura (1905) reproduz uma descrição da localização de uma Aldeia Kaingang a partir do episódio de uma batida de bugreiros.

[...] depois de cruzar o ribeirão Bonito a cerca de uma légua da barra, foram pousar em meio caminho deste com o Palmeira. No outro dia prosseguindo, atravessaram este ribeirão e foram pousar num ribeirão que verte para o sul. Prosseguindo sempre no mesmo rumo, foram dar a meio de uma aldeia na beira de um ribeirão que também fluía para o sul. Encontraram uma área de cerca de cem metros roçada e com trincheiras feitas com troncos de madeira. Dentro havia um rancho grande, de uns 9x3 metros e mais seis de menores dimensões. Daí saíam nove caminhos, que por seu turno conduziam para outros ranchos do aldeamento e daí distantes cerca de cem metros. Estes ranchos eram menores e construídos em meia água. (MOURA apud CGGESP, 1905, p. 8).

Continua o autor comentando que “[...] as aldeias ribeirinhas que encontramos estão a mais de cem quilômetros da cabeceira, enquanto que é provável que o centro delas esteja situada entre as vertentes do Feio com o Pres. Tibiriçá e as deste com a do Peixe” (MOURA apud CGGESP, 1905, p. 8).

Próximo a um afluente do rio Feio, o ribeirão Coroados, Moura faz o relato da localização de uma Aldeia, agora identificada pela própria CGGESP:

[...] Foi no ribeirão dos Coroados (km 74) que encontramos a aldeia com maior grupo de choças. Essas eram em número de 12 e na maioria construídas com três divisões e distantes entre si de 20 a 100 metros. Todas elas estavam ligadas por trilhos de cerca de um metro de largura, completamente limpas. Em derredor o mato continuava em pé, apesar das choças apresentarem vestígios de habitabilidade por mais de ano. (MOURA apud CGGESP, 1905, p. 8).

Outro relator da Comissão, Lima Jr. (1905), identifica a presença Kaingang no rio Feio, mais especificadamente no Salto Carlos Botelho, onde observa um acampamento.

[...] É este o ponto mais belo do rio Feio. Este salto figura nas plantas com a denominação de “Salto Dr. Carlos Botelho”. Encontramos pouco abaixo desse salto um grupo de 19 ranchos em bom estado, parecendo terem sido ocupados por índios que ali pescavam. (LIMA JR. apud CGGESP, 1905, p. 12)

Além dos relatos, o documento cartográfico elaborado pela CGGESP identifica a presença Kaingang numa ocupação localizada entre a foz do ribeirão Tibiriçá e o local de acampamento dessa comissão denominado Jacaré.

Outro importante documento que relata amplamente a presença Kaingang na bacia do rio Feio/Aguapeí foi escrito por Horta Barboza. Esse autor foi responsável pelas frentes de atração idealizadas pelo SPILTN¹⁰ e que resultaram na criação do primeiro aldeamento na região de Promissão, antigamente denominada Hector Legru. Esse primeiro aldeamento foi denominado “Vila Kaingang” e sua implantação se localizou no Ribeirão dos Patos.

[...] Feito o acampamento ao lado dessa estação iniciou logo o tenente Candido Sobrinho a exploração da mata que a circundava, resultando daí a descoberta de que se achava num lugar muitíssimo freqüentado pelos índios e por isso mesmo muito próprio para a fundação do projetado centro de atração. [...] seguindo por um dos trilhos mais batidos, foi o tenente Sobrinho esbarrar a 2 km da estação com o Ribeirão dos Patos, num ponto de passagem dos silvícolas e onde convergiam para todos os lados numerosos caminhos com sinais de serem muito trafegados. [...] Para aí resolveu ele transferir imediatamente o seu acampamento fazendo para isso a necessária derrubada do arvoredó secular; depois substituía o abarracamento inicial por um arranchamento a servir de centro das operações que se haviam de desdobrar para o interior da floresta que se estendia ininterrupta para os lados do Feio. (BARBOZA, [1913] 1918, p. 16-17).

Uma intervenção importante e que merece ser mencionado diz respeito a Estrada entre acampamento dos Patos e o Rio Feio, com a construção de uma ponte cruzando este rio. Escreve Barboza que

[...] o tenente Sobrinho, continuando impávido a grande obra, embrenhava-se na floresta para os lados do Feio, seguindo o trilho principal que de lá vinha em demanda do Ribeirão dos Patos, e quando encontrava os pequenos ranchos da caçada dos índios, neles deixava-lhes presentes de roupas, machados e quinquilharias. [...] Depois esse trilho foi transformado em estrada numa extensão de 30 km até alcançar o rio em cuja barranca foi forçoso fazer-se novo acampamento a espera de

¹⁰ Serviço de proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais.

que se terminasse a construção de uma ponte. (BARBOZA, [1913] 1918, p. 18).

A presença Kaingang no Ribeirão Tibiriçá é relatada por Barboza ao identificar uma aldeia desse grupo.

[...] Concluída a ponte, continuou a expedição para além do Feio, alcançando em princípio de dezembro de 1911, depois de percorridos perto de 20 km a contar daquele rio, a primeira aldeia dos Kaingangs, a qual soubemos mais tarde, pertencia ao grupo chefiado pelo Rekakê Vauhin. [...] Havia-se construído um bom acampamento nos Patos, plantado roças de milho e de feijão e rasgado, em plena floresta virgem, uma magnífica estrada de penetração, de perto de 50 km, pela qual ficavam abertas e fáceis as comunicações. (BARBOZA, [1913] 1918, p. 18-19).

Outras aldeias vão sendo relatadas por este autor, principalmente entre o Ribeirão Tibiriçá e o Ribeirão Itauna.

[...] Também do nosso lado sucederam-se as expedições e visitas às aldeias do Vauhin, onde existiam então para mais de 100 índios, seguidas de incursões para além do Presidente Tibiriçá e da descoberta de novos cursos d'água tão importantes como este, aos quais se deram os nomes de rios dos Caingangs e 19 de Março¹¹. [...] Nestas expedições, todas levadas a efeito pelo destemeroso José Candido Teixeira, auxiliar da Inspetoria, foram reconhecidas as situações das aldeias dos outros rakakês. [...]. Acha-se localizada em águas da margem esquerda do rio Feio e Aguapehy, a mais oriental das aldeias é a de Vauhin colocada aquém do Tibiriçá, e a mais ocidental é a de Charin, situada nas cabeceiras do ribeirão Itauna que deságua no Aguapehy, logo acima do salto Carlos Botelho. (BARBOZA, [1913] 1918, p. 23-24)

A presença das aldeias Kaingang continua em outro relato de Barboza (1954), também identificando essas áreas no Ribeirão Tibiriçá, no Ribeirão 19 de março e no Ribeirão Itauna. “[...] se tivéssemos dinheiro para manter limpas e em estado de serem trafegadas as estradas de penetração do acampamento do Ribeirão dos Patos até às aldeias do além Feio, do Presidente Tibiriçá, do Dezenove de Março, do Itauna, etc. [...]” (BARBOZA, [1916] 1954, p. 65).

¹¹ Atualmente não existe essa denominação nos afluentes do rio Feio. Suspeitamos, pela descrição, seja o Ribeirão Iacri.

Aqui também observamos a descrição da mudança do aldeamento da Vila Kaingang para o aldeamento de Icatú, na região hoje conhecida pelo município de Braúna. Observa esse autor que

[...] decidiu-se a mudança de posto de atração, o que foi levado a efeito em princípio de junho deste ano de 1916. O primeiro projeto foi estabelecer o novo acampamento no lugar em que existiu a aldeia do chefe Iacry. Esse projeto, porém, teve de ser abandonado em vista das despesas. [...] ficando esse local 9 quilômetros além do Aguapey, o qual por sua vez dista da estação de Penápolis 7 léguas. (BARBOZA, [1916] 1954, p. 65-67)

Outro autor importante para a compreensão do processo de aldeamento das populações indígenas no Estado de São Paulo, Kurt Nimuendajú¹², relata aspectos desse contexto, descrevendo também os locais da presença Kaingang.

Relata Nimuendajú ([1912] 1982) sobre a presença de uma aldeia desse grupo étnico entre o Rio Feio e o Ribeirão Preto¹³.

[...] Do outro lado do rio Feio tem uma roça velha dos Coroados e os visitantes foram pacificamente recebidos pela horda que constava de uns 100 indivíduos. Lá pernoitaram duas vezes voltando então para o ribeirão preto. No dia 5 de abril chegaram 58 Coroados, sendo que mais da metade eram mulheres que preparavam grande quantidade de farinha de pipoca, que depois levaram para o rio Feio, onde estava sendo construída uma nova aldeia, liderados por alguns dos nossos índios já pacificados. (NIMUENDAJÚ, [1912] 1982, p. 44).

Continua relatando Nimuendajú ([1912] 1982) sobre outra aldeia Kaingang no Ribeirão Tibiriçá, além da presença no rio Feio, fruto do aldeamento realizado pelo SPI, denominado “Vila Kaingang e “Vila Sophia”, reforçando as informações de Horta Barboza. Escreve esse autor que

[...] fora esta horda de 110 indivíduos do rio Feio, existe uma outra no rio Tibiriçá que é inimigo da horda do rio Feio e uma terceira que vive no rio do Peixe”. O motivo da discórdia entre os dois grupos é o roubo de mulheres e, agora, os presentes recebidos de nós. (NIMUENDAJÚ, [1912] 1982, p. 45).

¹² Muitas das situações relatadas por Nimuendajú estão baseadas nas informações de Horta Barboza.

¹³ Esse ribeirão não está identificado na cartografia atual. Pela descrição de Nimuendajú pode estar associado a afluente do Tibiriçá.

A partir de relatos de memorialistas e historiadores de caráter regional, principalmente de alguns municípios que pertencem a bacia do rio Feio/Aguapeí, também obtivemos informações sobre a localização da presença Kaingang nessa parcela do oeste paulista¹⁴.

Carvalho (1948) relata sobre a presença de aldeias nas imediações do Córrego Pirã, do Ribeirão Iacri, do Córrego do Veado e do Córrego da Jurema. Comenta esse autor que

[...] Rondava o lugar e as turmas da Estrada um grupo de índios do cacique Valvin, causando danos aos trabalhadores da conservação da linha. Existiam no sertão mais as seguintes aldeias de Caingangs: do cacique Xarin, localizada nas cabeceiras dos ribeirões Piran e Vanuíre (sic), águas do rio Iacri, afluente do Peixe (sic); do cacique Bri, localizada no córrego do Veado, também afluente do Iacri; este cacique era aleijado, porém de muito tino e disciplina; do cacique Iacri, localizada nas margens do córrego Jurema, águas do rio Feio; do cacique Rerig, também nas cabeceiras do córrego Veado. (CARVALHO, 1948, p. 304).

Mello (1982) reforça a indicação do primeiro Posto de Atração do SPI e o aldeamento próximo definido pelo nome de “Vila Sophia”, no Ribeirão dos Patos, antiga Hector Legru, hoje município de Promissão. Identifica esse autor que “[...] A direita do grande terreiro, via-se a estrada que demandava a aldeia do grupo chefiado por Vauvin, distante dali uns dois quilômetros e que fora batizada de Vila Sofia.” (MELLO, 1982, p. 42)

Outro aldeamento presente na região e que se encontra no alto Rio Feio, nas proximidades do Ribeirão da Lontra, é o Aldeamento de Guaranyuva, este, porém, ocupado por Guarani, antes da mudança para o atual aldeamento em Araribá. Barros (1948) comenta que “[...] Nas margens do ribeirão do Lontra houve derrubada e queima de matas para plantação de roças e serviu de morada durante alguns anos a uma tribo de índios Guaranis mansos e deram o nome de aldeia de Guaranyuva.” (BARROS, 1948, p. 18). Em outro texto desse autor ele identifica esse aldeamento mesmo em outro ribeirão, o da Barra Grande.

¹⁴ Pelo próprio caráter desse tipo de descrição, muitas vezes com informações imprecisas ou parciais, nos pautamos apenas pela identificação geográfica, sem se preocupar muito com o caráter historiográfico.

[...] Naquela época, viviam além de Bauru, espalhados em aldeamentos ou trabalhando nos sítios, índios mansos Guaranis. Habitavam as terras cortadas pelos ribeirões Batalha, Batalhinha, e chegavam às margens do Tietê e do Feio. No vale do rio Feio, possuíam um aldeamento, chamado Guaranyuva, bem perto da foz do ribeirão Barra Grande, lugar ao alcance dos índios bravos¹⁵. (BARROS, 1950, p. 14).

É certo, porém, que estes ribeirões são identificados nos relatos na Comissão Geológica e Geográfica como sendo de ocupação indígena, tanto Kaingang quanto Guarani. O aldeamento de Guaranyuva serviu constantemente de ponto de início para adentrar ao “sertão desconhecido”, bem como para formação de grupo que excursionavam pela região, inclusive com mão-de-obra Guarani.

Barros (1948) identifica também uma aldeia Kaingang no Ribeirão Baguassu, em propriedade da Fazenda Baguassu. “[...] em 1910 conflito entre Penápolis e Araçatuba na abertura de derrubadas na fazenda Baguassu, nas proximidades da estação, próximo ao ribeirão Baguassu onde a estrada de ferro tinha uma cisterna.” (BARROS, 1948, p. 27). Além de outra aldeia no Ribeirão Lageado. “[...] Outro fato novo foi a descoberta de cinco ranchos de índios, à margem esquerda do Lageado bem perto do povoado.” (BARROS, 1992, p. 51)

Entre rio Feio e Tibiriçá, no Ribeirão Lageado, em propriedade definida pela Fazenda Boa Vista do Lageado, de Joaquim E. P. Caldeira, Brandão (1989) mapeia uma aldeia Kaingang com a realização de um croqui onde observa a localização da Fazenda Boa Vista do Lageado com o Centro Urbano do Patrimônio Nosso Senhor dos Passos (atual Penápolis). Nesse dado histórico aparece a indicação de aldeia indígena na margem esquerda do ribeirão Lageado, local onde se deu conflito entre Kaingang e moradores da propriedade de Joaquim Caldeira em 1886. (BRANDÃO, 1989, p. 80).

¹⁵ Essa dupla identificação provavelmente é fruto do próprio modo de construção historiográfica desenvolvido por esses memorialistas locais o que dá margem para confusões. Nesse caso consideramos o ribeirão do Lontra devido a outras referências que indicam esse mesmo canal hídrico.

Por fim, Ribeiro (1999), memorialista do município de Lins, descreve informações sobre aldeias Kaingang nas imediações do rio Feio e afluentes cuja denominação se reporta a indivíduos moradores destas aldeias.

[...] Temos mais uma mulher chamada Vencaya, que era caingangue e pertencendo ao indígena Racri, que vivia nas proximidades dos rios Feio e Tibiriçá, em uma das tabas naquela região. Como era admirada por todos, teve seu nome dado a um córrego de Getulina, cidade paulista perto da região onde seu povo vivia. [...] Uma outra indígena chamada Gavanhery, era a segunda mulher do cacique Dora, chefe de uma das tribos dos cainganges, que viviam na região acima citada. Seu nome foi dado a um outro córrego da cidade de Getulina [...] (RIBEIRO, 1999, p. 43-44).

Alguns relatos são descritos a partir da presença de cemitérios Kaingang¹⁶. Esses locais foram escavados por diferentes profissionais em várias épocas e registram a presença Kaingang a partir desses testemunhos característicos, os enterramentos em montículos.

O primeiro relato registra a presença de um montículo em Promissão, na Estrada do Bom Sucesso a 2km da encruzilhada Bom Sucesso-Gonzaga e foi descrito por Reyes (s/d). Essa autora observa que

[...] A 5 de abril de 1939, veio a Promissão, em missão do Departamento Geológico do Estado, a Sta. Maria Alice de Moura, que cursava a Fac. de Filosofia, C. e Letras da USP. Veio essa funcionária proceder a estudos no cemitério indígena que existia nesta cidade e que se achava situado na estrada do Bom Sucesso, a 2 km aproximadamente além da encruzilhada Bom Sucesso-Gonzaga [...]. (REYES, s/d, p. 27-28).

Sakai ([1940] 1981), arqueólogo que escavou vários montículos Kaingang na região da bacia do rio Feio/Aguapeí, nos anos 40, apresenta um relato detalhado sobre os resultados do seu trabalho. Descreve informações sobre a existência de túmulos em forma de montículos margeando o rio Aguapeí, na Fazenda Ouro Branco, distrito de Macuco, no município de Getulina. Também relata a presença de dois túmulos na Colônia Japonesa Uetsuka, fundada em 1918, que fica a 14 km a leste em local denominado Bom

¹⁶ Sobre a questão dos enterramentos Kaingang apresentaremos um detalhamento dessa discussão mais adiante e em outro capítulo.

Sucesso¹⁷, município de Promissão. Bem como a localização no município de Promissão de um montículo.

Outro local trabalhado por Sakai e que registra a presença de túmulos Kaingang no Ribeirão da Jangada, na propriedade denominada Colônia da Jangada, município de Guararapes. A colônia de Jangada, fica a 30 km (+/-) ao sul do município, nas margens do ribeirão da Jangada, afluente do rio Aguapeí.

[...] e sabendo do fato realizou uma escavação no dia 1º de agosto de 1937. [...] recebemos os relatórios dos trabalhos efetuados, bem como os objetos desenterrados, e pelos dados ficamos certos de que haviam vários outeiros, naquela região. (SAKAI, [1940] 1981, p. 86-97).

Segundo Godoy (1947), também na Fazenda Jangada, no município de Guararapes, foram identificados e escavados outros Cemitérios Kaingang.

[...] Em julho de 1945, na fazenda Jangada, foram descobertos alguns esqueletos, num pequeno monte de terra. Posteriormente, por determinação do Sr. Delegado de Polícia foram realizadas novas escavações no local, em dois montes de terra de cinco metros de diâmetro por três metros de altura, sendo constatada a existência de vários crânios humanos e diversos ossos esparsos, já bastante friáveis pela ação do tempo. (GODOY, 1947, p. 211).

Nota-se que a Fazenda Jangada, no município de Guararapes, sendo alvo de inúmeras escavações de montículos, apresenta uma ocupação intensa por parte da população Kaingang. Entre o relato de Sakai (1981), dos trabalhos realizados no final dos anos 30, e o relato de Godoy (1947), apresentando o resultado de escavações nos final dos anos 40, foram evidenciados 4 montículos, o que muito provavelmente deve ainda definir o local com suas áreas de aldeias, porém não tendo se dado a devida atenção para essa questão.

Outro registro da presença Kaingang foi realizado por Drumond e Philipson (1947), com a indicação de cemitérios e aldeias no Córrego Lagoa, no Córrego Almeiro e no Ribeirão Roraia, nos municípios de Parapuã, Rinópolis, Osvaldo Cruz e no Bairro Universo do município de Tupã.

¹⁷ Local também descrito por Reyes para outra escavação.

Por fim, esses autores apresentam um croqui da localização de 6 pontos com indicação de túmulos e/ou antigas aldeias com evidência de cerâmica. Além disso realizaram a escavação e descrição de 5 túmulos em montículo na região.

[...] Em março de 1946 foi descoberto, no sítio de propriedade do Sr. Antonio Navarro, a cerca de 2 km da cidade de Parapuã um túmulo, em forma de munduru (montículos de terra), contendo 33 ossadas humanas. [...] Em 26/09 o Sr. Delegado Regional de Marília oficiou a nossa faculdade sobre uma escavação levada a efeito no Bairro Universo em Tupã. As ossadas aí encontradas, atualmente, também se acham no gabinete de Antropologia. (DRUMOND e PHILIPSON, 1947, p. 386-393).

Esses dados foram espacializados no mapa a seguir e apresentam um panorama inicial da presença Kaingang registrado no contexto histórico e nos auxilia na compreensão da ocupação étnica presente na bacia do rio Feio/Aguapeí.



CAPÍTULO III

**A REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO KAINGANG NO
VALE DO RIO FEIO/AGUAPEÍ**

3.1 O espaço territorial ocupado pelos Kaingang

Dentre os grupos étnicos existentes em São Paulo¹⁸, particularmente no interior do Estado, região oeste, destacamos os Kaingang, população indígena pertencente ao tronco lingüístico Jê.

Estudos lingüísticos utilizados por Mota apontam para a chegada dos Kaingang, na região sul do país, em torno de 3.000 anos antes do presente, oriundos das populações de língua Jê dos planaltos entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, no Brasil Central (MOTA, 2000). As migrações seguiram para o Sul e Sudeste do país além do Norte da Argentina, formando a grande Nação Jê Meridional.

Nas terras do sertão paulista as regiões mais altas dos grandes campos de cerrado entre os vales dos rios Tietê e Paranapanema eram tradicionais redutos ocupados pelas populações Kaingang.

[...] Perfeitamente adaptados à região, os Kaingang desenvolveram formas próprias de apropriação do espaço. A coletivização dos territórios, a itinerância, as divisões em grupos e metades, as regras de casamento e as cerimônias realizadas em homenagem aos espíritos dos mortos eram vivências sócio-culturais que estavam em oposição à lógica dos conquistadores (PINHEIRO, 1996 p.44).

Sertão desconhecido pelas frentes conquistadoras do período colonial, áreas entre os vales do Tietê e do Paranapanema, passam a ser exploradas mais sistematicamente em meados do século XIX e XX com a intensificação da conquista e colonização empreendida pela expansão capitalista, acirrando os conflitos com as populações indígenas que habitavam a região (**Prancha 04**).

Os Kaingang paulistas, segundo Pinheiro (1999), constituem-se, juntamente com os Kaingang do Paraná, no maior grupo Jê Meridional. Atualmente, estão em torno de 20.000 pessoas. Em São Paulo eram habitantes

¹⁸ Atualmente são cinco os grupos étnicos encontrados no Estado: Kaingang, Guarani, Terena, Pankararu e Krenak, além de remanescentes do grupo Fulniô e Aticun. Dados estes que serão detalhados nos capítulos adiante.

imemoriais dos vales e espigões do interior paulista, margeando os rios Tietê, Peixe, Feio/Aguapeí, Paranapanema e inúmeros outros menores.

Para a autora acima citada a definição do espaço Kaingang se dá a partir de dois elementos integradores do sistema social indígena e que define seu território, a saber: as representações simbólicas e o perfil geográfico e ecológico, sendo que este é apresentado de variadas formas a partir das florestas, dos rios e cachoeiras, dos campos de caça e lagoas para nadar e pescar. Na presença de aldeias com residências fixas para abrigar dezenas de pessoas ou nas residências provisórias no meio da mata construídas para o pernoite das caçadas em grupos ou mesmo das freqüentes caminhadas.

Vivendo em constantes deslocamentos dentro de seu território os Kaingang condicionavam seu modo de habitar e os seus objetos a essa dinâmica. Essa circulação marcava profundamente a vida grupal, ocorrendo nas matas e campos das regiões em que ocupavam, segundo seus ritmos culturais e as ofertas de certas espécies vegetais e animais encontrados nos seus territórios de domínio.

Para Pinheiro (1999), o relevo, na forma de montanhas, serras e planaltos, tinham a preferência dos Kaingang já que estas formações geomorfológicas tinham também um importante papel na mitologia dessa nação e na explicação de sua organização social. “O significado da mítica serra CRINJIJIMBÉ fica evidente na descrição da criação dos homens e de sua divisão em grupos e subgrupos, em dominantes e fugitivos, por isso escravizados, como acontece com os CURUTONS” (PINHEIRO, 1999 p. 41).

Estes grupos humanos possuíam, geralmente, uma área no território em que fixavam moradia e organizavam suas atividades agrícolas de subsistência, onde plantavam basicamente milho, feijão e abóbora, dentre outras espécies. Além dessa atividade dirigiam-se às matas em grupos de familiares para a coleta de frutos, mel e raízes. Praticavam a caça de aves e animais como pacas, antas, catetos, macacos, tatus, dentre outros (SIMIEMA, 2000).

A visão de mundo da população Kaingang estruturava-se a partir de metades exogâmicas e patrilineares que estabelecem a organização social. No contexto político as relações de poder estavam diluídas no interior da estrutura social, com algumas exceções em que estas afloravam, como por exemplo, nos "momentos de grandes festas ou quando o grupo enfrentava algumas dificuldades" (BORELLI, 1984 p.15).

Na opinião de Métraux (1963), a organização política dos Kaingang definia que os chefes exerciam pequena autoridade. Eles trabalhavam nos seus campos e caçavam junto com o grupo, porém sua posição só era distinta quando a comunidade organizava um banquete que sempre determinava o nome do chefe. A liderança se definia nos empreendimentos coletivos em que eles mantinham seu prestígio e as pessoas ao seu redor distribuindo presentes e cuidando do bem estar dos seus. Um chefe dominador e avarento era abandonado pelos seus seguidores.

Este grupo étnico, segundo Borelli (1984), fixava moradia temporária à beira dos rios, subsistindo, durante o tempo em que ali permanecia, da caça e coleta fornecidas pela mata circundante, além da pesca.

Afeitos a grandes caminhadas, às mudanças sazonais de territórios, os Kaingang viviam principalmente da subsistência provinda dessa mobilidade e não permaneciam por períodos muito longos e que, na opinião de Pinheiro (1992), não ultrapassava mais de dois anos no mesmo espaço. Para essa autora, viviam em pequenos grupos separados por grandes distâncias onde desenvolviam sua atividade econômica com o armazenamento de alimentos para longos períodos.

Essa produção econômica era centrada na divisão sexual do trabalho, pautada pela complementaridade das ações para êxito em todas as atividades exercidas no contexto do grupo, sendo que os homens caçavam e pescavam, além de desenvolverem coleta de produtos específicos, produziam armas e instrumentos de trabalho. As mulheres tocavam a roça e se responsabilizavam pela coleta de frutos, preparação de alimentos, confecção de objetos artesanais como a cerâmica, a tecelagem, a cestaria e os trançados.

As populações Kaingang, ocupavam as terras ao longo dos atuais Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo Métraux (1963), a denominação “Caingang¹⁹” foi introduzida em 1882 por Telêmaco Morocines Borba²⁰. Anteriormente este grupo étnico recebeu outras denominações como Guayaná, Coroado, Botocudo, etc. Para o autor, a denominação Guayaná aparece no litoral sudeste, principalmente na costa paulista, em relatos de Staden (1925) sobre a capitania de São Vicente e de Soares e Souza (1851) na região que vai de Angra dos Reis a Cananéia.

Observa ainda Métraux (1963) que este povo compartilhava terras litorâneas com povos do tronco Tupi, que não possuíam hábitos antropofágicos e evitavam a floresta. Métraux fala sobre a denominação Guayaná aplicada aos grupos de Kaingang que povoaram a região de Itapeva em 1843, segundo relatos de Saint Hilaire (1830)²¹.

Segundo Schaden (1954), já em 1867, von Martius escreve sobre os Kaingang comentando sobre o modo como estes identificam suas denominações a partir das definições estabelecidas pelo contato e apontando para a indicação de “índios do mato” com a denominação de Caing-ang e de “índio manso”, já vivendo entre os brancos, Cai-qui (SCHADEN, 1954:399)

O povo Kaingang, ainda segundo Métraux (1963), eram divididos em várias denominações que identificavam a organização social constituída por um sistema de duas metades exogâmicas e patrilinear, sendo que cada uma das metades era dividida em dois sub-grupos, a saber: Votóro, Kadnyerú ou Kañerú, Anikye e Kamé. Para os Kaingang todo o indivíduo nasce em uma metade, mas é nomeado a um dos sub-grupos em um banquete mortuário por um homem ou uma mulher de sua própria metade. Além disso, esse sistema definia o modo de ser Kaingang cuja ocupação do espaço e as visões de todos os fenômenos naturais eram divididas entre as duas metades.

¹⁹ Conforme grafia do autor.

²⁰ Pela definição de Borba (1904) *“Os que aldearam no Jatahy chamam-se ‘Kaingang-pé’, isto é, Kaingang legítimos, verdadeiros; mas, entre eles distinguem-se em Camés, Cuyurucrés e Kaingang. Os que habitam nas imediações de Guarapuava e Palmas chamam-se Camés. Os da zona compreendida entre os rios Piquiri e Iguaçu, Xocrés, e os da margem direita do Paranapanema ‘Nhakfa-teitei’. Entretanto, falam todos a mesma língua, usam as mesmas armas e utensílios e tem os mesmos costumes”* (Borba, 1904:54).

²¹ Na tese de Araujo (2001) pode-se obter informações mais detalhadas sobre esse contexto.

Aplicado às populações indígenas das planícies abertas e de campos as denominações de Coroado, Coronado, Gualacho e Caagua vão definindo, a partir do século XVIII, os grupos Kaingang. Esta denominação se deu, segundo Métraux, devido à observação de indivíduos da sociedade envolvente para o hábito do corte de cabelo e uma vestimenta que se assemelhava ao estilo franciscano.

Segundo Borelli (1984), os Kaingang foram contactados no oeste do Estado de São Paulo no final do século XIX e início do século XX. Porém, as primeiras notícias referentes a este grupo datam de 1773 a partir do levantamento fluvial dos rios Tietê e Paraná, realizados pelo Brigadeiro Sá e Faria.

Pela descrição Etnológica, os Kaingang modernos são definidos como agricultores relativamente sedentários, entretanto Métraux acentua a importância da caça e da coleta para a sua economia de subsistência. Conforme relato do autor, estes povos cultivavam milho de diversas variedades, abóboras e variedades de feijões, mas dependendo muito pouco desses cultivos. Pela afirmação do autor, os Kaingang antigos, como muitos outros que foram familiarizados com o cultivo em tempos recentes por intermédio do contato interétnico, consumiam seus cultivos no período da colheita, não armazenando nenhum gênero durante os meses de falta de produção.

Métraux destaca alguns autores que ressaltaram a importância do milho para esta população e identificam alguns aspectos da técnica de plantio com a queima de arbustos e outras plantas de suas áreas e a espera pelas chuvas para iniciar a semeadura. Este trabalho é norteado pela ação as mulheres plantando e colhendo e os homens realizando o preparo do solo.

No processo de coleta, que acontecia principalmente no período de abril a junho, os índios adentravam as florestas para escalar as árvores e derrubar as frutas amadurecidas que as mulheres ajudavam a apanhar. Aproveitavam o momento, ainda, para recolher mel e ovos de pássaros enquanto ficavam sobre as árvores. Os Kaingang também coletavam

tubérculos silvestres e uma grande quantidade de frutas, além de larvas de insetos como abelhas e besouros. Alguns relatos apontam, também, para o consumo de répteis.

Uma grande parte do tempo deste grupo étnico, conforme observação de Métraux, era aplicado na tarefa de caça, seja de forma individual ou em grupo. Eles caçavam mamíferos como porcos do mato, antas, cervos, etc., utilizando-se de flechas e bordunas, e pássaros com laços e armadilhas. Para complementar sua atividade econômica os Kaingang realizavam uma série de rituais de caça que ia desde a troca de carne de um animal abatido entre os caçadores para que um consumisse a caça que o outro realizou; oferendas e pedidos para as entidades do animal caçado e tabus e abstinências em algumas ocasiões, também foram observados em seu meio social.

Segundo Métraux, os Kaingang eram pouco hábeis para a pesca apesar de apreciarem este tipo de alimento. Para tanto utilizavam como instrumentos de pesca o arco e flecha, uma lança com duas hastes ou pegavam com as próprias mãos em períodos de piracema, lagunas e locais com baixo nível d'água. Também bloqueavam pequenos fluxos de água e fixavam determinados cestos trançados para o aprisionamento de peixes.

Este complexo sistema é definido por Métraux a partir de um ritmo econômico sazonal em que se intercalavam as diferentes atividades desenvolvidas pelo grupo. Com o final do plantio em campo aberto seguiam para a pesca nos rios de seu território e para a coleta de frutos e demais especiarias nas florestas. Após esse período retornavam à colheita. Durante as caminhadas realizavam suas caçadas e recolhiam frutas e larvas pela floresta.

Já no século XX, com a expansão capitalista levada cabo de forma mais sistemática nas áreas entrecortadas pelos rios Feio/Aguapeí e do Peixe, acirraram-se os conflitos com as populações Kaingang que habitavam esta região provocando, durante o processo de conquista, várias intervenções na dinâmica social e no modo de ocupação do seu espaço territorial. Nesse processo de colonização e enfrentamento de expedições militares, científicas e

da ocupação econômica do oeste paulista sofreram com as transferências, extermínios provocando por conflitos e doenças, escravização, redução, expropriação e diminuição de suas terras. Mesmo assim, e apesar de tudo, insistem em continuar vivendo de modo diferenciado e lutando para melhoria de sua condição social.

3.2 As Aldeias Kaingang no Sertão Paulista

Sobre o modo de ocupação do espaço desenvolvida pela sociedade Kaingang, no período em que esse grupo étnico ainda dominava os extensos territórios situados no oeste do Estado de São Paulo, pouco se sabe.

Devido ao drástico processo de confronto entre a sociedade nacional e a sociedade Kaingang, as notícias do modo de vida e sua dinâmica social eram relatadas por informantes das mais variadas formações, principalmente viajantes, grileiros, aventureiros, agentes das frentes de expansão capitalista como a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (CGGESP) e os construtores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que estavam percorrendo as terras do chamado “sertão desconhecido”.

Segundo Ribeiro (1986), até 1900 a situação da população Kaingang no oeste do Estado de São Paulo era a de índios isolados. Seu território era delimitado por uma extensa área que se limitava entre os rios Tietê a leste, Paraná a norte, Paranapanema a oeste e Serra dos Agudos, a sul, além de vários afluentes como o rio do Peixe, Feio/Aguapeí e outros menores. Essa região, porém, também era alvo de disputas que envolviam os Kaingang, os Oti Xavante e os Guarani (PINHEIRO, 1992, p.111).

Entre o século XIX e XX, o Museu Paulista abriga pesquisadores internacionais que estão desenvolvendo seus estudos sobre o país. Ainda que voltados para os estudos de aspectos naturais, se interessam pelas sociedades indígenas que estão sendo contatadas e oferecendo resistência ao “progresso” e ao desenvolvimento econômico em curso, a partir da expansão da

cafeicultura, da colonização e das estradas de ferro em direção ao Mato Grosso e o norte do Paraná.

Esses relatos de cronistas e viajantes associados a pesquisas antropológicas começam a ser sistematizadas por Von Ihering (1895, 1904, 1907), então diretor do referido museu. A partir de sua perspectiva naturalista, que se associa aos interesses plenamente identificados com a expansão capitalista que está acontecendo à época, publica compêndios antropológicos sobre o Brasil, com especial atenção para o Estado de São Paulo, tendo os Kaingang como sujeitos destacados de suas análises.

Exemplificando essa idéia, dirá Ihering (1907) que:

[...] por ocasião do segundo assalto mencionado, de 24 de setembro de 1906, o pessoal da expedição lançou-se imediatamente a perseguição dos selvagens, batendo as matas e descobriu-se por esta ocasião a maloca dos mesmos Kaingang. As informações que sobre esta exploração contem o referido relatório, juntamente com os interessantes objetos etnográficos guardados na Comissão Geográfica de São Paulo, e em parte oferecidos ao Museu paulista, modificaram a situação precária quanto ao conhecimento dos Kaingang de São Paulo, de modo que em seguida podemos dar algumas informações exatas (IHERING, 1907 p.212)²².

Esse autor, dado a situação de extrema tensão que se encontra a relação entre os dois mundos que se encontram no mesmo espaço físico, sugere inclusive o extermínio da sociedade Kaingang para que a expansão econômica aconteça. Dirá Ihering que:

[...] os atuais índios do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Kaingangs selvagens são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio (IHERING, 1907 p.215).

Era o tempo de uma antropologia ainda voltada aos interesses de uma sociedade conquistadora e que apenas se preocupava em realizar registros das sociedades exóticas que eram “descobertas” nesse processo.

²² Para a transcrição das informações textuais de época utilizamos grafia atual.

Além disso, esse argumento servia de suporte para os discursos de governantes, políticos e da opinião pública, em geral, segundo a qual os índios, e, em particular, os Kaingang paulistas eram incapazes de serem inseridos na sociedade do “progresso e da civilização” e, como “selvagens incivilizáveis”, deviam ser reprimidos e exterminados (MOREIRA NETO, 1982).

Na visão de Von Ihering (1907) os Kaingang eram índios que

[...] nos anos de 1880-1886 cometiam inúmeros e bárbaros assaltos e assassinatos, dificultado sumariamente o povoamento da zona. (...) os mesmos Kaingang assaltaram e exterminaram a expedição do monsenhor Claro Monteiro²³, destinada à exploração do rio Feio e catequese dos índios de Bauru, sendo o mesmo sacerdote morto por esta ocasião, a 22.05.1901 (IHERING, 1907 p.210).

Como uma das principais referências de Von Ihering, os relatórios da exploração dos rios paulistas, levados a cabo pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, em especial o relatório sobre o rio Feio/Aguapeí, de 1905, passa a ser uma importante fonte de informação descritiva no começo do século XX, antecedendo, portanto, as informações registradas após a pacificação.

Entre as várias informações apresentadas pela CGGESP, o relato de Gentil Moura (1905), chefe da turma na expedição ao rio Feio/Aguapeí, é o que apresenta maior riqueza de detalhes. Mesmo esse relato, para os vários dados descritos, irá se basear em informações recolhidas a partir de conversas com moradores locais (os sertanejos) que estão em contato com a população Kaingang, pois estão ocupando locais nas áreas de mobilidade dessa população.

Em sua detalhada descrição sobre o modo de ocupação do espaço local e disposição da aldeia Kaingang dirá Moura que

[...] foi no ribeirão dos Coroados (km 74) que encontramos a aldeia com maior grupo de choças. Essas eram em numero de 12 e na maioria construídas com três divisões e distantes entre si de 20 a 100 metros. Todas elas estavam ligadas por trilhos

²³ Para maiores detalhes sobre esse fato histórico observar o texto de Fausto Ribeiro de Barros “*Padre Claro Monteiro do Amaral (trucidado pelos índios Kaingangs, no sertão do rio Feio)*”, 1950.

de cerca de um metro de largura, completamente limpas. Em derredor o manto continuava de pé, apesar das choças apresentarem vestígios de habitabilidade por mais de ano. Junto aos córregos havia dois portos com barrancos escavados e onde um tronco de madeira, que lhe servia de estrado, ainda guardava os sinais de lavagens de mantimentos. Para eles conduziam dois caminhos muito cavados e limpos. (...) Na proximidade da aldeia havia grande numero de coqueiros derrubados, com o palmito tirado, mostrando a utilização, em grande escala, desse alimento. Afora isso, vimos ainda os restos de refeições tiradas de alguns frutos; cachos e raízes de caraguatá, polpas de coquinho, cascas de bananas imbê, parecendo ser os únicos alimentos que retiram dos vegetais (MOURA apud CGGESP, 1905 p.08) **(Prancha 05)**.

Na continuação da descrição, Moura comenta ainda que

[...] em cada ribeirão que passamos depois do Acampamento 15 de Novembro encontramos pelo menos dois grupos de choças, construídas sempre da mesma forma e com os mesmos restos de alimentos que vimos na aldeia do ribeirão dos Coroados. Todos eles se comunicam entre si por trilhos abertos á faca e que por seu turno são ramais de uma grande trilha que acompanha o ribeirão do Padre Claro e que seguem em direção de N. E. ligando o Tietê ao Paraná. [...] N'uma exploração que pessoalmente fiz nesse caminho, pude segui-lo cerca de uma légua para o lado do Tietê, passando por dois grupos de choças; o caminho em toda esta extensão é perfeitamente limpo e transitado. Na passagem dos atoleiros há estivas feitas com paus compridos, depositados no chão no mesmo sentido em que segue o caminho. (...) Todas as choças e mesmo a aldeia grande parecem ter sido habitadas até bem pouco tempo, talvez um mês atrás. A aproximação do picadão os obrigou a abandoná-las levando consigo todos os utensílios do seu uso. Entretanto sabia-se pelos objetos trazidos das dadas pelos sertanejos que o Coroado é trabalhador e inteligente, manipulando para seu uso uma infinidade de coisas (MOURA apud CGGESP, 1905 p.08)²⁴ (Prancha 05).

A aldeia Kaingang localizada pela CGGESP e descrita por Moura (1905) parece ser uma das maiores identificadas durante a exploração da bacia do rio Feio/Aguapeí. Porém, não era a única já que também descreve outras aldeias caracterizando-se por dimensões menores e se diferenciando dos acampamentos temporários, também localizados ao longo do mapeamento desse canal hídrico.

Em outra passagem relata Moura (1905) que

[...] prosseguindo sempre no mesmo rumo, foram dar a meio de uma aldeia na beira de um ribeirão que também afluía para o sul. Encontraram uma área de cerca de cem metros roçada e com trincheiras feitas com troncos de madeira. Dentro havia um rancho grande, de uns 9x3 metros e mais seis de menores dimensões. Daí subiam nove caminhos, que por seu turno conduziam para outros ranchos do aldeamento e daí distantes cerca de cem metros. Estes ranchos eram menores e construídos em meia água (MOURA apud CGGESP, 1905 p.8) **(Prancha 05).**

Com a pacificação e aldeamento em área administrada pelo Serviço de Proteção ao Índio e Libertação dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) ainda na primeira década do século XX, a população Kaingang passa a ser mais bem compreendida e sua organização social e vida cotidiana entendida com mais propriedade. É certo, porém, que a pacificação significou a perda quase que total de seu antigo território, legando aos capitalistas a incorporação de novas terras para a exploração econômica (LIMA, 1978)..

Desse período, o relato de Manizer ([1914] 2006), que desenvolve pesquisas no posto da inspetoria do SPILTN, também conhecida como “Vila Kaingang” e “Acampamento dos Patos” realizado entre os meses de dezembro de 1914 a janeiro de 1915, passa a ser um documento importante para a compreensão dessa situação. Mesmo tendo, também, uma visão naturalista é o primeiro estudo apresentado por um pesquisador que transcreve sistematicamente a vida dessa população a partir do registro de sua pesquisa de campo. Um relato de sua convivência, observação e de sua participação direta na vida cotidiana dessa sociedade.

Sua visão, porém, se assemelha a de Ihering, pois afirma que o desaparecimento dos Kaingang é iminente já que “a colonização européia propaga-se de maneira contínua do leste em direção ao oeste e destrói as florestas, sem as quais não se pode conceber a existência dos Kaingang” (MANIZER, [1914] 2006:10).

²⁴ É interessante observar nessa descrição que a idéia de uma população trabalhadora e inteligente está presente. Von Ihering teve acesso a estas informações mas não leva em consideração nos seus escritos.

Sobre a construção da habitação Kaingang Manizer ([1914] 2006) comenta que o mesmo modelo descrito por ele também é realizado em meio à floresta e durante suas expedições periódicas de caça. Segundo esse autor, os Kaingang

[...] fincam no chão, oblíqua e paralelamente entre si, duas ou três varas. Depois eles cortam uma palmeira nos arredores e trazem as folhas. Eles empregam essas folhas à guisa de cobertura e as preparam da seguinte maneira: seguram a folha da palmeira pelo pedúnculo, no alto e depois, indo em direção à ponta, eles rasgam as tiras da folha à direita e à esquerda, com o polegar, as tiras pendem, assim, livremente retidas pelas fibras do pedúnculo; segurando-se a folha horizontalmente, as tiras caem e formam uma dupla franja espessa. [...] As folhas assim preparadas são dispostas horizontalmente, do lado exterior, sobre as duas peças fixadas na terra obliquamente, começando pela base. As folhas são atadas às varas com a ajuda das tiras rasgadas, sem fazer nó, introduzindo as extremidades torcidas numa fenda qualquer. A folha superior recobre livremente a precedente, como telhas. Às vezes a cabana é sustentada por uma estaca fincada do lado oposto, ou então se constrói, do outro lado, um outro telhado, de menor dimensão que o primeiro, e se obtém assim um telhado de dois lados. [...] Uma série de habitações semelhantes formam uma espécie de corredor, mas cada proprietário tem a sua (MANIZER, [1914] 2006, p.23) **(Prancha 06)**.

A construção dessas habitações seguia um mesmo alinhamento a partir de uma orientação contrária ao movimento dos ventos predominantes e estruturados dentro de clareiras, de uma mata rala ou de um roçado rasteiro (PIZA, 1938, p.201).

Pela descrição da CGGESP (1905) e no relato de Moura, a construção seguia o seguinte padrão:

[...] não encontramos senão pequenas choças que merecem especial descrição pela originalidade da sua construção, que é feita de modo seguinte: Próximo a uma árvore, cravam no solo uma vara de quatro a cinco metros de comprimento e por meio de um cipó amarram fortemente a uma árvore obrigando a vara a fazer uma curva em forma aproximada a do 'n'. (...) No alinhamento da árvore e da vara assim curvada, cravam distante desta outra vara que por sua vez é também encurvada e amarrada na parte superior da curva antecedente. A esta se sucede outra e assim por diante. Sobre as varas assim dispostas é estendida a cobertura, mas de um lado só, ficando outro inteiramente aberto para dar aceso ao interior das choças que são separadas entre si por meio de um anteparo do mesmo material que o da cobertura, geralmente feita de palhas

de coqueiro ou de cascas de madeiras. (MOURA apud CGGESP, 1905, p.08) (**Prancha 06**).

No interior de suas habitações, os Kaingang mantinham um fogo constante que servia tanto para o aquecimento do ambiente e de seus habitantes como também para utilização no preparo culinário em dias chuvosos.

Krug (1915) comenta ainda que as aldeias são estabelecidas em locais de abundante fonte de alimentação para incursões de caça, coleta e pesca. Escreve esse autor que

[...] tornando-se aquela escassa ou os ranchos ficando imundos e cheios de pulgas, muda-se a aldeia para outro lugar, queimando-se a antiga depois de pronta a nova. Durante a mudança, que pode levar dias e dias, e até semanas, eles não se apressam muito; achando bastante caça durante o trajeto eles se detêm, armando aqui e acolá parís ou mundéus, tirando mel das árvores e alimentando-se de frutas silvestres (KRUG, 1915, p.324).

O relato da CGGESP (1905) apresenta uma descrição rica em detalhes sobre os hábitos cotidianos da aldeia, principalmente relatando aspectos da alimentação tanto oriundos da caça, da coleta de gêneros vegetais e do mel; da prática agricultura; a confecção de utensílios domésticos e de uso pessoal como as panelas de cerâmica, os tecidos de fibra vegetal, pilão de madeira, adornos e objetos bélicos encontrados na aldeia Kaingang.

No interior da aldeia também era comum se observar os fornos utilizados para assar a caça.

[...] Para o lado de um dos ranchos e distante dele uns dez metros encontramos um buraco feito no chão com a forma circular e de 60 centímetros de diâmetro por uns 40 de profundidade, tendo no fundo uma porção de carvão. Servia para assar a caça que coziavam pondo-a em cima do brasido e cobrindo-a depois com terra. Junto a esse original forno encontramos duas tenazes de madeira, que serviam á guisa de garfos, para retirar a peça ainda quente do fogo. Perto estavam alguns espetos pequenos, utilizados seguramente para assar aves e outras caças pequenas (MOURA apud CGGESP, 1905, p.08).

Antes de Manizer, porém, a conferência de Horta Barboza ([1913] 1918), Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN²⁵), realizada em 1913 na Biblioteca Nacional, relatando o processo de pacificação dos Kaingang paulista, descreve com detalhes a vida cotidiana dessa população.

Numa visão contrária aos partidários da idéia de extermínio da população Kaingang, principalmente por força da influência do pensamento positivista que influenciava grupos de intelectuais e militares²⁶ nesse período histórico, Barboza ([1913] 1918)²⁷ apresenta um discurso pró-ação do Estado na defesa de aldeamentos indígenas e contra seu extermínio que vinha sendo empregado pela ação de fazendeiros e agentes da construção da Ferrovia Noroeste²⁸, a partir da instituição de uma milícia armada para esse fim, ou seja, a ação do bugreiro²⁹, “braço armado da ocupação (capitalista) e com um caráter marcadamente ofensivo e sistemático” (Lima, 1978, p.145). Sua função era predominantemente a de matar o índio para desocupar as terras.

Em seu discurso Horta Barboza ([1913] 1918) argumenta que, no período do contato, os Kaingang era uma população menos numerosa que os Guarani que também ocupavam parcelas do então chamado sertão paulista.

[...] Muito menos numerosos do que os outros, são estes indígenas os que mais preocupam o espírito público, e isso porque algumas tribos, habitantes de restos de florestas, já espremidos por estabelecimentos de civilizados, vivem em

²⁵ Posteriormente reorganizado e sendo denominado apenas de Serviços de Proteção aos Índios (SPI).

²⁶ Principalmente o Marechal Cândido da Silva Rondon, idealizador do Serviço de Proteção ao Índio.

²⁷ Outro importante partidário dessas idéias foi o alemão Curt Nimuendajú, que nesse período está trabalhando para o SPI e envolvido com o aldeamento das populações indígenas de São Paulo, principalmente os Guarani. Em sua carta endereçada ao Dr. Hugo Gensch, médico de Blumenau, escrita em 1912, comenta sobre a pacificação dos Kaingang, também identificados por ele como Coroados.

²⁸ Apesar do discurso a ação do SPI também está ligada ao processo de domínio das terras do sertão paulista, principalmente a partir da criação de restrições para a mobilidade Kaingang, diminuindo ao mínimo seu território ocupado. Para uma discussão mais aprofundada sobre esse tema observar tese de Niminon Pinheiro (1999) intitulada “Vanuíre: conquista colonização e indigenismo – oeste paulista, 1912-1967”. E dissertação de mestrado de Tidei Lima intitulada “A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru”.

²⁹ Segundo Darcy Ribeiro (1986) as maiores batidas ou dadas, como eram conhecidas essas investidas, realizadas ente 1908 e 1910 foram financiadas, principalmente, pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, utilizando trabalhadores da construção por ela armados e municados e entregues à orientação dos bugreiros.

estado de guerra constante com os invasores de suas terras. Acresce que para agravar a impressão de terror que nas cidades anda ligada ao nome de índio, os jornais e os livros, que nunca deixam de comentar longamente as cruazes de seus assaltos que, em geral, as precedem e provocam e das quais resultam terríveis massacres de populações inteiras. [...] É inútil dizer-se e repetir que esses selvagens atacam para defender-se e quase sempre em desforra a uma sangrenta provocação dos civilizados. [...] Nós, nas cidades vamos registrando as mortes que eles praticam e continuamos a ignorar os horrores que sofrem (BARBOZA, [1913] 1918, p.11)³⁰.

Os vários grupos identificados como pertencentes a população Kaingang, segundo Barboza (1918) realizavam incursões por seus territórios de forma simultânea, numa faixa superior a 250km, “de modo que era quase impossível descobrir-se o lugar de onde eles irradiavam” (BARBOZA, [1913] 1918, p.16).

Segundo Pinheiro (1999) divisões e divergências entre os grupos Kaingang já existiam antes da pacificação.

[...] O território era por eles classificado, dividido e demarcado, e cada grupo ou subgrupo possuía seus domínios. Havia os domínios comuns, lugares especialmente bons para caça, margens alagadas (...) que não apenas era utilizado por todos como também eram protegidos por eles. As terras Kaingang, chamadas pela colonização de ‘terrenos desconhecidos’, eram bastante familiar aos indígenas (PINHEIRO, 1999, p.173).

Essa mobilidade é característica fundamental na vida desse grupo étnico. Senhores de seu território, “se deslocam constantemente de uma região para outra, de um lugar para novo lugar” (Pinheiro, 1992, p.111). Combatem a invasão da mesma forma que se mobilizam para suas longas expedições de caça, coleta e pesca. Durante essas viagens e antes de pernoitarem, constroem seus abrigos nos mesmos moldes utilizados nas aldeias.

Na descrição da CGGESP, a partir do relato de Moura (1905) é possível perceber essa mobilidade e como os Kaingang construíam sua rede de caminhos para se locomover em seu território. Escreve o autor que

³⁰ Para uma análise mais detalhada da ação e interesse do SPI na incorporação da população Kaingang à sociedade nacional, sua proteção e tutela e a liberação de terras para a colonização, observar a densa discussão de Niminon Suzel Pinheiro (1999), em sua tese de doutoramento.

[...] em cada ribeirão que passamos depois do Acampamento 15 de Novembro encontramos pelo menos dois grupos de choças, construídas sempre da mesma forma e com os mesmos restos de alimentos que vimos na aldeia do ribeirão dos Coroados. Todos eles se comunicam entre si por trilhos abertos á faca e que por seu turno são ramais de uma grande trilha que acompanha o ribeirão do Padre Claro e que seguem em direção de NE. ligando o Tietê ao Paraná. Numa exploração que pessoalmente fiz nesse caminho, pude segui-lo cerca de uma légua para o lado do Tietê, passando por dois grupos de choças; o caminho em toda esta extensão é perfeitamente limpo e transitado. Na passagem dos atoleiros há estivas feitas com paus compridos, depositados no chão no mesmo sentido em que segue o caminho (MOURA, 1905, p.08).

Segundo a descrição de Krug (1915), as aldeias Kaingang eram denominadas “Imás”, onde viviam pessoas sob a direção de uma liderança, o Rekakê³¹,

[...] cuja autoridade é pequena ou quase nula; eles são, por conseguinte, muito independentes. Estes capitães, ou melhor, caciques, só podem manter a disciplina por meio de boas palavras, dádivas, etc, logo que não logrem estes meios todo o aldeamento abandona-o; mesmo os próprios filhos emigram a procura de melhor capitão, que seja mais bondoso e presenteador (KRUG, 1915, p.322).

Para Pinheiro (1999) as residências fixas nas aldeias eram denominadas de “In”, construções que abrigavam famílias extensas. Os paraventos, residências provisórias construídas para pernoite do caçador ou de grupos que se deslocavam em freqüentes caminhadas, constituíam a estrutura básica da ocupação do espaço pela população Kaingang em seu território.

Do ponto de vista de Simiema (2000), os fatores socioculturais determinam a escolha da forma de habitar de uma determinada sociedade. Esses fatores são definidos pelos aspectos culturais, os espirituais e sociais, já que a habitação é a expressão física do modo como de vida de uma determinada sociedade e é representada em sua cultura material, sua visão de mundo, em seus mitos e em suas crenças. No caso dos Kaingang sua habitação está diretamente ligada ao seu modo de ocupar o território a partir de seus constantes deslocamentos.

³¹ Rekakê ou Rakakê é a identificação dada para as lideranças principais de um determinado grupo Kaingang.

Nesse sentido, podemos afirmar que o modelo de ocupação do território kaingang, no sertão paulista, se dá a partir de áreas fixas definidas pelas aldeias com duração prolongada, seguida de ocupações temporárias para atividades de subsistência. Esses locais fixos se encontram em regiões mais altas e próximas a pequenos e médios canais de drenagem, cercados por densas florestas, ao passo que os acampamentos temporários são montados nas proximidades dos rios mais caudalosos onde há abundância de animais para a caça e peixes para a pesca (**Prancha 07**).

Além das áreas fixas, desses pontos os Kaingang saem em excursões para a coleta de frutos encontrados em abundância nas matas. Essa idéia é apontada por Mota (2000) ao afirmar que “as populações Kaingang tinham conhecimento das áreas de matas e das terras baixas nos vales dos rios, onde viviam parte do ano, quando se dedicavam à pesca de pari, cultivo de roças e à coleta” (MOTA, 2000, p. 189).

Na síntese apresentada por Tommasino (2000) para definição da ocupação do espaço Kaingang em um determinado território, sugere que o ambiente de subsistência desse grupo étnico constitui-se de uma unidade dividida em três conjuntos. O primeiro é composto por serras (Krin), local mítico e diretamente associado as suas origens; campos (rê) e florestas (nén), onde os grupos indígenas exercem suas atividades de subsistência. “Esse vasto território constituía um espaço de contínuos deslocamentos dos grupos para desenvolverem suas atividades de subsistência material e reprodução social” (TOMMASINO, 2000, p.193).

Além desse contexto, e ainda segundo Tommasino (2000), cada grupo local Kaingang possuía um subterritório próprio, definido socialmente, onde este exercia seu direito de exploração, seguindo regras específicas e determinadas pela sua própria dinâmica cultural. Romper com esse acordo significava a decretação de guerra entre os próprios grupos. Nesse contexto, a autora remete para a idéia da existência de um “código jurídico e para um conceito específico de propriedade territorial Kaingang, distinta do conceito capitalista de propriedade privada” (TOMMASINO, 2000, p.195).

Numa passagem de Horta Barboza ([1916] 1954), quando da transferência do primeiro acampamento de atração para a região de Penápolis, para a formação do segundo posto, o de Icatú, onde este comenta a sua não-compreensão sobre o modo como os Kaingang teimavam em considerar o posto de atração como propriedade privada de um dos grupos Kaingang mais próximos, o de Vauhin, escreve que

[...] de acordo com essa idéia, os membros dos demais grupos que são hoje em número de três, entendem não lhes caber o direito de também se instalarem em terras do Icatú e nos solicitam para irmos fazer em seus domínios obras equivalentes às que, no seu pensamento, fizemos para o Vauhin (BARBOZA, [1916] 1954, p.68).

Mesmo a produção agrícola, cujo principal plantio era o milho, pertencia, dentro da lógica apresentada por Tommasino (2000), a quem o plantou. Esse plantio tinha o seu dono e essa propriedade era reconhecida pelos demais membros dos grupos. Quando da morte de seu proprietário, além da própria dinâmica do ritual de enterramento, o roçado também deveria ser eliminado. Porém, diferentemente da idéia de pertencimento desse contexto, “as florestas de todo o território tribal constituíam espaço de caça e coleta por qualquer indivíduo sem que essa exploração gerasse qualquer direito de propriedade sobre a terra” (TOMMASINO, 2000, p. 197).

A compreensão dessa dinâmica social Kaingang no sertão paulista vai tomando corpo com a formação do primeiro acampamento de atração idealizado pelo SPI.

Após a instalação e estruturação do posto de atração no acampamento do Ribeirão dos Patos num local muito freqüentado pelos índios Kaingang e a 2 km da antiga estação Hector Legru, atual Promissão, os agentes do SPI passam a explorar as matas da região do rio Feio/Aguapeí com mais intensidade, seguindo os diversos caminhos que se direcionavam para vários lados e muito trafegados por este grupo étnico, vão realizando, a partir dessas indicações, a ampliação dos caminhos e a abertura de estradas sertão adentro.

Os caminhos construídos pelo SPILTN seguiam sempre em direção ao rio Feio/Aguapeí já que todos os caminhos indígenas localizados seguiam nessa direção. “E o tenente Sobrinho, continuando impávido a grande obra, embrenhava-se na floresta para os lados do Feio, seguindo o trilho principal que de lá vinha em demanda do Ribeirão dos patos, e quando encontrava os pequenos ranchos de caçada dos índios, neles deixava-lhes presentes de roupas, machados e quinquilharias” (BARBOZA, [1913] 1918, p.18).

Do acampamento dos Patos seguiu a construção da estrada principal numa extensão de 30 km até o referido rio. Após a construção de uma ponte de passagem, os agentes do SPI continuam a abertura da estrada para além do rio Feio, localizando a primeira aldeia Kaingang. Descreve Barboza (1918) que “alcançando em princípio de dezembro de 1911, depois de percorridos perto de 20km a contar daquele rio, a primeira aldeia dos Kaingang, a qual soubemos mais tarde, pertencia ao grupo chefiado pelo *Rekakê Vauhin*” (BARBOZA, [1913] 1918, p.18). Segundo os relatos desse autor, nessa aldeia existia uma população “para mais de cem índios”.

Nessas constantes movimentações dos agentes do SPILTN à procura de novas aldeias Kaingang vão se ampliando os conhecimentos sobre esse grupo étnico e identificando novos locais ocupados por outros Rekakês. Nestas expedições são identificadas, além de *Vauhin*, as aldeias de *Congue-Hui*, *Cangrui*, *Rugrê*, *Charin*, contabilizando 500 pessoas a população total Kaingang. Todas elas localizadas na margem esquerda do rio Feio/Aguapeí. “A mais oriental das aldeias é a de *Vauhin* colocada aquém do Tibiriçá, e a mais ocidental é a de *Charin*, situada nas cabeceiras do ribeirão Itaúna que deságua no Aguapeí, logo acima do salto Carlos Botelho” (BARBOZA, [1913] 1918, p.24).

Em outro artigo Barboza ([1916] 1954) relatando a respeito dos trabalhos realizados pela inspetoria do SPILTN desde a pacificação em 1912 e já próximos de transferir o acampamento da “*Vila Kaingang*” para o aldeamento de Icatu, na região de Penápolis, no ano de 1916, identifica também a existência dos *Rekakês Careg*, *Iacry*, *Doquê*, *Recandui* e *Requency*. Numa nova totalização identifica 700 indivíduos a população dos Kaingang paulistas à

época do contato. Outra importante liderança Kaingang e identificada por Bandeira de Mello (1982) foi o *Rekakê Clenclá*³², importante liderança e mediadora entre Kaingang e os não-índios³³.

Nos relatos ainda encontra-se *Ererim* e seu irmão *Dorarin*, que juntamente com outros guerreiros vitimaram, em 1911, o engenheiro Sengner e a turma da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em um ataque ao acampamentos destes (Pinheiro, 1999:146). Além de *Rerig*, registrado por Pinheiro (1992) em uma descrição a respeito da abertura de uma estrada entre Legru e o rio Feio que provocou a morte do engenheiro da obra e seus comandados, pelo fato desses terem danificado a roça desse *Rekakê* (PINHEIRO, 1992, p. 259).

Ribeiro (1986) ao analisar os dados apresentados por Horta Barboza, registra a soma de 1.200 indivíduos no período do contato (Ribeiro, 1986, p.295). Na leitura de Pinheiro (1999) seriam em torno de 800 indivíduos a população total Kaingang habitando o oeste paulista (PINHEIRO, 1999, p.146). Porém, se levarmos em consideração a média estabelecida por Barboza para cada aldeia Kaingang num total de 100 indivíduos associado as denominações dos *Rekakês* identificados, teríamos então 1.300 pessoas vivendo nas aldeias registradas na primeira década do século XX no oeste do Estado de São Paulo, nesse caso, um coeficiente aproximado ao mesmo definido por Darcy Ribeiro.

Para o período do contato, esse número, entretanto, pode ser bem maior já que a média de 100 indivíduos foi definida por Horta Barboza baseando-se no grupo do *Rekakê Vauhin*. Escreve Barboza ([1916] 1954) que “o próprio *Vauhin* nos confessava que o seu grupo era o mais fraco de todos. Dando, no entanto, para cada em deles apenas 100 pessoas” (BARBOZA, [1916] 1954, p. 70). Nesse mesmo artigo, relata Barboza que

³² Após o contato *Clenclá* passou a ser a principal referência de Manuel S. Bandeira de Mello, responsável pela pacificação dos Kaingang no oeste paulista e encarregado da criação da Vila Kaingang e Vila Sophia, no acampamento dos Patos e pai de Darcy, e em várias situações o auxiliou na intermediação de conflitos entre os vários grupos indígenas.

³³ Em relato de Carvalho (1948) encontramos o nome de *Bry*, mas de acordo com a descrição pode ser o *lacy* já que o autor apresenta uma descrição sobre as mesmas deficiências físicas provocadas por um acidente que este teria sofrido. Portanto essa informação pode ser fruto de uma confusão.

[...] em março de 1912, data da pacificação destes índios só o grupo chefiado por Vauhin contava mais de 200 pessoas; 230 foram relacionadas pelo empregado Bandeira de Mello numa reunião que se conseguiu fazer na margem do rio Feio, no lugar em que existia a ponte construída pelo inspetor Manoel Rabello (BARBOZA, [1916] 1954, p.70).

Em outra passagem do texto de Barboza ([1913] 1918) descrevendo o início do contato com a aldeia de Vauhin, argumenta que “também do nosso lado sucederam-se as expedições e visitas às aldeias do Vauhin, onde existiam então para mais de cem índios, seguidas de incursões para além do Presidente Tibiriçá (...)” (Barboza, [1913] 1918, p. 23).

No período que antecede a ação direta do SPILTN, os números apontam para uma população Kaingang bem maior. Numa descrição registrada por Tidei Lima (1978) sobre os trágicos acontecimentos ocorridos em 1886 e relatados pelo engenheiro Lacerda Franco, proprietário de terras na região de Bauru e financiador de uma investida dos bugreiros contra aldeias Kaingang na região do rio Feio, os números dos ocupantes de uma aldeia se mostram bem acima das estatísticas até aqui apresentadas.

[...] Numeroso grupo chefiado pelo coronel Francisco Sanches de Figueiredo, partiu de Campos Novos e atravessou o rio do Peixe, seguindo rumo noroeste alcançou as vertentes da aldeia. Esta era composta de 5 linhas de ranchos, de uma cerca de 40m de comprimento, roça de milho calculada em 12 alqueires, animais domésticos, 500 índios [...] Pereceram todos os capitães da aldeia [...] Mais tarde, o superior dos capuchinhos, Fr. Bernardino de Lavalley, ao se referir ao massacre de 1886, acrescentaria também a utilização de 1kg de strychnina, para extinguir, com um intervalo de 5 a 6 meses, a população de mais duas aldeias Kaingang (LIMA, 1978, p. 146).

Segundo Lima (1978) o final desse episódio foi a morte, em consequência do envenenamento dos suprimentos de água, mais de 1.000 Kaingang. (LIMA, 1978, p. 146).

Nesse sentido, Lima (1978) sugere que, possivelmente, a população Kaingang até o final do século XIX seria de 4.000 pessoas distribuídas em várias aldeias localizadas em diferentes pontos do sertão paulista. Ao contrário do que se pregava à época, o “sertão desconhecido” em nenhum momento

estava desocupado, desabitado ou desértico, como os exploradores ligados aos interesses econômicos afirmavam.

É nesse contexto da ocupação do sertão paulista que se define o território Kaingang. Um local onde comporta a distribuição de vários grupos que se distribuem por relações de parentesco, agregando outros indivíduos. Um espaço físico onde os

[...] grupos familiares (extensos ou não) e as pessoas se movem constantemente, formando uma ampla rede de sociabilidade cujos indivíduos compartilham uma experiência histórica e se consideram partícipes da mesma cultura. Unificados, portanto, uma consciência mítica, histórica e étnica. Essa rede configura a espacialidade do todo social que expressa uma unidade sócio-política mais ampla, a sociedade Kaingang (TOMMASINO, 2000, p.208).

O advento do fim do primeiro acampamento de atração localizado no Ribeirão dos Patos, hoje município de Promissão, provocado pelos interesses econômicos e políticos³⁴, é fruto dos movimentos especulativos já em curso devido a valorização das terras que estão sendo demarcadas para a formação dos latifúndios produtores de café.

Com o fim da Vila Kaingang seguido da criação de novo aldeamento, Icatú, em Penápolis, atualmente município de Braúna, no ano de 1916, os Kaingang se vêem novamente desestruturados e jogados a própria sorte. Essa mudança provoca profunda crise em seu seio, gerando novos conflitos e mortes entre os diferentes grupos rivais, sendo que vários retornam ao interior das florestas.

Segundo Horta Barboza ([1916] 1954) o novo acampamento foi estruturado com o grupo do Rekakê Vauhin que já estava convivendo próximo a inspetoria. Os outros grupos continuaram a viver em suas aldeias, principalmente as que estavam além do rio Feio/Aguapeí.

Por sua vez, os chefes Rugrê, Doquê e Charin, ao saberem das relações de Vauhin conosco, concluíram, apressadamente, que teriam em nós outros tantos inimigos, e como nos temiam, agora que nos viam apoiados em um grupo de sua gente,

³⁴ Niminon Pinheiro (1999), em sua tese de doutorado discute detalhadamente esse processo.

internaram-se ainda mais em suas florestas. Assim passaram os anos de 1912, 1913 e 1914; e só em 1915 foi que, afinal, o único deles, que ainda sobrevivia, o Charin, se animou a vir ao nosso acampamento e fazer-se nosso amigo (BARBOZA, [1916] 1954, p.70)

Sofrendo fortemente as conseqüências do processo de expansão econômica, principalmente pela introdução de novas doenças que vão dizimando aldeias inteiras, esse grupo étnico segue uma curva decrescente de seus contingentes humanos. “Perseguições de bugreiros, envenenamentos, doenças e epidemias de gripe e sarampo e pressões das companhias de colonização (...)” (PINHEIRO, 2004, p. 355), resumem esse momento do contato entre dois mundos e que geram conseqüências profundas no processo de vivência histórica da sociedade Kaingang no sertão paulista.

No momento em que acontece a transferência para os novos aldeamentos, as conseqüências das epidemias de gripe e sarampo são alarmantes. Segundo estatística apresentada por Barboza ([1916] 1954), nesse período os índios Kaingang sofreram uma redução drástica e contavam aproximadamente 200 indivíduos. Pelo relato desse autor, aldeias inteiras foram dizimadas pela epidemia. “Houve mesmo um grupo, o do Congue-Hui, que foi totalmente aniquilado no curto espaço de alguns dias” (BARBOSA, [1916] 1954, p. 71).

No posto de Icatú, os grupos que possuem inimizades entram em conflitos constantes. A partir da necessidade existente em eliminar os conflitos ocasionados ainda pela rivalidade entre os indivíduos que sobraram dos vários grupos sobreviventes, Horta Barboza (1954) autoriza a abertura de outro posto de atração. Para isso foi criado o aldeamento no córrego do Pirã, a 9 km de distância da margem esquerda do rio Feio/Aguapeí, onde hoje se denomina aldeia Vanuíre³⁵.

Em visita aos acampamentos recém-criados pelo SPI para abrigar os grupos Kaingang, no ano de 1916, o médico Paula Souza (1918) relata que

³⁵ Esse aldeamento já era um projeto de Horta Barboza que ainda não havia sido colocado em prática devido às dificuldades financeiras. O local ficava próximo a aldeia do rekakê lacry (Barboza, 1954:67).

[...] no primeiro acampamento no Icatú existiam 64 índios, dos quais 22 homens adultos, 11 menores e o restante mulheres; no segundo, no Pirã, 31 índios, 12 homens, 13 mulheres e o restante crianças. Outros índios habitavam um aldeamento para os lados do rio do Peixe, afora os que viviam mesmo internados na mata (SOUZA, 1918, P.741).

Mesmo já tendo sido constituído os novos acampamentos a maioria dos Kaingang não permanece fixa aos postos de atração, preferindo permanecer em suas aldeias em meio da mata. Essa situação, porém, contribuirá para o extermínio desses grupos, pois os agentes do SPI não conseguem combater as moléstias que estão dizimando essa população. Por fim, em 1921, os Kaingang seriam apenas 173 indivíduos acomodados nos dois aldeamentos constituídos para abrigá-los (LIMA, 1978).

O que se observa, porém, é que no período histórico conhecido a conjuntura aponta para uma drástica depopulação da sociedade Kaingang. Em aproximadamente 15 anos, pelo menos, 90% da população Kaingang foi exterminada.

A idéia de não fixação em um local restrito está diretamente relacionada com a lógica de mobilidade Kaingang, já que esse elemento caracteriza esse grupo étnico e define o modo como ocupam o seu próprio território. Restringi-los em parcelas territoriais diminutas, significou uma violência tanto física quanto cultural (TOMMASINO, 2000) e que afetou profundamente a sua identidade étnica.

[...] Ao longo da história recente, os Kaingang tiveram seus territórios invadidos e confiscados pelos colonizadores. Foram confinados em reservas indígenas, vivem em partes exíguas de seus antigos e imensos territórios, na condição de tutelados. Despojados da terra e de seus recursos, que garantiam sua reprodução como caçadores-pescadores-coletores-agricultores, foram integrados ao sistema de mercado (TOMMASINO, 2000, P. 223).



CAPÍTULO IV

**A TERRA INDÍGENA KAINGANG REPRESENTADA
PELA ALDEIA VANUÍRE**

4.1 O aldeamento Kaingang a partir da ocupação do território pela frente de expansão capitalista no Oeste paulista

No decorrer do século XX, mais especificamente na primeira década, são criadas, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI)³⁶, as reservas destinadas ao agrupamento das populações indígenas remanescentes dos conflitos com a frente de expansão capitalista no oeste paulista.

Estes locais são definidos pelo aldeamento de Icatú, às margens da estrada Penápolis-Aguapeí e o aldeamento Índia Vanuíre, próximo ao rio Feio/Aguapeí que se estendem até a atualidade nesse modelo. Estas áreas correspondem a uma pequena parcela do que foi o território ocupado pelas populações indígenas (**Prancha 08**).

São reservas multiétnicas, isto é, habitadas por diferentes grupos étnicos, oriundos dos processos de apropriação de terras e da política de pacificação indígena implementada pelo sistema de colonização do sertão paulista, bem como em outras regiões do país. “São partes dos antigos territórios indígenas, doados pelo Estado ou por particulares ao SPI, para atrair e localizar os indígenas remanescentes do período das guerras com os bugreiros, que foram ‘pacificados’ pelo SPI” (PINHEIRO, 1999, p. 116).

Antes de serem definidos na atual constituição de aldeamentos Icatú e Vanuíre, o SPI criou o acampamento do Ribeirão dos Patos, fixando um primeiro aldeamento em um local bem freqüentado pelos indígenas nas margens do referido ribeirão onde se entrecruzavam várias trilhas oriundas de diversas aldeias³⁷.

Segundo dados de Melatti (1976), esse processo que se inicia com a ação do SPI se dá devido ao intenso conflito que já estava se tornando insuportável. Nesse período, o diretor do SPI, marechal Rondon, desenvolve um plano de atração e pacificação dos Kaingang com a criação de um hospital provisório em Miguel Calmon para atender os índios e a instalação de um acampamento de atração em Hector Legru (atual Promissão), à margem da

³⁶ Atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

³⁷ Como já detalhado no capítulo anterior.

Estrada de Ferro, de onde inicia a abertura de uma picada pelo meio da mata em direção ao rio Feio. Depois transfere para o acampamento Ribeirão dos Patos, fazendo aí sua base de operações.

Essa mobilização acontece entre 1911 e 1912 períodos de início do contato de atração, indo até 1915 com a pacificação do último grupo Kaingang. Porém,

[...] em consequência dos interesses econômicos e comerciais nas terras indígenas, pouco depois da 'pacificação', o acampamento dos Patos foi extinto. Os Kaingang foram forçados a se transferirem para uma área adquirida pelo SPI, denominada Icatú (PINHEIRO, 1999, p.197).

As sedes destes postos indígenas possuem aproximadamente as mesmas instalações com a casa do chefe de posto, enfermaria, escola, galpões e áreas esportivas.

O Posto Indígena Icatú localiza-se no município de Braúna, distante apenas 8 km desta cidade e a 35km de Penápolis, o centro regional. A mudança se deu em junho de 1916 acarretando conflitos entre os grupos Kaingang aldeados e entre os indígenas e o SPI. Segundo Melatti (1976) este posto também é conhecido pelo nome de "Capitão Kenkrá³⁸", pois a denominação Icatú foi definida a partir de maio de 1969 (**Prancha 09**).

Esta aldeia é a menor das reservas, possuindo 301 ha de terras demarcadas onde habitam 104 pessoas entre os Kaingang e os Terena³⁹, como observado no mapa de demarcação da terra indígena. A área do Posto é limitada pelo córrego Icatu e pela estrada que liga Braúna a Luziânia, ficando assim, relativamente isolado do movimento, pois a parte habitada da área está longe da estrada. A reserva é cercada por propriedades rurais destinadas ao plantio agrícola e a criação de gado (**Prancha 09**).

Para resolver o conflito entre os grupos Kaingang também foi criado em 1916 um outro aldeamento, 9 km antes do rio Feio/Aguapeí, que recebeu o

³⁸ Uma referência ao Rekakê Clenclá que atuou ativamente na interlocução entre Kaingang e não índios durante a permanência indígena no aldeamento do Ribeirão dos Patos.

³⁹ Conforme dados obtidos pelo Instituto Socioambiental junto a FUNAI no ano de 1998 e publicado em Povos Indígenas no Brasil: 1996/2000, conforme RICARDO (2000:772).

nome de Posto Indígena Vanuíre e agrupou alguns dos dissidentes do antigo posto (PINHEIRO, 1999).

Também conhecido como aldeia Pirã ou Aldeia dos Índios, este Posto localiza-se no município de Arco-Íris, no bairro da Ponte Alta, distante 23km do município de Tupã. Possui 709 ha de terras demarcadas, onde se concentram uma população de 181 indivíduos⁴⁰, registrado no ano 2000, entre os Kaingang, os Terena, os Krenak e alguns indivíduos do grupo Fulniô, Pankararu, Guarani e Aticun, além de não-índios (**Prancha 10**).

Em ofício redigido por Horta Barboza (1940) ao chefe do SPI, expondo o histórico da aquisição das terras do Posto Indígena de Vanuíre, comenta que a fazenda Guataporanga, localizada em ambas as margens do rio Feio/Aguapeí, de propriedade do Senador Toledo Piza, posteriormente sendo repassada para a Sociedade Lélío Piza e Irmãos,

[...] abarcando a totalidade das terras onde campeava indômita a nação Kaingang”, a inspetoria abre o seu segundo posto para a “para a pacificação dos Kaingang e deu-lhe o nome de Vanuíre, em memória da índia que assim se chamava (BARBOZA, 1940, p. 04).

No relato histórico, as terras situadas à margem esquerda do rio Feio/Aguapeí, próximo ao córrego Pirã, o SPILTN adquire 250 alqueires, registrada no cartório do 8º tabelião da capital de São Paulo em 04/06/1917 no livro de notas nº 17, fls. 45, para fixação dos Kaingang principalmente do grupo liderado por Charim. Nas terras de Icatú foi aldeado principalmente o grupo de Vauim, posteriormente sendo substituído na liderança, após sua morte, pelo chefe Careg, porém não recebendo todos os grupos indígenas já que outros optaram em continuar em suas aldeias, principalmente por conta das desavenças⁴¹. (BARBOZA, 1940: 05) (**Prancha 10**).

⁴⁰ Conforme dados do Instituto Socioambiental já mencionado, conforme RICARDO (2000:776).

⁴¹ Sobre a questão dos conflitos entre os grupos Kaingang e a necessidade de divisão do posto de Icatú, comenta Barboza (1940) que “a população Kaingang estando dividida em grupos rivais, que frequentemente abriam lutas intestinais, outros índios daquela nação permaneceram em aldeia própria, fora de Icatú e Vanuíre, e lá permaneceram em seu isolamento é que a inspetoria comparecia para dificilmente assistí-los. Esses índios isolados foram os do chefe Iacri” (Barboza, 1940:05).

Na visão de Pinheiro (1999), Vanuíre tem sua origem na própria ação de atração e pacificação do povo Kaingang. Segundo essa autora, em 1911, durante a expedição de reconhecimento da região de conflito, primeira etapa do plano de pacificação, o SPI localiza cinco índios Kaingang que foram aprisionados durante batidas bugreiras, nas terras de um bugreiro de nome Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, em Campos Novos do Parapanema, e que estavam sendo escravizados. Após serem retirados do cativeiro, tornaram-se importantes mediadores na frente de atração dos Kaingang, sendo que a personagem mais importante é a índia Vanuíre que se destaca na intermediação.

Predominam atualmente nesta aldeia os indivíduos do grupo Kaingang, antigos moradores da região e os Krenak, segundo grupo dentro da aldeia que foram transferidos para Vanuíre principalmente a partir da década de 40 do século XX, oriundos do vale do Rio Doce e do São Mateus, região mineira intensamente disputada por fazendeiros (PINHEIRO, 1999).

Numa distância de 9 km da aldeia Vanuíre encontra-se o rio Feio/Aguapeí, sendo que o Posto é banhado diretamente pelo córrego Pirã, afluente do ribeirão lakri e, no seu limite leste, banhado pelo alto curso do ribeirão Coiós. A área indígena é recortada por estradas de rodagem municipal, em sentidos diferentes, tendo um tráfego relativamente intenso. O perímetro da reserva está cercado por inúmeras fazendas agrícolas e de criação de gado.

Nesse sentido, relata Pinheiro que a aldeia Vanuíre

[...] constitui-se numa pequena reserva remanescente dos territórios tribais atualmente administrados pela Funai. Faz parte de um sistema econômico e administrativo que impede o acesso dos indígenas às terras e matas da região, destrói a autonomia dos grupos, controlando e direcionando os seus interesses (PINHEIRO, 1999, p. 10).

4.2 Terra indígena na atualidade: reocupação do espaço no cotidiano dos postos Indígenas

4.2.1 Conjuntura atual⁴²

Para obtermos informações que subsidiassem a construção de um banco de dados a respeito da atual situação do modo de vida da população Kaingang e a complexidade sócio-cultural na aldeia Vanuíre, para a elaboração de um diagnóstico inicial, desenvolvemos, como instrumento de pesquisa, um questionário que norteou uma entrevista preliminar com todas as famílias moradoras da aldeia “Índia Vanuíre”, permitindo, assim, a elaboração de um inventário da distribuição étnica no contexto da atual ocupação espacial definida pelo território de Vanuíre e a espacialização das informações em um mapa geral da área.

Posteriormente e já com alguns dados sistematizados, selecionamos alguns moradores para a realização de uma entrevista mais detalhada, que nos fornecessem elementos para a identificação de locais explorados pelo grupo Kaingang em períodos históricos pretéritos.

A base norteadora da pesquisa foi a variável habitação já que na atualidade ela segue uma codificação numérica que permite identificar o local de cada moradia. A partir de entrevistas com todos os moradores presentes no período da pesquisa⁴³, elaboramos um cenário pelo qual identificamos alguns aspectos da vida cotidiana das populações indígenas.

Como se trata de entender a dinâmica da sociedade Kaingang, procuramos identifica-los no contexto da aldeia Vanuíre e perceber como atualmente esse grupo étnico se movimenta no interior de uma aldeia multi-

⁴² Durante o período de conversas com as lideranças e trâmites para autorização de minha permanência na aldeia, alguns trabalhos foram solicitados em caráter de contribuição para a própria utilização futura da comunidade e que entendo como contrapartida para a minha permanência na área e realização da pesquisa. Esse ítem apresenta um pouco o resultado desses dados, que associado a um estudo ambiental e de um estudo das necessidades agrícolas, comporão novos projetos de intervenção na comunidade pelo qual me comprometi em desenvolver, visando a melhoria da qualidade de vida do local. Esses novos estudos serão realizados em parcerias com outros colegas pesquisadores e instituições.

⁴³ Esse levantamento de informações foi realizado na etapa de campo que aconteceu no período de 02 a 11 de abril de 2006.

étnica. Além disso, a pesquisa apresenta elementos gerais que possibilitam uma visão mais clara da conjuntura atual vivenciada pelos grupos étnicos que habitam esse pequeno território. Para entender o elemento étnico, optamos por uma abordagem que levou em consideração a forma como a pessoa se identifica enquanto pertencente a um determinado grupo.

Os principais aspectos abordados dizem respeito à relação entre a ocupação das atuais moradias e a condição étnica; a composição familiar; a composição étnica; gênero; faixa etária; dados de origem; fonte de renda; produção para subsistência (roça/pomar/roça/plantas medicinais); religião; atividades artesanais e indiciamentos criminais principalmente por motivos de caça e pesca.

Na atualidade a Aldeia Vanuíre é administrada por um Chefe de Posto não-índio que cuida dos encaminhamentos cotidianos e de necessidades agrícolas⁴⁴. Além do chefe de posto a administração da aldeia conta com um cacique que foi escolhido pela comunidade, hoje Gerson Damasceno, do grupo étnico Krenak e um vice-cacique, Irineu Cotuí, do grupo étnico Kaingang, escolhido pela indicação do cacique. Segundo Gerson Cecílio Damasceno, o cacique permanece administrando a comunidade até não errar perante a mesma⁴⁵.

Para decidir assuntos de interesse próprios, principalmente para a venda e compra de animais e produtos coletivos, planejamento da terra para plantar e de tudo que se refere às questões de interesse da aldeia, são realizadas reuniões comunitárias.

A Aldeia possui uma Associação, de caráter jurídico-administrativo, para receber financiamentos e administrar projetos, principalmente os agrícolas. Presidido atualmente por Denildo Doquenkri Campos (Kaingang), a associação tem como papel trabalhar para a comunidade e administrar seus bens. Desses bens fazem parte uma parcela de gado e equipamentos agrícolas. Da Funai, a comunidade possui um trator e uma grade (**Prancha 11**).

⁴⁴ Atualmente o chefe de Posto é o Sr. Luiz Gonzaga morador da cidade de Tupã. Os dados aqui apresentados foram repassados em entrevista com Gerson Damasceno.

⁴⁵ Gerson Damasceno é cacique à 16 anos.

Das instituições de apoio para a comunidade local, os serviços são prestados pela FUNAI e FUNASA. A Funai possui a casa do chefe de posto, hoje desocupada, e o escritório. Trata da burocracia da aldeia como aposentadoria, registro de nascimento, casamento, por exemplo. Tem 3 funcionários, sendo dois morando na comunidade e um morando na cidade. A Funasa, que cuida do saneamento e da saúde. Possui ambulatório que é assistido por um dentista, um médico e um enfermeiro que prestam serviços periódicos e dois auxiliares de enfermagem fixos sendo um da comunidade e um não-índio **(Prancha 11)**.

O sistema de ensino é vinculado a Secretaria de Estado da Educação. A comunidade possui uma Escola que faz o atendimento das crianças de 4 a 10 anos com sistema diferenciado a partir de parâmetros definidos pela comunidade. Atende em dois períodos. Todos os professores são da comunidade. Ensinam a partir do sistema bilíngüe com dois professores Kaingang e dois professores Krenak, além dois professores para língua portuguesa e matérias gerais. Possui um professor de cultura para atividades de artesanato, dança e noção de ambiente, principalmente para conhecer e tirar matérias primas. A Administração da escola possui uma diretora e vice-diretora, sendo que esta é da comunidade. **(Prancha 12)**.

Para continuar estudando a partir do 2º ciclo do ensino fundamental as crianças se dirigem até a cidade de Arco Íris onde também estudam no ensino médio. Quanto ao ensino superior hoje são 5 pessoas que estão cursando diferentes cursos, sendo dois em pedagogia, um em odontologia, um em direito e um em enfermagem. Todos no município de Tupã. Atualmente duas pessoas já se formaram em pedagogia. Por um convênio da Secretaria de Estado da Educação com a Faculdade de Educação da USP, os professores da comunidade estão sendo capacitados em um programa de formação específico do magistério.

Atualmente os falecimentos na comunidade recebem os mesmos tratamentos urbanos, sendo enterrados na própria comunidade, em cemitério local. **(Prancha 12).**

Para as atividades de lazer, a comunidade possui um campo de futebol oficial, um pequeno campo e uma quadra. **(Prancha 13).**

Também possui um Barracão aberto e um Galpão de festas construído recentemente pela Igreja Católica. Além de uma igreja construída pela Congregação Cristã do Brasil. Para a Assembléia de Deus existe uma casa construída pelos Terena para os cultos e que se localiza no lado norte da aldeia.

Na região oeste da aldeia, o grupo étnico Krenak possui um Centro Cultural com várias construções pequenas e uma construção maior em Sapé onde realizam os ensaios e apresentações culturais, recebem os visitantes e vivenciam sua experiência religiosa. **(Prancha 14).**

No lado leste, os Kaingang possuíam também um espaço cultural para realização de suas atividades, porém no momento se apresenta em ruínas.

A necessidade de água vem sendo gerenciada pela Funasa que no período da construção das casas perfurou um novo poço, já que o anterior não atendia mais as necessidades da comunidade, mas esse novo povo já se encontra com problemas o que vem levando a comunidade a racionar a água⁴⁶. A aldeia conta, ainda, com um sistema de rede de energia que abastece as residências. O resíduo sólido produzido pela comunidade é 100% queimado⁴⁷. Um pequeno grupo de famílias, 3 ao todo, desenvolve a reciclagem, principalmente de vidros, plásticos e latas para fins econômicos.

⁴⁶ Hoje a Funasa já iniciou, a partir de contratação de empresa especializada, a perfuração de outro poço e que se espera poder resolver definitivamente o difícil acesso a esse bem necessário.

Ocupação das atuais Moradias a Partir da Condição Étnica

Atualmente a Aldeia de Vanuíre é composta por 50 moradias⁴⁸ que abrigam 192 pessoas, numa média de 4 pessoas por residência. Desse universo, 11 residências são ocupadas por 30 pessoas Kaingang que se relacionam entre si, numa média de 2,73 pessoas por residência.

Para o conjunto da aldeia temos 39 casas que são ocupadas por Kaingang que convivem com outras etnias, num total de 152 pessoas. Desse conjunto, 14 residências com 58 moradores moram com pessoas que se identificam como tendo dupla etnia, numa média de 4,14 pessoas. Essa média, sendo a mais expressiva, aponta para uma tendência futura, principalmente quando levamos em consideração que são os mais jovens que se identificam com dupla etnia.

Do restante, 7 residências com 26 moradores, numa média de 3,71 pessoas estão distribuídas entre as relações étnicas distanciadas dos Kaingang. Mesmo com essa tendência os dados apontam para uma predominância da ocupação Kaingang na aldeia Vanuíre. Do montante geral de residências, 78% são ocupadas por pessoas que se identificam com o grupo étnico Kaingang, com 22% para as residências ocupadas por não Kaingang.

Comparando os dados referentes aos diferentes grupos étnicos e sua relação com uma residência, temos a predominância de pessoas de duas etnias convivendo na mesma habitação o que corresponde a 24 casas com 96 pessoas nessa situação. Logo em seguida temos a presença de 15 residências com 41 pessoas que convivem entre seu próprio grupo étnico.

No contexto da aldeia de Vanuíre, quando identificamos apenas os Kaingang esse coeficiente se mantém, porém abaixo da média geral, onde

⁴⁷ Caminhando pela área da aldeia o que se observa é que em muitos casos esses resíduos ficam depositados na superfície do solo e se acumulam em vários bolsões e sem o devido tratamento, o que pode trazer complicações a saúde de seus moradores.

⁴⁸ Durante o período da pesquisa 8 novas casas estavam vazias e uma casa estava sendo utilizada como escritório da Funai. Na atualidade algumas famílias Krenak retornaram para Resplendor (MG) por conta de indenizações e novos casais passaram a ocupar algumas das casas até então vazias.

observamos a presença desse grupo étnico convivendo em 18 residências num total de 71 pessoas, com outra etnia. Logo em seguida a presença de Kaingang convivendo entre si em 11 residências com 30 pessoas. **(Prancha 15).**

Ao detalharmos a mobilidade Kaingang e sua relação com outros grupos, percebemos que no convívio familiar os Kaingang se relacionam diretamente entre os seus pares, porém mantendo uma estreita ligação com pessoas do grupo Krenak, pelo fato de ser o segundo maior grupo presente no local. O mesmo acontece com os outros representantes de grupos étnicos da aldeia e que se relacionam com os Kaingang, o que gera o fenômeno da dupla identidade étnica no contexto de Vanuíre **(Pranchas 16 e 17).**

Composição Familiar

Na aldeia Vanuíre 60% das pessoas estão casadas e com filhos. Os filhos são a maioria dos moradores, o que aponta para uma área jovem com predominância para o masculino. **(Prancha 18).**

Ao compararmos com o dado étnico percebemos a predominância da mulher Kaingang já adulta e do filho homem. Entre os Krenak existe certo equilíbrio, porém com uma tendência também para o masculino. **(Prancha 19).**

Gênero e Composição étnica

No universo dos moradores da aldeia, de modo geral existe certo equilíbrio de gênero com uma leve tendência para o masculino, numa relação de 52% para masculino e 48% para o feminino. Quando comparamos a partir da composição étnica, percebemos que entre os Kaingang existe uma predominância feminina. Já entre os Krenak e demais componentes uma predominância masculina. **(Pranchas 20 e 21).**

Da totalidade de pessoas vivendo na aldeia de Vanuíre, a definição étnica se configura pela presença de 40% de Kaingang; 25% de Krenak; 10% de pessoas com dupla identidade étnica (Kaingang/Krenak); 7% com a presença de Terena e 18% divididos entre não índios, Aticum, Fulniô,

Pancararu, e de pessoas com dupla identidade étnica associadas a estes presentes. **(Prancha 22).**

Faixa Etária

Quanto a faixa etária a população da Aldeia Vanuíre é predominantemente juvenil, com a presença de crianças, adolescentes e jovens na ordem de 55% dessa categoria. No que corresponde ao grupo étnico Kaingang essa tendência se mantém, porém com uma variação de pequena escala e na ordem de 54% juvenil para 46% adulto. **(Prancha 23).**

Mobilidade e Origem

Quanto a origem das pessoas que moram em Vanuíre, predominam a presença de pessoas que nasceram no local, na ordem de 73%, num total de 140 pessoas. Desses moradores locais, 50% correspondem aos Kaingang, 24% aos Krenak, 15% ao grupo de dupla identidade (Kaingang/Krenak) e 11% ao restante dos moradores divididos pelos outros indicadores étnicos. Mesmo tendo presente que, com exceção dos Kaingang, os grupos étnicos vieram de outras localidades do país, estes já se incorporaram ao local pelo nascimento de gerações posteriores a sua vinda. **(Pranchas 24 e 25).**

Os moradores que vieram de outros locais, no caso dos Kaingang, uma parcela dos entrevistados afirmou ter vindo da aldeia de Icatú, portanto, a indicação predominante de origem no Estado de São Paulo. O segundo grupo diz respeito aos Krenak, oriundos de Resplendor, Estado de Minas Gerais e Terena, vindos do Mato Grosso do Sul.

Situação Econômica

A situação econômica da Aldeia Vanuíre se baseia essencialmente na atividade agrícola, seja ela roça de subsistência (8%), trabalhando fora da aldeia (12%), ou mesmo do artesanato que produz (11%). Percebe-se que a comunidade depende de financiamentos do Estado por meio de Programas Sociais (10%) ou aposentadoria (10%). Porém uma parcela significativa da

comunidade em idade adulta, girando em torno de 32%, não possui renda, ou são estudantes (17%). **(Prancha 26).**

Na média geral, os homens estão entre os que precisam sair da aldeia para trabalhar ou mesmo trabalhar na roça e as mulheres recebem a aposentadoria e se encarregam do artesanato. Na categoria estudante também há uma predominância das mulheres. Observa-se um equilíbrio de gênero no caso dos programas sociais já que estes estão ligados às famílias. **(Prancha 27).**

Quando se observa o indicativo étnico tendo o grupo Kaingang como referência, percebe-se que essa situação apresenta significativa variação, com um movimento crescente para a ausência de renda (34%), seguido pela diminuição da roça de subsistência (6%), maior dependência da venda artesanal (13%) e aumento da necessidade de se trabalhar fora da aldeia (15%), com uma baixa participação entre os estudantes (14%).

No caso da divisão de gênero se mantém a mesma situação geral da comunidade, com os homens trabalhando fora, porém com maior participação da mulher na atividade de roça de subsistência. Também as mulheres recebem a aposentadoria e participam mais do recebimento dos programas sociais governamentais. No caso da atividade artesanal, observa-se um equilíbrio com uma participação igualitária entre os gêneros.

Ao consideramos a faixa etária na participação da renda, percebe-se que há uma dependência econômica das famílias em relação às pessoas idosas e aos mais jovens devido ao recebimento de aposentadorias e dos mais jovens pelo recebimento dos recursos dos programas sociais. Nesse caso percebemos que a população economicamente ativa da aldeia de Vanuíre não consegue desenvolver ações suficientes para manutenção da qualidade de vida estável de suas famílias, se sujeitando a ações esporádicas, como a atividade artesanal, que tem seu maior desempenho somente no mês de abril, ou mesmo tendo que vender sua força de trabalho em empregos temporários fora dos limites da aldeia. **(Prancha 28).**

Um dos principais projetos gerenciados pela Associação é o Projeto Agrícola. Nesse projeto são envolvidas seis famílias que administram o plantio em 16 alqueires, com cultígenos como amendoim, milho e mandioca. Esse plantio varia de safra para safra. Para isso, possui um trator, duas chachalhadeiras de amendoim, uma roçadeira, uma grade de arrasto com disco, duas colhedoras de amendoim, duas tombadeiras, uma colhedora de milho, uma trituradeira de milho e uma carreta. Para armazenar os produtos no período da colheita, dependem de um barracão da prefeitura local. **(Prancha 29).**

O projeto é auto-sustentado, recebendo auxílio da Funai apenas para o combustível. O projeto está em funcionamento desde 1980 e era administrado exclusivamente pelo chefe do posto (Funai) e os índios recebiam diárias. Os índios começam a administrar o projeto há, pelo menos, 7 anos⁴⁹. Nesse período o projeto chegou a ter 28 pessoas trabalhando incentivados pela sua produção e que recebiam os dias trabalhados mais uma porcentagem. Na atualidade, o projeto para se manter retém 60% do resultado para o fundo comunitário que investe na continuidade do plantio agrícola e 40% é distribuído pelas famílias participantes. Além do projeto agrícola, existe a roça individual dos moradores. Dentre as famílias que cultivam a terra a área gira em torno de 0,5 a 2 alqueires plantados.

Hoje a capacidade de terra produtiva da aldeia gira em torno de 100 alqueires com a utilização de correção de solo principalmente calcário e depois adubo químico. Porém, grande parte dessa terra é utilizada sem correção. Outra parcela é utilizada como pasto, em torno de 150 alqueires, e está na capacidade máxima. A comunidade possui 380 cabeças de gado, divididos entre a parte pertencente a famílias que criam seu próprio gado e a parte da associação. Hoje são 17 vacas leiteiras que abastecem a comunidade e o restante é gado de corte. **(Prancha 30).**

Uma preocupação presente na comunidade e que está diretamente relacionada com a subsistência do grupo é a situação do solo nas áreas de

⁴⁹ Segundo informações do cacique.

plantio. Conforme consta de reconhecimento ambiental realizado na Aldeia Vanuíre, o solo arenítico é a base de toda a área da aldeia, sendo este bastante suscetível a erosão, provocando uma grande instabilidade do solo. Essa situação vem,

[...] tornando-se preocupante os processos de escoamento superficial e arraste de material para o fundo dos vales assoreando os cursos d'água. Foram presenciados vários pontos críticos de erosão na área, como também na área vizinhas, pois as perdas de solo não obedecem a fronteiras físicas, mas antes são uma resposta da topografia regional (BRIGANTE, 2006, p. 2).

Com o desmatamento e a implantação de pastagens e lavouras, observa-se alto grau de erosão que vem causando perda da camada superficial fértil. Na avaliação de Brigante (2006) a

[...] área apresenta-se em avançado estágio de degradação dos solos, especialmente das margens do curso d'água, afetadas por erosão do canal e erosão por deslizamento, com grandes blocos de solo despencando para dentro da calha do córrego. A área ao redor do corpo d'água apresenta, igualmente, vários pontos de erosão hídrica linear e de deslizamento (BRIGANTE, 2006, p.11). **(Prancha 30).**

Subsistência doméstica

Como a atividade de subsistência familiar tem um papel importante na vida da aldeia Vanuíre, procuramos entender como esse elemento de manutenção se faz presente no cotidiano das famílias. A atividade de roça se apresenta de forma associada a outros elementos complementares como hortas e pomares. **(Prancha 31).**

Do universo de residências pesquisadas, 44% possuem roça de subsistência com produtos variados como milho, feijão, arroz, batata doce, mandioca, abóbora, morango. No caso das hortas, a produção acontece no entorno das casas e corresponde a 26% dos moradores locais. Produzem nesse tipo de plantio diversos gêneros alimentícios como o milho, feijão, arroz, batata doce, mandioca, abóbora, couve, rabanete, salsa, rúcula, moranga, gengibre, batata, chuchu, alho, almeirão e café. **(Prancha 32).**

O que mais está presente na vida cotidiana das residências é o pomar, correspondendo a 60% das residências. Nota-se que as residências que não os possuem correspondem, às construções recentes. Várias frutas são encontradas como o abacaxi, goiaba, jabuticaba, laranja, limão, mamão, manga, seriguela, acerola, cajamanga, abacate, umbu, tamarindo, mexerica, uva, banana, jaca, cana, ingá, carambola, jambolão, pêssego, jambo, côco e pitanga.

A associação desses três elementos (roça, horta, pomar) também se dá de forma constante, porém a principal relação diz respeito a famílias que possuem a roça e o pomar (28%) ou a horta e o pomar (26%). **(Prancha 33).**

Quando observamos o contexto do grupo étnico Kaingang, percebemos uma ênfase acentuada na roça de subsistência que apresenta uma média maior que a geral, com 45,5% das residências. Já quando os Kaingang convivem com pessoas de outros grupos étnicos essa tendência diminui. Esse fenômeno pode ser entendido pelo fato de que membros dessas famílias passam a manter a subsistência doméstica trabalhando em outras atividades produtivas, muitas vezes fora da aldeia. **(Prancha 34).**

Plantas medicinais

Um dado relevante diz respeito ao cultivo de plantas medicinais em que a grande maioria dos moradores da aldeia Vanuíre, ou seja, 74% da população, desenvolve o cultivo de plantas que atuam na cura ou alívio de malefícios diversos. **(Prancha 35).**

Esse tipo de cultivo ocorre, na sua maioria plantando ao redor das residências. Em apenas um caso tivemos a informação de coleta nos remanescentes de mata da região. Podemos observar no quadro a diversas espécies indicadas pelos moradores. **(Prancha 36).**

Atividade Artesanal

Enquanto atividade econômica o artesanato passa a ser uma fonte complementar de renda de 48% das famílias moradoras da aldeia de Vanuíre. Apesar de não ser a principal atividade econômica, em muitos casos contribui fundamentalmente para a renda doméstica.

O artesanato na área é produzido essencialmente para o comércio e tem no mês de abril, o período de maior escoamento de produção. Durante o decorrer do restante do ano, a produção é destinada a um ponto de venda no município de Tupã, o Museu Histórico e Pedagógico “Índia Vanuíre” e, eventualmente, a pedidos de visitantes, porém sem uma regularidade definida⁵⁰.

O grupo Kaingang segue a tendência geral da aldeia porém com uma parcela menor confeccionando produtos artesanais o que corresponde a 45% das famílias. Essa situação apresenta um leve movimento ascendente quando pessoas do grupo convivem com outros grupos étnicos. Porém, o principal diferenciador e que inverte a tendência geral da comunidade, diz respeito a produção artesanal de outros grupos étnicos, e aqui representados principalmente pelos Krenak, com uma parcela de 54,5% produzindo artesanado. Os produtos artesanais produzidos pela Aldeia de Vanuíre podem ser observados no quadro. **(Prancha 37)**.

Situação Habitacional

As famílias que moram na aldeia Vanuíre atualmente estão concentradas em um único local apenas. A mobilidade ocupacional no espaço do território demarcado, e que se tinha ainda presente na primeira fase de ocupação indígena da área, e logo após o aldeamento, foi gradativamente

⁵⁰ Durante o período da pesquisa, a Delegacia de Cultura de Bauru desenvolveu um projeto piloto em várias áreas indígenas do Estado e Vanuíre também participou. A ideia seria desenvolver cursos de produção artesanal com monitores escolhidos na própria aldeia para desenvolver a atividade. Tinha-se uma expectativa de possibilidade do Estado criar canais de escoamento de produção, mas que não foi levado a cabo ao final do projeto. Apenas aconteceu uma exposição com o resultado das oficinas, frustrando as expectativas dos participantes do projeto.

sendo cerceada pela ação dos chefes de posto na medida em que estes passaram a estabelecer as condições de habitabilidade das populações ali instaladas. **(Prancha 38).**

A liberdade de escolha do local mais agradável para a instalação de sua moradia foi sendo limitada a medida que os projetos de habitação iam sendo desenvolvidos, principalmente a partir dos anos 40 do século XX, chegando até os dias atuais com a presença do Estado que construiu 57 casas no ano de 2004 pelo Programa Pro-Lar, para populações de baixa renda, e que simplesmente acrescentou-se o adjetivo “Indígena”.

Este programa foi desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), empresa vinculada a Secretaria de Estado da Habitação, que construiu casas de duas águas de alvenaria, numa disposição linear, seguindo um modelo padrão que vem sendo aplicado em todo o Estado. Além disso, implantou o sistema de esgoto com a construção de uma Estação de Tratamento, nos moldes urbanos e dentro da área de preservação permanente do córrego do Pirã, em sua margem direita. **(Prancha 39).**

Antes dessa intervenção do Governo do Estado, outros programas de construção de moradias foram desenvolvidos pelo SPI com a construção de casas de madeira, alvenaria e lages pré-moldadas de concreto. Essas intervenções estão configurando o novo modelo de ocupação do espaço habitacional da aldeia de Vanuíre nos moldes de uma Vila rural. A única exceção fica por conta da ocupação da porção sul da reserva, já próximo da divisa, onde atualmente moram duas famílias. **(Prancha 40).**

Tal perspectiva aponta para o interesse do Estado⁵¹ em transformar definitivamente o modo como a população indígena de Vanuíre ocupa o seu espaço. No trabalho de Melatti (1976) essa idéia fica bem evidente quando argumenta que no passado existia uma dispersão das habitações no interior da

⁵¹ Para uma discussão mais detalhada desse contexto a partir da atuação dos chefes de postos do SPI, observar o capítulo 5 da tese de Pinheiro (1999), intitulado “os encarregados e a administração dos indígenas”.

reserva mas que por interferência do chefe do posto, a nova composição da distribuição espacial das construções, vai sendo agrupada em uma agro-vila.

Em um mapa idealizado por Melatti durante o período em que desenvolveu suas pesquisas na área da aldeia de Vanuíre, no começo dos anos de 1970, é possível visualizar esse movimento de concentração da ocupação ocupacional com mais detalhes. Essa autora registra, inclusive a distribuição dos arrendamentos que estavam acontecendo em vários locais no interior da aldeia.

Nesse sentido, concentrar as populações indígenas em uma única área, facilitava a ocupação da terra para fins de arrendamentos que estavam sendo desenvolvidos pelos chefes de posto em detrimento dos interesses indígenas, os verdadeiros proprietários do local. **(Prancha 41).**

Nesse sentido, podemos definir basicamente a estrutura da aldeia de Vanuíre como um território que contem espaços domésticos, institucionais e de lazer. No interior do espaço doméstico se mantém as unidades que agregam as famílias. Esses espaços são associados a outras unidades institucionais e de lazer.

Atualmente o espaço doméstico é composto pela casa principal associada a outras construções de projetos habitacionais anteriores. A Casa construída recentemente, e definida como unidade doméstica, passa a ser a ocupada para as atividades cotidianas e de dormitório, ao passo que as construções anteriores tornam-se apêndices para armazenamento dos pertences domésticos, dispensa de alimentos, estocamento de artesanato, cozinha, dentre outras atividades. **(Prancha 42).**

Do ponto de vista da ocupação Kaingang as famílias estão espalhadas e ocupando vários pontos da aldeia, e em alguns casos agregam no seu espaço doméstico as famílias nucleares dos parentes mais próximos como os filhos, estendendo-se, portanto, a família local. **(Prancha 43).**

Nestes locais acontecem seus eventos particulares cujas ações desenvolvidas se compõem de várias tarefas. Também ocorre a manutenção

familiar e onde os alimentos, oriundos da atividade agrícola ou de bens comprados e em algumas situações caçados ou pescados, são processados e consumidos. É o local onde os bens materiais são utilizados e depois descartados nos diferentes pontos de queima de resíduos.

Ainda nesse espaço acontece a produção artesanal; onde suas plantas são cultivadas e seus animais criados para consumo anual. Enfim onde a permanência de cada indivíduo e sua relação social se fortalece, contribuindo assim para a própria existência da comunidade local.

Vida Religiosa

Na atualidade as religiões cristãs têm uma grande influência na vida cotidiana da comunidade de Vanuíre. Três são as principais correntes religiosas que atuam diretamente na aldeia. A principal Igreja é a Congregação Cristã do Brasil que agrega 71% das pessoas da aldeia, seguida pela Igreja Católica, com 19% e a Assembléia de Deus, com 7% de seguidores. Vale ressaltar que 3% das pessoas da comunidade, entre Kaingang e Krenak, disseram seguir religião tradicional. **(Prancha 44).**

Realizando uma associação entre o grupo étnico e a variável religião, percebemos que a Congregação Cristã está presente na vida da maioria dos Kaingang (55%). Os católicos correspondem a uma parcela significativa de Kaingang (26%) e Assembléia de Deus está presente na vida de 15% do grupo. 3 pessoas desse grupo disseram não pertencer a nenhuma igreja cristã e procuram seguir sua religião tradicional⁵². **(Prancha 45).**

Da festa tradicional Kaingang e denominada Kiki, pouco se ouve na atualidade. Ainda nos anos 40 do século XX essa festa foi proibida pelo chefe de posto sob a alegação de não propagação de doenças⁵³.

Essa ação se tornou extremamente pernicioso ao modo de ser indígena, já que esta atividade ritual atuava como agente regulador e

⁵² Em meio a mata que circunda a aldeia existe um pequeno terreiro onde são realizadas atividades religiosas que uma família local. Essas ações são bem reservadas e pouco comentadas pelos membros da comunidade.

⁵³ Mais detalhes em Pinheiro (1999).

ordenador de sua organização social. Além de ser um momento místico, como ritual de mortificação e de sintonia com o mundo dos espíritos onde se equacionava o coeficiente morte/vida e amenizava o temor que ela causava no meio dos Kaingang, permitindo, assim, a evocação a lembrança.

Durante a realização dessa festa, também se resolviam todas as pendências sociais: desentendimentos conjugais, nomeação de filhos, passagem da puberdade para a fase adulta, casamentos, alianças políticas com outros grupos, trazer a memória dos feitos guerreiros, divisão de alimentos, comemoração pela boa produção entre tantos outros feitos a mais.

4.2.2 Dinâmica para caça, pesca, coleta e situações de conflito

Algumas famílias da aldeia de Vanuíre costumam percorrer a região das bacias hidrográficas, principalmente o rio Feio/Aguapeí a procura de caça de animais e aves⁵⁴. Também para a pesca e coleta de mel e sementes para artesanato.

Essa atividade fora da aldeia é ilegal e tem acarretado prisão e processos judiciais contra membros da comunidade. Mesmo correndo esse risco os homens se organizam e seguem para os remanescentes de mata em reservas ou no interior da mata ciliar do Rio Feio, adentrando fazendas da região a procura de javali, paca, capivara, quati, cotia, tatu, etc. **(Prancha 46)**.

Aves como a siriema são caçadas para aproveitamento das penas na confecção de artesanatos. Ocasionalmente costumam organizar grupos para pescar no rio Feio/Aguapeí, principalmente na Fazenda Santo Antonio, local tradicional de incursão da população Kaingang antes do processo de grilagem realizado por fazendeiros da região. Nessa época o grupo de pesca chega a ficar até uma semana acampado, atividade na qual as mulheres ficam responsáveis pela limpeza do peixe e da cozinha e os homens pela pesca⁵⁵.

Para entender esse movimento fora da aldeia, acompanhamos Denildo Doquenri, juntamente com Irineu Cotui, em uma caminhada pelo

⁵⁴ No decorrer da pesquisa de campo na aldeia por várias vezes presenciamos as excursões pela região para essa atividade.

interior das fazendas que se localizam na área modular da pesquisa, principalmente no contexto da mata ciliar do rio Feio/Aguapeí, identificando os locais anteriormente indicados pelos Kaingang durante entrevistas, como fazendo parte de suas referências a respeito de sua mobilidade no território outrora pertencentes a seus antepassados. **(Prancha 47).**

Referências a respeito de aspectos ambientais, locais de conflitos e de utilização para complementação da dieta alimentar podem ser somados ao contexto histórico vivenciado pela sociedade Kaingang durante o longo período de sua permanência nas áreas da bacia do rio Feio/Aguapeí⁵⁶. Estes locais serão descritos a seguir e podem ser observados no mapa referente a informação oral.

Esconderijo perto do ribeirão lacri.

Segundo informações dos moradores locais, entre a foz do Ribeirão lacri e o rio Feio existia um grande buraco num tronco de uma árvore seca e “que parecia uma oca”. Esse local era utilizado pelos Kaingang no passado para abrigo tanto para atividades de subsistência quanto para se esconder dos violentos ataques empreendidos pelos bugreiros.

Ponte queimada em guerra entre índios e não índios

Esse local foi indicado por moradores da comunidade como sendo ponto de um grande conflito entre Kaingang e Não-Índios. No local se observa as Ruínas da ponte do conflito, isto é, esteios de madeira na margem direita do rio Feio. No passado o local era caminho para o município de Luisiania e adjacências. **(Prancha 48).**

⁵⁵ Comentário de Rosenilda Doquenkri Campos Damasceno, índia Kaingang casada com Gerson Damasceno, cacique.

⁵⁶ Esses dados podem ser observados no mapa da Identificação de Locais Obtidos pela História Oral e na vistoria realizada na fazenda Santo Antônio, inserida no módulo de pesquisa. Nesse caso, também identificamos locais onde o conflito com os bugreiros aconteceu e que ainda estão presentes na memória da comunidade Kaingang.

Aterro de acesso à ponte

Antiga estrada de acesso à ponte. Corresponde ao aterro para estrada que recortava a área de várzea na margem esquerda e formava a ligação entre o terraço fluvial e o terraço estrutural.

O Poção dos índios

Local de pesca no rio Feio. Local de remanso na margem esquerda do rio, onde se faz o meandro para a esquerda. Encontra-se ainda em meio a mata ciliar. Observamos uma ruína de um rancho de pesca.

Esse local é muito utilizado para pesca também na atualidade e, segundo Denildo, muito freqüentado pelos índios mais velhos que, no passado, vinham acampar e pescar no local.

Lagoa da Pedreira

Planície de inundação aonde a comunidade se dirige para pescar cotidianamente. Ponto antigo e bem conhecido pelos moradores da aldeia Vanuíre, aonde os antepassados Kaingang sempre iam pescar. Observamos que no local conhecido como pedreira corresponde ao mesmo ponto em que localizamos uma ocorrência cerâmica.

Segundo Denildo Doquenkri, seu pai já vinha pescar nesse local, bem como seu avô. Denildo, quando ainda criança, acompanhava seu pai durante suas pescarias. **(Prancha 49).**

Na época da estiagem as lagoas vão secando e a comunidade recolhe os peixes que ficam nos pontos mais úmidos e com pouca água, como os banhados que se formam na planície de inundação do rio Feio. Nesse período armam-se acampamentos nas proximidades da lagoa e os grupos

ficam por tempo prolongado. É nessa época que as mulheres acompanham o grupo.

Acampamento de pesca na Lagoa da Pedreira

Local identificado como área de acampamento temporário para pesca e utilizado por indivíduos da comunidade por longos períodos. Quando famílias da comunidade Vanuíre organizam suas pescarias, montam seus acampamentos nesse local e em seu entorno. Aí permanecessem por vários dias. Nesse período as mulheres também costumam acompanhar o grupo.

Local de caça

Corresponde ao contexto da mata ciliar do rio Feio/Aguapeí no terraço fluvial e imediações. Em meio a mata seguem-se caminhos feitos pelos membros da comunidade quando caçam. Nessa caminhada pudemos observar ainda alguns vestígios ou mesmo os animais anteriormente apreciados em entrevistas como o Javali, a paca, a capivara, o quati, a cotia e o tatu.

4.3 A imaterialidade do Registro Arqueológico: a memória como fonte da mobilidade Kaingang na Aldeia Vanuíre

Procurando ampliar o dado referente ao modo como os Kaingang ocupam o seu atual espaço definido pela aldeia Vanuíre, realizamos uma investigação com membros da comunidade para que esses nos indicassem a sua própria dinâmica ocupacional e o modo como percebem a própria vivência histórica na formação da aldeia.

Quando os Kaingang foram transferidos para a aldeia de Vanuíre ainda lhes era permitido realizar suas próprias construções e ocupar os locais que mais lhes interessassem. As antigas construções, bem como os vestígios

desse primeiro momento da ocupação, em muitos casos, não estão mais perceptíveis nos limites da área, principalmente pelo intenso processo de ocupação e mudanças constantes no interior da reserva.

Para registrar esses pequenos locais, utilizamos a memória de um informante para realizar um mapeamento dessa dinâmica. Percorremos a área da aldeia Vanuíre registrando pontos em que o informante se lembrava dessas construções, identificando aspectos desse local, seguindo de um circuito de sua própria vivência histórica na aldeia, numa interação entre passado e presente.

Para a realização dessa investigação, o primeiro passo foi identificar e definir o informante. Nesse caso ele é Irineu Cotuí, vice-cacique Kaingang. Irineu nasceu na aldeia de Vanuíre em 17 de setembro de 1951. Filho de Etelvino (Nilo) Vieira Cotuí e Clarice Levailik Cotuí, oriundos de Icatú. As informações de Irineu sobre as primeiras construções da reserva são lembranças de quando tinha entre 8 e 11 anos, atualmente está com 56 anos. Sua memória registra aspectos da ocupação da aldeia entre o final dos anos 50 e começo dos anos 60 do século XX.

Para cada ponto identificado, registramos o local com uma coordenada UTM seguido de uma descrição dos aspectos presentes na lembrança de Irineu. Posteriormente esse ponto foi inserido no mapa local da aldeia e define a dinâmica da ocupação interna em Vanuíre.

Nesse sentido, podemos afirmar que se trata da primeira fase das estruturas habitacionais da aldeia Vanuíre que vai da chegada das famílias Kaingang, em 1916, até final da década de 40, já com a interferência direta dos agentes do SPI no modo como as famílias deveriam morar.

Esse contexto também pode ser definido pela fala de Irineu quando relata que antigamente todas as famílias moraram separadas e espalhadas pela área demarcada da reserva. Era um momento em que os Kaingang ainda decidiam onde e como queriam morar, de acordo com sua própria dinâmica social, até se acostumar a nova situação imposta pelo agente dominante, o SPI.

Para a configuração da situação atual da aldeia e sua estruturação de acordo com os moldes definidos pelo SPI e, posteriormente, pela FUNAI, primeiro foram construídas as casas de madeira, juntamente com algumas de alvenaria. Essas construções marcam a segunda fase da ocupação habitacional indígena da área, a partir dos anos 40, e já diretamente comandada pela forma como o Estado quer que os grupos étnicos locais permaneçam.

Nesse caso, Pinheiro (1999) comenta que no ano de 1941 o encarregado do posto, o Sr. Bandeira de Mello, recebe uma quantia em dinheiro para construir casas que já estavam em andamento em sua administração com os serviços de carpintaria e retirada de madeira na própria mata da Aldeia. Essas construções foram entregues no ano de 1947, já na administração de outro chefe de posto, juntamente com algumas casas de alvenaria.

Na seqüência desse processo, são construídas outras casas, agora em lajes de concreto, a partir de 1971, e, recentemente, as de alvenaria, construídas entre 2004 e 2005, juntamente com a implantação do saneamento básico, por meio de rede de esgoto e estação de tratamento, já no modelo CDHU. Anteriormente a essa conjuntura as casas possuíam apenas fossa.

Mesmo sofrendo constantes imposições as populações indígenas de Vanuíre não se acomodam. Elas vão tomando conta da situação de acordo com sua mobilidade. Antes de entrar, constroem do lado de fora seus anexos e adaptam essas novas habitações de acordo com seus interesses e o modo como concebem a ocupação espacial do seu ambiente de vivência.

Além da mobilidade Kaingang, Irineu identifica fatos presentes em sua memória que correspondem aos locais dos movimentos históricos⁵⁷ vividos no início do processo de interação étnica, como a vinda de outros grupos indígenas e a conflituosa relação com fazendeiros do entorno da aldeia e a degradação ambiental que a área vem sofrendo desde a sua origem.

⁵⁷ É interessante observar que a fala do informante coincide com os fatos históricos sobre a ocupação do local e para mais detalhes ver: PINHEIRO (1999).

A situação das invasões ilegais, os arrendamentos desenvolvidos pelos chefes de posto do SPI e a forma como essa situação se configura, vai modelando a própria ocupação do espaço interno da aldeia no relato de Irineu.

Ao chegar até os dias atuais, esses momentos se configuram num mosaico da presença indígena, caracterizando um modelo de assentamento desenvolvido no oeste paulista a partir da intervenção estatal. Enfim, fatos e pessoas que marcaram e ainda interagem em sua vida⁵⁸. Nesse contexto, Irineu é sujeito de sua própria história.

Do ponto de vista da ocupação e uso do espaço trata-se de um levantamento de informações que permite perceber a distribuição e utilização das construções; as áreas de captação de matéria-prima com sua distância e acessos, as interferências antrópicas na produção e transformação do espaço Kaingang, mas principalmente a influência de fatores históricos e ambientais que ocorreram durante todo o século XX, chegando até os dias atuais a partir da leitura de dentro, isto é, do olhar daquele que vive essa realidade.

A localização de todos os pontos identificados se encontra no mapa do levantamento planimétrico da aldeia Vanuíre.

4.3.1 Breve descrição dos fragmentos da memória indígena na configuração do mapa da ocupação local

Habitações

- **LOCAL 01 (MORADIA KAINGANG)** – UTM 22k 565.893 / 7.590.117.

Irineu lembra que era tudo mata e tinha uma pequena clareira com uma cabana. Para se chegar ao local existia uma trilha bem estreita no meio da mata. Nesse local morava Joaquim dos Santos e Rosaria dos Santos. Os dois eram Kaingang. Aqui nasceu Jesuíno dos Santos, José Piuí (marido de Maria

⁵⁸ Para a descrição dos diferentes locais identificados por Irineu, o texto foi construído de acordo com a sua fala, no momento em que este identificava a área e ia recordando os

da Glória), Juca (irmão de Rosaria) e a Jacira dos Santos. Irineu recorda que comiam iamim com caça de macaco que dona Rosaria fazia. A mãe de Rosaria e Juca se chamava Goiôvê. **(Prancha 50)**.

Hoje observamos no local a presença de árvores frutíferas como manga e goiaba, além de urucum. Também observamos um esteio, possivelmente de antiga construção. Pelo chão ainda observamos alguns fragmentos de tijolos espalhados pelo local além de telhas, arames e ferragens, materiais que podem ter sido acumulados ao longo do tempo já que se trata também de um local para pouso de animais.

Segundo Irineu a casa foi construída com madeira cortada no machado e de tamanho pequeno que era encaixada. A parede era de madeira de coqueiro encaixada. A cobertura também era de madeira de coqueiro encaixada e fazia a aguada. Os próprios índios construíram a casa.

○ **LOCAL 02 (CHEGADA DOS KRENAK)** – UTM 22k 566.439 / 7.589.671.

Logo que João Umbelino Índio foi trazido da aldeia Krenak de Resplendor, em Minas, construiu sua casa nesse local. Ele foi casado com Gracina Umbelino. Irineu lembra que nesta época tinha roça de milho de João, mas também plantação de algodão que era arrendado pelo Itamar (chefe de posto do SPI).

Na idade de 8 para 9 anos Irineu já trabalhava nessa plantação, juntamente com os pais (Nilo Cotuí e Levailik, filha de Gavaing). No local observamos atualmente o pasto e um fragmento de esteio, além de árvores frutíferas como abacateiros e goiabeiras. Segundo Irineu, nessa época Itamar Simões já estava desmatando o local e vendendo a madeira para uma serraria em Tupã. O estilo da construção era de madeira e a cobertura era de sapé.

acontecimentos, os personagens e as situações vividas nesse local ao longo de sua história de vida.

○ **LOCAL 03 (ÍNDIOS E NÃO-ÍNDIOS)** – UTM 563.144 / 7.589.026.

Nesse ponto observamos fragmentos de tijolo, piso com cimento, metal que seriam vestígios de uma antiga casa que ficava ao lado da farinha arrendada pelo chefe de posto a não índios e que, segundo Irineu, também neste local morou Afonso Rodrigues da Silva e Alzira Cotui da Silva, sua irmã. O casal saiu desta casa e foram morar na cidade porque Afonso não era índio. Comenta Irineu que eles moraram, pelo menos, 40 anos fora da aldeia e, após o falecimento de Afonso, Alzira retorna para a Aldeia e passa a morar perto de sua família já há um ano.

○ **LOCAL 04 (OS KRENAK)** – UTM 22k 563.152 / 7.588.880.

Segundo Irineu, o local foi ocupado por Luiz Bispo, arrendatário da área, e com sua saída, passa a ser moradia da família de Jovelina Jorge Damasceno, vindo da aldeia Krenak, de Minas Gerais, onde criou todos os seus filhos. Como ninguém queria morar mais nessa área e com a construção da aldeia atual, toda a família de Jorge foi morar nesse local. Atualmente observamos fragmentos de tijolos, laje de piso em cimento, caco de telha, caco de vidro próximo a uma antiga Paineira.

○ **LOCAL 05 (MORADIA KAINGANG)** – UTM 22k 563.139 / 7.588.739.

Irineu comenta que esse ponto é o local onde moravam os Kaingang da família de Chico Paranã, que morreu queimado em 1972 e Rosa Francisca Paranã, onde nasceram os filhos Alcides Paranã, Antonio Paranã, Pedro Paranã e Roberto Paranã.

Segundo Irineu, Dn. Rosa fazia cerâmica e comida de milho (lamin). Lembra que veio várias vezes comer com esta família. Tinha 11 anos nesta época. Para ele eram Kaingang bravos que não gostavam de viver no meio de brancos e com roupas. No local tinham uma cabana de sapé e madeira de

coqueiro. Tomavam água de uma mina próxima e traziam em um pote de barro que faziam. Plantavam pequena roça de milho bugre.

Em 1972 pessoas da comunidade (provavelmente arrendatários) colocaram fogo em um colônio muito alto e denso. O Francisco entrou no meio para apagar, mas o fogo fechou e ele ficou dentro, sendo queimado. O local não tinha mais mata e só o colônio com alguns locais de roça. Dn. Rosa ensinava a falar na língua. O Roberto Paranã nasceu aqui, mas casou com Krenak e se mudou para Minas, morrendo por lá.

O Antonio Paranã ficou na casa de Dn. Antonia Barbosa até seu falecimento. Ele morava com Valdir Campos (Kaingang), que hoje mora na fazenda São Pedro, perto da aldeia. Tinha uma richa com o Zequinha Campos (primo do Valdir). Num sábado, o Zequinha, que era casado na Bahia e veio para ver a mãe, Dn. Enna, a noite, na casa do Valdir, o Zequinha foi lá e deu uma enxadada no Antonio. Ele ainda conseguiu pular a janela e correr para a mata. No meio da mata (lado norte da reserva), não dando mais para sair, o Zequinha foi atrás e acabou de matar com uma pancada de enxada na cabeça. Deixando a ferramenta no local e foi para casa da mãe. O motivo foi a richa. Apenas era a raiva um do outro já que não tinham bebido. Dizem que Antonio andava rodeando a mãe dele, mas não se sabe ao certo.

Em Icatu mora o Alcides Paranã que nasceu nesse local. Esta família era de Icatu e foi trazida para cá onde moraram primeiro perto do córrego Pirã em uma cabana de sapé e depois vieram para cá e fizeram outra casa de sapé. Depois o SPI fez uma casa para eles.

○ **LOCAL 06 (ÍNDIOS E NÃO-ÍNDIOS)** – UTM 22k 562.576 / 7.589.607.

Irineu lembra que nesse local morava Lidovino Fernandes, primeiro não índio casado com a índia Catarina Barbosa Fernandes (Kaingang), irmã de Ana Barbosa. Já era uma casa comum e de tábuas. Próximo morava o genro, Aparecido de Oliveira com a filha de Catarina, Geni Fernandes de Oliveira.

Quando era criança saía para tomar banho e pescar em uma lagoa que se formava logo abaixo no córrego Pirã.

Também tinha uma mina nas proximidades que também era utilizada. Atualmente o local é utilizado em parte para pastagem e em parte para roça dos moradores da comunidade, Ronaldo e Eder, que plantam abobrinha, milho, quiabo, feijão de corda, batata doce. Não observamos estrutura alguma ou vestígio. E as minas de água já secaram.

○ **LOCAL 07 (MORADIA KAINGANG)** – UTM 562.912 / 7.589.607.

Irineu comenta que aqui morava Augusto Barbosa (irmão de Antonio e Ana Barbosa) casado com Maria Detó, os dois Kaingang. Já era uma casa de tábuas. Comenta que eles são moradores do local de antes da formação do posto de Vanuíre, pois costumavam acampar nas imediações.

No local observamos um montículo, mas Irineu comenta que é um aterro, pois a casa estava em cima. Também vemos fragmentos de telha e alguns tijolos. O local fica no alto do terraço na margem esquerda do córrego Pirã.

○ **LOCAL 08 (MORADIA KAINGANG)** – UTM 22k 563.297 / 7.589.935.

Na margem esquerda do córrego afluente do Pirã, em sua nascente, hoje local de capoeira entre mata ciliar e mata de reserva, segundo Irineu seria o primeiro lugar onde os índios que não gostavam de vestir roupa da família Paranã moraram, ainda em casa de sapé construídas pelos mesmos. Eles não queriam contato com não-índio e viviam mais isolados.

○ **LOCAL 09 (MORADIA KAINGANG)** – UTM 22k 563.716 / 7.589.750.

Este local, segundo Irineu, seria a primeira casa que Antonio Barbosa (Kaingang) construiu para morar com a mãe (Dn. Mulata). Era casa de sapé com estrutura de coqueiro e depois o SPI construiu uma casa de madeira nas proximidades, mas que já foi destruída. Segundo Irineu, Dn. Mulata saía em peregrinações fora da reserva para pegar alimento para comer, coisas que sempre foi dela. **(Prancha 51).**

Plantava milho bugre e ia pegar galinhas no vizinho já que não criava. Na época ela percorria as fazendas da região pedindo alimentos ou recolhendo o que encontrava. Gostava de ir ao córrego Pirã e pegar peixe com uma peneira de taquara. Ia junto com outras mulheres como a mãe de Irineu, Clarice, Dn Rosa Paraná e a mãe do Biriba e se reuniam neste local para comer peixe.

○ **LOCAL 10 (OUTRAS ETNIAS)** – UTM 22k 563.537 / 7.589.421.

Irineu comenta que neste local já morou um índio que veio de Bauru e era Terena e construiu uma casa de Sapé. O casal se chamava Mane e Dn. Margarida (Guarani). Perto tinha uma mina que eles pegavam água e do outro lado tinha um moinho com roda d'água com pedra de mó para fazer fubá. Em 1964 uma grande cheia levou tudo.

Depois este local foi moradia da família de Irineu. Já era casa de madeira construída pelo SPI. Na mesma casa, depois morou o Waldemar Fernandes e Edith Rocha e os filhos, então arrendatários do local. Tudo foi destruído, isso entre 1963 e 1964. Edith era moradora da Fazenda João Vicente, que fica ao lado da reserva, na parte oeste. Hoje o local é formado por uma capoeira.

○ **LOCAL 11 (MORADIA KAINGANG)** – 22k 564.303 / 7.589.471.

Margem esquerda da nascente do córrego onde hoje a comunidade está realizando um projeto de reflorestamento ciliar de nascente. Local com

braquiaria antes utilizado como pasto. Segundo Irineu, tinha uma casinha de sapé com estrutura de coqueiro depois foi casa de tábuas, chão de terra e cobertura de telha com um pouco de sapé.

Na casa de sapé primeiro morou João Índio, depois de se mudar do fundo da reserva. Posteriormente foi construída uma casa de madeira no local onde ele continuou morando, com sua mudança a casa ficou fechada por 3 anos. Dn. Chica (Kaingang), que saíra da reserva para morar na fazenda Cocrã, retorna e o cacique da época, Sr. Antonio Barbosa, coloca ela para morar neste local junto com o filho José Carlos (Nezão), que nasceu no local e ficou até se mudar para a aldeia.

O local foi depois destruído para montar o pasto. Dn. Chica que morava na aldeia se casou com Virgílio Soares Leite que morava na fazenda Mozambo e era trabalhador do local, veio para morar neste local. Depois foram para a fazenda Cocrã. Com a morte do marido a comunidade se reúne e decide que poderia voltar e morar novamente na aldeia.

○ **LOCAL 12 (MORADIA KAINGANG)** – UTM 22k 563.862 / 7.589.515.

Neste local morava o Sr. Jaime Doquencri Campos (Kaingang) e Dn. Ondina (não índia), anteriormente moradores de Icatu. Eles combinaram de se casar e fugiram juntos, pois o pai dela não queria que eles casassem. Ao chegar a Vanuíre foram para a casa do Sr. Nilo, da família de Irineu e depois ocuparam esse local.

No local a casa era um pouco de palha (sapé) com madeira e telha. Quem fez a casa foi o SPI. A casa estava abandonada e eles arrumaram. O Denildo nasceu neste local. Depois eles mudaram para a casa de tábuas mais próxima à aldeia e no local em que estão morando hoje.

○ **CASA DE FARINHA** – UTM 22k 563.147 / 7.589.044.

Nos anos de 1960 existia uma farinheira arrendada pelo chefe de posto Itamar Simões para uma família que veio da Bahia. O local fica próximo ao atual cemitério. Irineu comenta que os índios tinham que comprar a farinha, apesar de produzirem o milho. No córrego próximo estava instalada a roda d'água para a moenda.

O nome do arrendatário era Pedro Bispo e dizia também que era índio e se instalou para morar nesse local. O filho, Luiz Bispo, atualmente mora em São Paulo e é aposentado. A mulher do Luiz chamava Eurides da Silva Bispo.

No local observamos fragmentos de tijolos em meio ao pasto. Segundo Irineu, esse local foi destruído porque era tudo de não índio e o Pedro Bispo estava ocupando tudo. Agora é o pasto da comunidade.

A mobilidade da família de Irineu

○ **MORADIA 01** – 22k 564.035 / 7.589.860.

Nesse local morava a família de Irineu com sua avó, que ele conheceu. Era criança e diz que a avó não gostava de branco e corria para o mato. Eram eles Gavanhi – avô e Vorik – avó.

A princípio era uma cabana e depois o pai de Irineu construiu uma casa de madeira já com orientação das construções do SPI. Atualmente esse ponto fica próximo às casas do lado leste, no topo da margem esquerda de um pequeno córrego que divide as áreas de moradia da aldeia.

Lembra, ainda, que antes tinha mata um pouco mais distante e plantação de arroz na baixada do córrego. Ao redor da casa era um colônio alto e tinha uma picada no meio por onde iam buscar água numa mina próxima. Dali ia pescar no córrego Pirã e traziam os peixes que a mãe preparava com iamin.

Nesse mesmo local nasceu sua mãe (Clarice Levailik), além do tio Darci. Também nasceram Irineu e seus irmãos (Sinésio, Antonio e Alzira). O pai (Nilo Cotui) nasceu na região de Glicério, perto de Icatu e depois foi levado para esta reserva. Como a avó ia muito para a região de Icatu com os filhos, Clarice acabou conhecendo Nilo e se casaram. Para se casar, Nilo veio de Icatu à Vanuíre e passaram a morar com a mãe da noiva.

Irineu diz, também, que a avó gostava muito de comer macaco já que tinha muito nas matas. A avó continuou morando no local, mas a família saiu e passou a morar em outro local. Irineu já tinha 12 anos. Os pais de Nilo morreram quando Irineu tinha 5 anos, provocado pela gripe e ele foi criado pela Dn. Candira. Irineu a considera sua avó paterna.

Comenta, ainda, Irineu do caminho dos Kaingang que passava pela atual aldeia e que esse local era um ponto de passagem do caminho que ia de Juliania, atravessava o rio Feio, passava pela aldeia e ia até Herculândia. Segundo Irineu conta, o local da aldeia servia como ponto de parada já que tinha água boa e peixes no córrego onde faziam acampamento nas baixadas do Pirã.

○ **MORADIA 02** – 22k 563.413 / 7.589.613.

Esse ponto é o local aonde a família de Irineu veio morar quando o pai passa a ser funcionário do SPI. No local existia uma casa de madeira próxima a uma mangueira de porcos que seu pai cuidava. O local era cercado pela mata ciliar do córrego Pirã. Esse ponto fica na alta vertente da margem direita onde apresenta mata secundária em regeneração.

Segundo Irineu, na primeira casa ficou a avó e o tio Darci e o restante da família se mudaram para este local, onde ele morou dos 12 aos 14 anos. Comenta, ainda, que o Itamar (chefe do posto) matava os porcos, mas sua família não recebia nenhum pedaço.

Atualmente observamos vestígios de concreto e tijolos do mangueirão de porcos, um mourão de cerca, piso e concreto. Logo abaixo fica a atual estação de tratamento de esgotos.

○ **MORADIA 03** – 22k 563.524 / 7.589.413

Nesse local Irineu morou dos 14 até os 18 anos, bem como todos os membros de sua família. Hoje se encontra em meio a uma capoeira com pés de goiaba. Nota-se um esteiro da casa de madeira.

Daqui seguem para ocupar uma casa de laje, onde mora atualmente com sua esposa, Ivani Cotui, no lado sul da aldeia e onde nasceu a filha Marisângela Cotui e a neta Geovana.

Por fim Irineu comenta que a avó, Vorik, morreu com 96 anos e Irineu nessa época tinha 26 anos. Dn. Clarice, sua mãe, é irmã de Dn. Catarina da aldeia de Icatu. Dn. Clarice faleceu com 72 anos e Irineu tinha 28 anos. Hoje ele está com 56 anos.

Local dos mortos

○ **CEMITÉRIO 01**⁵⁹ – UTM 22k 566.584 / 7.590.348.

No final da reserva, lado leste, em meio a pequena mancha de mata, na margem esquerda do ribeirão Coiós e margem direita de córrego afluente, encontra-se um grande montículo circundado por uma canaleta. Segundo informações de Irineu esse local pode estar associado a própria origem da aldeia Vanuíre já que mesmo no período inicial do processo de aldeamento, os Kaingang mantinham suas práticas funerárias, sendo cerceados gradativamente até a intervenção direta pela ação do SPI, normatizando o enterramento a partir de padrões não índios. **(Prancha 52).**

⁵⁹ No capítulo 6 apresentaremos uma discussão mais detalhada sobre a identificação desse cemitério.

- **CEMITÉRIO 02** – UTM 22k 563.223 / 7.589.011.

Segundo Irineu, o cemitério atual data dos anos de 1940. Em sua porção leste observa-se uma elevação de terra que caracteriza um enterramento coletivo em montículo, que Irineu comenta ser esse montículo anteriormente já existente e que o novo cemitério começou a partir dele.

Atualmente os corpos são enterrados individualmente. O atual cemitério começou com o enterramento de crianças mortas pela gripe. Hoje os corpos são enterrados em caixão, mas antigamente lembra-se que os corpos eram enterrados em folha de bananeira. **(Prancha 52)**.

Utilização do ambiente

- **NASCENTE 01** – UTM 22k 563.358 / 7.588.754.

Este local de nascente de água (mina) era onde a família Paranã costumava pegar água. O local já se encontra praticamente seco, apenas consta umidade do solo. No entorno não existe proteção vegetal e há somente capim braquiária.

- **BARREIRO 01** – UTM 22k 563.458 / 7.589.460.

Ponto na margem direita do córrego da represa, próximo à foz com o córrego Pirã. Já na foz este córrego forma uma pequena cachoeira em meio à mata ciliar. Local onde Dn. Candira e sua filha Enna extraíam argila utilizada em sua produção cerâmica. **(Prancha 53)**.

- **BARREIRO 02** – UTM 22k 563.100 / 7.589.791.

Margem direita do córrego Pirã e margem esquerda de córrego afluente, próximo a pequena cachoeira, em meio a mata ciliar. Este barreiro encontra-se esgotado e também era utilizado pelas ceramistas.



CAPÍTULO V

***OS TESTEMUNHOS MATERIAS DA OCUPAÇÃO
KAINGANG NO OESTE PAULISTA: ELEMENTOS PARA
A COMPREENSÃO DO REGISTRO ARQUEOLÓGICO***

5.1 Olaria Kaingang: A cerâmica como elemento material da cultura

Durante o período do contato e processo de aldeamento, a vida cotidiana da população Kaingang foi descrita por observadores atentos aos detalhes dos usos e costumes desse povo, tendo na atividade doméstica a principal fonte de informações já que mesmo aldeados no acampamento de atração da Vila Kaingang “não abandonaram de forma alguma os seus costumes, no espaço desses dois anos e meio” (MANIZER, [1914] 2006, p. 15).

Esses autores, como estão mais preocupados com a vida na aldeia, registram informações principalmente do trabalho doméstico feminino. Observações sobre o processo de pilar o milho em enormes pilões tanto individual como coletivamente, o preparo dos alimentos, a extração de fibras vegetais e o processo de tecelagem de suas vestimentas, a coleta de gêneros alimentícios ao redor da aldeia e a confecção de seus utensílios, de modo especial a modelagem e produção de vasilhames a partir do barro, são exemplos de suas observações de campo.

Nesse trabalho cotidiano Barboza ([1913] 1918) comenta que a paciência e a aplicação são exigências de sua produção na provisão das coisas necessárias a vida da mulher Kaingang e se manifestam com detalhes em todas as ocasiões. A partir desses elementos vai-se descrevendo a própria ação de produzir objetos.

Assim, por exemplo, a confecção dos utensílios de uso corrente, como as pinças de madeira, para apanhar no borralho as broas e os grãos de milho torrado; os balaios de vários feitios e tamanhos, tecidos com taquarina; os pilões abertos a fogo lento em cepos de madeira, dirigindo-se a combustão de tal sorte que, depois de prontos, se julgariam feitos com auxílio de nossas ferramentas, manejadas por mão de perito carapina. O mesmo se deve dizer da fabricação dos vasos de barro, de cor preta, e obedecendo a forma geral de um parabolóide de revolução⁶⁰, forma que parecia não dever ter sido a preferida,

⁶⁰ Para a definição da representação cônica da forma presente na cerâmica confeccionada pelos Kaingang, além da definição de Barboza pelo formato geométrico; Paula Souza (1918) associa ao fruto de sapucaia; Moura (1905) associa a forma de pião, Ihering (1895) chama de

pela aparente dificuldade que há em mantê-los em pé. (BARBOZA, [1913] 1918, p. 36).

Esse comentário de Barboza nos remete a idéia corrente na sociedade nacional de que a base plana torna-se a mais conveniente já que permite o próprio equilíbrio da peça. Porém, não se leva em consideração a próprio domínio tecnológico na confecção de suportes quando necessário e a própria possibilidade de propagação do calor, possibilitando melhor desempenho no cozimento.

O autor estabelece uma classificação da produção cerâmica Kaingang a partir de duas categorias que se diferenciam pelo formato das bordas. A primeira categoria é o KOKRÕ, que serve de panela e a segunda categoria é o PETKÊ, que Barboza associa ao prato. Admirado com o ato de produzir seus utensílios, o autor dirá que

[...] ninguém pode imaginar o que custa ás índias, que são artífices desses kokrõs e petkês, bem como dos pilões, de paciência e de habilidade, a fabricação de tais vasos, que elas fazem sem o auxílio de nenhum instrumento, amoldando o barro só com as mãos e os dedos; também não é menos admirável a resignação com que essas mulheres, muitas vezes, vêem o seu trabalho inteiramente perdido, quando, na operação final do cozimento, o barro, sob a ação do fogo, estala e fragmenta-se. (BARBOZA, [1913] 1918, p. 36).

Antes desse período, porém, um dos primeiros relatos registrados sobre a cerâmica Kaingang é descrito pela CGGESP. Em sua apresentação Moura (1905) relata que

[...] na cerâmica chegaram a uma perfeição bem regular. Suas panelas, apesar de obedecerem a um só formato, variam bastante no tamanho. As grandes ocupadas talvez como depósito de água ou mesmo de mel, são de cor amarelada cobertas de um desenho apagado, feito com tinta vermelha e em que predominam pequenos traços retos. As pequenas são na generalidade de cor preta de azeviche e apresentam sinais de usos culinários. O formato é muito aproximado ao do pião, motivo por que dificilmente ficam de pé sem auxílio de calços. (MOURA apud CGGESP, 1905, p. 9).

A primeira descrição detalhada da cadeia de produção cerâmica Kaingang foi realizada por Manizer ([1914] 2006), também seguindo a

forma troncônica, provavelmente retirado de Ewerton Quadros (1889) que utiliza a mesma

identificação já realizada por Barboza de duas categorias classificatórias para essa produção. Descreve o autor que para o início da produção do utensílio cerâmico

[...] traz-se de longe a terra argilosa, cinza escuro, envolvida em folhas e colocada dentro de cestos. Com as mãos, amassa-se a argila cuidadosamente com água. Uma velha senhora sova longamente um pedaço de argila e faz com ela uma taça, cujas paredes têm cerca de dois dedos de espessura. Tendo feito em seguida um rolo da mesma semelhante a uma salsicha de argila, ela o aplica na borda da taça preferencialmente pelo lado de dentro. O diâmetro dessa argola é um pouco menor que o da borda da taça. Em seguida esfrega com precaução, girando a mão pelo interior e alargando ligeiramente o anel; cola-se esfregando ao mesmo tempo a parede exterior, indo da base para a borda. O anel seguinte é colocado da mesma maneira sobre o precedente, é igualmente alarga do pela esfregação da mão no interior, grudado pela esfregação exterior, e assim sucessivamente: emprega-se até doze anéis para um pote de grandes dimensões. Obtém-se dessa forma um objeto quase cilíndrico com paredes bastante espessas. A ceramista o coloca então de lado e começa um outro pote. Depois de algum tempo retoma de novo a peça deixada de lado. Alisa-a, girando a mão pelo interior e simultaneamente pelo exterior e indo da base para a borda; as paredes se afinam gradualmente e, alargando-se, o objeto passa de uma forma cilíndrica para uma forma cônica.

Na sua fase cônica, o objeto é de novo colocado de lado por um certo tempo. Em seguida o trabalho é retomado: coloca-se novamente o pote sobre o joelho e com uma lasca de madeira ou uma concha alisa-se cuidadosamente a superfície exterior com um movimento em direção ao próprio corpo. Alisa-se a peça com uma lasca de madeira e, com a boca, borrifa-se água do lado de fora, juntando mais argila; às vezes a lasca de madeira é substituída por um sabugo de milho, uma pedra ou, às vezes, mesmo por uma colher. Uma velha havia conseguido, à custa de súplicas, que lhe fosse dada, especialmente para esse trabalho, uma colher de sopa. Pouco a pouco a borda superior adquire a forma necessária; depois, quando, o pote endureceu sob os dedos, tapam-se as rachaduras do fundo, corta-se a argila supérflua nos lugares muito espessos, e enfim alisa-se a superfície com uma pedra ou um sabugo.

No dia seguinte, se faz o polimento do pote por diversas vezes até que ele se torne uniforme, brilhante e suficientemente duro para poder conservar sua forma em qualquer posição em que for colocado; finalmente, coloca-se para secar, um pouco à sombra e um pouco ao sol. Quando o objeto está bem seco, é levado para um lugar retirado e se

procede ao cozimento. O pote é simplesmente colocado sobre a terra e rodeado de todos os lados com lascas de madeira. Ele é queimado até ficar vermelho e, com bastante frequência, ele se parte, o que faz perder o fruto de um árduo e paciente trabalho de um dia inteiro. Quando o fogo se apaga, borrija-se o pote com água misturada com milho moído "a fim de que ele se torne inquebrável". Se houver fendas, elas são tapadas com cera enquanto o pote está ainda quente. Esse cozimento é extremamente imperfeito: os cacos dos potes muito grossos dos Kaingang mostram que resta sempre no meio uma camada muito espessa de argila que não está cozida. Por isso, falta solidez à vasilha: ela deve ser manejada com muita prudência. O momento mais crítico da operação é o cozimento. A presença de uma pessoa estrangeira pode estragar tudo; assim, minha presença foi a causa de partir-se um grande pote, que estava sendo fabricado pela velha Kukri, donde a indignação sem limites da ceramista.

Além dos potes grandes (kukrú) se faz também, com terra argilosa, copos para beber (petki) com paredes mais finas; estes últimos demandam menos trabalho e tempo. Eles tem a forma de um tronco cônico invertido, sendo o fundo convexo. (MANIZER, [1914] 2006, p. 35-36).

A utilização dos Kokrõs aparece nos relatos com outras finalidades além do cozimento de alimentos. No registro de Barboza ([1913] 1918) esses utensílios também serviam para a fermentação do milho na produção da bebida consumida em larga escala durante as festividades. Para esse fim a produção dos kokrõs, apesar da mesma forma, assumia um volume bem maior do que os utilizados no cozimento de alimentos, nesse caso eram identificados como *KOKRÕ-BANG*⁶¹.

Ihering (1907) comenta também sobre o armazenamento do mel. Nesse caso, o kokrõ era atado com fibras vegetais para ser suspenso durante o armazenamento ou mesmo carregado durante viagens para coleta dessa iguaria muito apreciada.

Outra finalidade identificada no uso da cerâmica Kaingang e que se observa como o único registro dessa natureza, diz respeito ao uso em atividade funerária. Segundo Barboza ([1913] 1918), em tempos passados os Kaingang enterravam seus mortos desmembrando a cabeça do tronco. O sepultamento do tronco acontecia numa cova, enquanto que a cabeça era acondicionada

⁶¹ Quanto o kokrõ apresentava formas pequenas esse era definido como *Kokrõ-ti*. Miller Jr. Também denomina essas peças maiores de *Kokrõ mök*.

num kokrõ, sendo posteriormente objeto de grandes solenidades e somente muito tempo depois, cabeça e pote eram enterrados.

Além dos utensílios domésticos, segundo Piza (1938) os Kaingang produziam também sua buzinas, que eram instrumentos de difícil uso mas que produzia sons que de longe se ouviam. Com o som dessa buzina é que se anunciavam a chegada, procuravam-se os locais de encontro ou então aterrorizavam-se os inimigos durante os movimentos de combate.

5.1 A cerâmica musealizada como fonte analítica: o caso do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre

Os registros de coleções cerâmicas dos Kaingang paulista e que se encontram em instituições museais são identificados em apenas quatro casos. O Museu do Índio, no Rio de Janeiro, possui uma coleção que conta com 12 peças catalogadas em seu acervo. No museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo a coleção de vasilhas cerâmicas de seu acervo possui 29 peças⁶². E, por fim, o Museu Histórico e Pedagógico “Índia Vanuíre”, no município de Tupã, conta com um acervo com mais de 30 peças. Para o trabalho em questão utilizamos a coleção do acervo do museu “Índia Vanuíre”.

Segundo informações disponíveis⁶³ o Museu Histórico e Pedagógico “Índia Vanuíre”, foi criado em 1966. É uma unidade do Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria de Estado da Cultura. Localiza-se no município de Tupã, região oeste do Estado de São Paulo, estando instalado num imóvel construído em 1980 para esta finalidade pelo fundador da cidade. Seu acervo é composto de 24.000 itens entre objetos e documentos relativos à cidade, animais taxidermizados, e, em sua maioria, pela coleção etnográfica representando diversas nações indígenas brasileiras.

⁶² Para o Museu do Índio as informações estão disponíveis no site www.museudoindio.org.br. Do MAE observar informações de Robrahn-González (1997) e tese de doutorado de Sérgio Silva (2001). Além dessas instituições, o museu municipal de Paraguaçu Paulista possui uma peça. Para o acervo do museu de Tupã observar o artigo de Miller Jr. (1978).

⁶³ Conforme informações disponíveis em Catálogo do Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria de Estado da Cultura.

Da coleção etnográfica, que corresponde a maior parcela do acervo, encontram-se objetos das atividades de uso cotidiano como utensílios domésticos, de trabalho, de uso ritual, instrumentos de caça, adornos corporais, instrumentos lúdicos, cestarias; uma coleção diversificada de peças de produção cerâmica, entre outros objetos que formam uma das mais importantes coleções do gênero no Estado de São Paulo. A composição principal do acervo musealizado se dá pela aquisição por meio de doação.

Dentre os vários grupos étnicos representados pelas coleções etnográficas, um dos principais conjuntos que integram o acervo, diz respeito a produção artefactual da cultura Kaingang presente no Estado de São Paulo. Apesar de não se encontrar catalogado, corresponde a parcela relevante do acervo salvaguardado por esta instituição. **(Prancha 54).**

Nesse caso, pudemos manipular artefatos coletados dentre a população indígena e adquirir informações sobre o seu uso e fabricação e as possíveis transformações ocorridas no que se referem à utilização de matérias-primas e seus processos produtivos⁶⁴. Nos estudos de coleção, Hardin & Mills (s/d) observam que é interessante perceber o que fica e o que deixou de ser usado na peça, para entender as variáveis que alteram a produção do grupo cultural já que situações espaciais e históricas vão influenciando na produção cerâmica.

Como bem argumenta Stiles (1977),

[...] as coleções de museu são úteis para fornecer exemplos de artefatos culturais e como eles foram fabricados e foram usados. Eles normalmente fornecem informação de como os artefatos funcionaram dentro do sistema sócio-econômico e como ou por que foram descartados ou entraram em desuso. (STILES, 1977, p. 92).

⁶⁴ Durante nossas pesquisas de campo junto a aldeia Vanuíre, por várias vezes tentamos realizar um registro mais detalhado do trabalho ainda realizado pela Kaingang Enna, porém sem êxito já que ela se encontra com vários problemas pessoais e de saúde. Pelo seu estado, tem dificuldades em adquirir barro bom, pois não consegue mais chegar até o local de extração e com isso diminuiu muito sua atividade de produção cerâmica. Inicialmente imaginávamos que ela não nos queria por perto pelo fato de nossa presença interferir no resultado final de sua produção. Em apenas uma situação em que a ceramista recebeu certa quantia de argila por conta de um projeto da Delegacia de Estado da Cultura, pudemos observar parcialmente sua produção, mas ao final todas as peças quebraram-se durante a queima, pois a matéria-prima não era a adequada e Enna não estava familiarizada com essa argila.

A pesquisa museográfica se deu a partir do estudo e análise de uma coleção cerâmica etnográfica Kaingang que se encontra sob a guarda e curadoria do Museu em questão⁶⁵. Esse procedimento se desenvolveu na perspectiva de estabelecer uma compreensão da produção da cultura material desse grupo étnico, percebendo os mecanismos presentes na dinâmica do seu estilo, aqui entendido como um fenômeno que assume vários tipos e funções diferenciadas (Silva 2000) e de suas classificações que se estabelecem a partir de escolhas próprias e levadas a cabo pela oleira dentre as várias possibilidades, porém relacionadas a um determinado contexto histórico.

Nesse sentido, observa Silva (2000) que

[...] toda técnica constitui-se da inter-relação dos seguintes elementos: matéria, energia, objetos, gestos e conhecimento. E que esses elementos fazem parte de um conjunto de cadeias operatórias, ou seja, de uma série de operações envolvidas em qualquer transformação da matéria (incluindo o nosso próprio corpo) pelos seres humanos. (SILVA, 2000, p. 62).

A principal referência para a compreensão da produção tecnológica cerâmica Kaingang foi o trabalho desenvolvido por Tom Miller nos anos 70 do século XX (MILLER, 1978). Com base em seus estudos etnoarqueológicos, reproduziu com detalhes toda a cadeia operatória das ceramistas Kaingang ainda vivas nas aldeias do oeste paulista. **(Prancha 54)**.

A partir de sua pesquisa de campo entre esse grupo étnico, observando o processo construtivo desenvolvidos pelas oleiras, registrou suas diferentes escolhas. Tomaremos a obra desse autor como referência para análise do material cerâmico que será desenvolvida neste capítulo. Em nosso caso, entendemos também que o resultado da pesquisa é fruto de uma leitura possível do contexto analisado e, portanto, passível de várias interpretações de acordo com o ponto de vista estabelecido por quem realiza a observação.

⁶⁵ Para o desenvolvimento da análise montamos uma ficha de dados que foi baseada em material desenvolvido por Camila de Moraes, intitulada “Ficha de Cadastro de Material Cerâmico”.

Dados gerais

O conjunto analisado é composto por 30 peças cerâmicas da coleção etnográfica do museu Vanuíre. Desse montante 96,7% das peças encontram-se completas e em bom estado de conservação. Em apenas um caso a peça se encontra com 75% de sua forma original. **(Prancha 55).**

Essa coleção é composta, em sua grande maioria, por objetos artefatuais utilitários, domésticos e de ornamentação, que foram confeccionados por mulheres da comunidade Kaingang da aldeia de Vanuíre, a Sra. Candira e sua filha Enna, entre o final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX, posteriormente sendo doados pelas artesãs para composição museológica⁶⁶.

Uma única peça da coleção analisada não foi confeccionada por estas ceramistas. Trata-se de um vasilhame que foi encontrado nas primeiras terraplanagens quando da formação da cidade de Tupã e que, segundo registro no livro de tombo, foi retirada durante a abertura da Avenida Tamoios, centro da cidade, em 1929 e, posteriormente, já nos anos 60 doado para o museu. Nesse caso, um registro da presença de uma aldeia Kaingang onde hoje se encontra a referida cidade.

Os Kaingang de Vanuíre utilizam o termo *Kokrõ* quando querem se referir a cerâmica produzida por suas oleiras. Também utilizam o termo *Kokrõ ti* para as peças de menor proporção.

Do ponto de vista tecnológico os vasilhames Kaingang apresentam características bastante homogêneas. Na análise que realizamos dos *Kokrõs* Kaingang pudemos perceber uma estrutura aberta, com contorno do corpo variando entre o infletido e o simples, com boca de forma circular. **(Prancha 55).**

⁶⁶ As doações para composição da coleção do museu Vanuíre continuam acontecendo mesmo na atualidade. Dentre as peças analisadas uma se refere a doação recente e realizada no mês de abril de 2006 pela artesã Enna.

Quanto ao formato desses potes cerâmicos realizamos uma divisão básica onde definimos quatro tipos principais: panela, tigela para beber, jarra para bebida e outras formas⁶⁷. As panelas compõem o maior conjunto da coleção com 14 peças, o que corresponde a 46,7% da coleção. **(Prancha 55)**.

Nessa análise, percebemos que a base das peças dessa coleção é do tipo plana, correspondendo a 43,3% do total do conjunto, seguido das arredondadas com 23,3% e das cônicas, na mesma proporção, ou seja, 7 peças.

5.2 As formas definidas

Panelas

Das peças classificadas em panelas observamos que 92,9% permanecem em sua forma completa e apenas uma com 75% de sua forma original. Apresentam boca circular e contorno do corpo infletido, com base cônica predominando com 42,9% das peças, seguido de base plana com 28,6% e arredondada com 21,4% das peças. **(Prancha 56 e 57)**.

Tigela para beber

Nessa categoria todas as peças se encontram em sua forma completa. Observa-se que possuem boca circular, contorno do corpo simples e estrutura aberta com base plana em 75% das peças. **(Pranchas 58 e 59)**.

Jarras para bebida

Na categoria Jarras para bebida a análise identificou a total integridade das peças, nas quais se observa o contorno do corpo predominando o simples em 75% do conjunto, com estrutura aberta e boca circular. A base é plana. **(Prancha 60 e 61)**.

⁶⁷ Definimos essa categoria a partir de peças que consideramos de formato eclético a partir de leitura do contexto em que a ceramista estava inserida.

Formas Ecléticas

Para as outras formas nota-se a presença completa das peças com contorno do corpo simples, boca circular e predominância de base plana, porém também com a presença arredondada e cônica na ordem de 20% respectivamente, com algumas formas fechadas. **(Prancha 62 e 63).**

5.3 Comparação dos dados quanto ao formato

Comparando-se os dados no conjunto das peças analisadas percebemos que dentre tais peças predominam as formas abertas nas tigelas para bebidas e as formas fechadas para as panelas e nas outras formas, com a predominância do contorno circular da boca. Nota-se que as tigelas para beber foram confeccionadas com bases planas e arredondadas ao passo que as panelas predominaram as bases cônicas. Já as jarras para bebida as bases são arredondadas.

Em alguns casos ficou bem nítida a técnica construtiva do rolete. Além disso, percebe-se que o prolongamento final na realização da forma cônica foi interrompido para dar novo formato com a base plana ou arredondada, facilitando assim o equilíbrio da peça em superfície horizontal.

Miller (1978), ao descrever sobre esse procedimento observa que “os fundos antes arredondados ou cônicos, agora são achatados para facilitar o assentar da peça na prateleira de madeira, em vez de numa cova no chão, agora assoalho” (MILLER, 1978, p. 29)

Para o acabamento da peça nota-se que a superfície foi alisada, porém de forma descontínua, possivelmente, com seixo pelo fato de se observar as estrias e canaletas na peça. Um dado importante e destacado por Miller (1978) é que a artesã possuía suas ferramentas de trabalho e as guardava para o uso contínuo, evitando assim adaptações. Nota-se a

preferência por instrumentos que lhe são agradáveis e proporcionam melhor desempenho durante a execução do procedimento técnico.

Com um pedaço de madeira alisada, alternada com um pedregulho achatado e muito liso, molhando-os constantemente. Os dois, ela mantinha guardados durante muitos anos, por serem especialmente bem adaptados a essa tarefa. Este processo de raspagem na superfície exterior, enquanto uma mão apóia a interior, resulta em alisamento e adelgaçamento das paredes da peça. [...] Diariamente, num período de sete a dez dias, várias vezes ao dia, ela retirou as peças da estante e alisou a superfície com o pedregulho. O resultado final foi uma superfície polido-estriada, mas não lustrosa. As marcas do polimento permaneceram bem nítidas. (MILLER, 1978, p. 11).

Nessa coleção percebem-se alguns processos erosivos a partir de descamação na parede e na base de algumas peças de onde estão se soltando os pigmentos pretos. Além disso, em alguns casos a peça encontra-se com várias rachaduras e/ou já com ausência de algumas partes. Nesse caso foi possível observar a seção transversal e analisar o antiplástico que se dá a base de caco moído. **(Prancha64 e 65).**

5.4 Comparação dos dados métricos entre as formas

Para a comparação métrica da cerâmica produzida pela população Kaingang e acondicionada nas dependências do museu Vanuíre, no município de Tupã, utilizamos cinco categorias básicas que nos auxiliaram na compreensão geral da coleção analisada: o diâmetro da boca, o diâmetro máximo da peça, a altura total, a espessura máxima da borda e o diâmetro da base.

As medidas das peças analisadas podem ser visualizadas nas tabelas abaixo, a partir da especificação de cada categoria observada.

De modo geral, a cerâmica produzida pelas oleiras Kaingang apresentam uma altura mediana variando entre 35,1 cm na peça mais alta classificada na categoria de panela e 3,9 cm na mais baixa, identificada na categoria tigela para beber. Estas peças possuem um diâmetro máximo

registrado também na categoria panela com 15,4 cm para um mínimo de 8,5 cm na tigela para beber. O Diâmetro da abertura da boca variou em 24,2 cm para a maior abertura na categoria panela e 6,0 cm na categoria jarra para beber. **(Prancha 66).**

Segundo Miller (1978)

[...] na classificação de D. Candire a peça de 8,7cm de altura é 'kokrõ t^{si}' (pequeno), maior do que 20cm é 'kokrõ mök' (grande) e de 14cm e menor de 20cm sendo simplesmente 'kokrõ'. Segundo os informantes, a função do kokrõ é de cozinhar alimentos. O grande kokrõ mok (de 34,4cm altura) era para cozinhar macaco. Há tempo que não se fabrica mais kokrõ mok desse tamanho –('não tem mais macaco')" (MILLER, 1978, p.14).

Quanto a espessura nota-se que apresentam pequenas dimensões variando entre uma cerâmica de proporção média com 0,8 cm na tigela para beber e grossa com 1,9 cm, nas panelas. Quanto ao diâmetro das bases as maiores medidas foram para as panelas com dimensão máxima em 13,9 cm contra as menores proporções entre 0,4 e 0,6 cm para as jarras e outras peças.

5.5 A Decoração Kaingang

Um dos aspectos mais marcantes na cerâmica etnográfica Kaingang diz respeito ao estilo decorativo. Nota-se neste produto da olaria indígena a intencionalidade da ceramista em tratar a superfície da peça a partir do desenvolvimento de uma técnica que se baseia na aplicação de pigmentos de fuligem a partir de um esfumaçamento que gera manchas pretas e que se espalham pelo corpo da cerâmica.

Em alguns casos é nítida a continuidade decorativa com a execução de brunidura superficial que uniformiza as manchas e torna a superfície da peça mais suave. Porém, percebemos que nem sempre existe a brunidura, fato que nos permite observar que a artesã deixa apenas as manchas de fuligem como produto final.

Nesse estilo decorativo não se vê regularidades presentes nas faces da peça. A partir da técnica de pigmentação as manchas vão se formando aleatoriamente na superfície da cerâmica. O processo segue as escolhas realizadas pela artesã a partir da manipulação do utensílio ainda incandescente em contato com materiais orgânicos que se aquecem com facilidade e resultam numa combustão incompleta. Nessa dinâmica, a peça vai absorvendo os pigmentos da combustão incompleta e, de acordo com o movimento realizado pela oleira que utiliza uma grande pinça, as manchas pretas vão se constituindo na superfície da cerâmica produzindo as mais variadas formas.

De acordo com a descrição de Miller (1978), observando a Kaingang Candire na execução da queima e em seguida o procedimento decorativo, o autor comenta que

[...] nenhuma cova foi preparada, sendo a queimação feita de fogo aberto na superfície do chão. Por haver um pouco de vento, o fogo tendia a ser mais forte de um lado do que de outro, e o próprio vento esfriava um lado da peça em cocção. De vez em quando D. Candire acrescentava mais lenha. Finalmente a peça adquiriu uma tonalidade de vermelho-fogo, fulgurando como as próprias brasas. Com isso, D. Candire considerou a cocção satisfatoriamente levada a cabo. Preparou um monte de palha de milho e, retirando o vaso com uma pinça de madeira, de fabricação própria, o colocou na palha – praticamente o mergulhou na palha – e começou a gira-lo. Uma nuvem de fumaça preta envolveu a peça, penetrando nas paredes. Mais palha foi colocada dentro do vaso, mas tanto o vaso quanto a palha foram mantidos em movimento, para evitar que esta pegasse fogo. Terminado o processo de esfumamento, D. Candire colocou o vaso por cima de um pedaço de lenha e recomeçou todo o processo com as tigelas cônicas. (MILLER, 1978, p.11). **(Prancha 67)**.

Nesse caso fica fácil a percepção da intencionalidade da artesã no processo decorativo, pois a todo o momento ela controla o movimento da peça para ir recebendo os pigmentos carboníticos oriundos do processo de aquecimento da palha. Para esse procedimento, e em outras situações e períodos históricos diferenciados, poderiam ter sido utilizados diferentes materiais orgânicos, como outras folhagens ressecadas, que produziram o mesmo efeito. **(Prancha 67)**.

O controle das variáveis apresentadas para essa coleção foi possível de ser realizada pelo fato de que não houve a interferência da queima de uso doméstico já que se trata de uma coleção confeccionada e direcionada ao museu do município de Tupã. Para efeito de comparação utilizamos a peça arqueológica que foi doada à instituição e que não corresponde ao conjunto das peças confeccionadas pelas artesãs conhecidas.

Nesse sentido, do conjunto de vasilhames cerâmicos da coleção analisada, pudemos observar a presença de quatro variações estilísticas assim definidas:

- 1) Peças com manchas pretas tanto no lado interno quanto externo de formas variadas que se espalham pelo seu corpo, porém com superfície mais áspera;
- 2) Peças com manchas pretas de esfumaçamento tanto no lado interno quanto externo de formas variadas que se espalham pelo seu corpo com posterior brunidura da superfície;
- 3) Peças completamente pretas ou com mais de 90% de seu corpo tomado pelo esfumaçamento com processo de polimento posterior (brunidura);
- 4) Peças completamente pretas ou com mais de 90% de seu corpo esfumaçado, mas apresentando superfície áspera.

Para exemplificar essas categorias identificadas no estilo decorativo Kaingang utilizaremos algumas imagens às quais introduzimos os respectivos comentários:

VARIAÇÃO 01 – Peças com manchas pretas tanto no lado interno quanto externo de formas variadas que se espalham pelo seu corpo, porém com superfície mais áspera

Na face interna observou-se grande mancha preta que vai da base e porção parede até a borda. Na face externa as marcas do esfumaçamento se

espalham pela peça em vários pontos, com maior presença na base. **(Prancha 68).**

As manchas presentes nesse pote se configuram na face interna pela presença na borda e no fundo. Na face externa percebe-se uma predominância de um dos lados com uma grande mancha ao passo que o outro lado as marcas são mais leves. **(Prancha 69).**

Nesse detalhe as manchas pretas vão se espalhando pela peça. Na face interna percebe-se uma mancha no fundo e outra que marca a peça até a borda. Na externa ela vai se mesclando com a própria tonalidade da argila cozida e ocupando parte no entorno da peça. **(Prancha 70).**

VARIAÇÃO 02 – Peças com manchas pretas de esfumaçamento tanto no lado interno quanto externo de formas variadas que se espalham pelo seu corpo com posterior brunidura da superfície.

Na face externa o esfumaçamento se espalha por todo corpo ao passo que na interna nota-se apenas uma grande mancha preta no fundo e pequenas porções próximas ao lábio. O Polimento acontece com mais intensidade na face externa. **(Prancha 71).**

As manchas pretas se espalham por toda a peça na face externa e na face interna as manchas acontecem em toda a extensão concentrando-se na borda e lábios. **(Prancha 72).**

A brunidura está presente na face externa bem como na borda interna. O esfumaçamento se dá com mais intensidade na face externa, se espalhando por toda peça. Provavelmente, o fato de realizar o polimento posterior ao esfumaçamento faz com que as manchas se espalhem com mais facilidade pelo corpo da peça, provocando o efeito visual observado. **(Prancha 73).**

VARIAÇÃO 03 – Peças completamente pretas ou com mais de 90% de seu corpo tomado pelo esfumaçamento com processo de polimento posterior (brunidura);

O esfumaçamento seguido de brunidura pode ser observado com mais intensidade na parte média e superior da peça com uma irregularidade no seu entorno. Na parte interna observa-se manchas na parte superior do bojo mesmo assim com certa irregularidade provocada pela brunidura. **(Prancha 74).**

Observa-se que a peça encontra-se com face interna completamente preta somente com alguns pequenos pontos no lábio aparecendo a coloração da cerâmica. Na face externa as manchas pretas se espalham por vários pontos da peça e ocupam toda base. **(Prancha 75).**

As manchas pretas são mais uniformes e ocupam praticamente toda a superfície tanto dentro quanto fora da peça. A brunidura auxilia na fixação dos pigmentos e deixa a coloração da peça mais homogênea. **(Prancha 76).**

VARIAÇÃO 04 – Peças completamente pretas ou com mais de 90% de seu corpo esfumaçado, mas apresentando superfície áspera.

Detalhe de como o esfumaçamento ocupa a peça tanto na face externa como na face interna provocando o escurecimento de quase toda a peça restando apenas alguns pontos mais claros próximos ao lábio. **(Prancha 77).**

A peça encontra-se densamente tomada pela pigmentação, preenchendo toda sua extensão. Na face interna percebe-se que um alisamento anterior a queima deixou algumas marcas. A exceção fica por conta da borda com ausência de pigmentos em algumas partes. **(Prancha 78).**

A face interna encontra-se completamente pretejada pelos pigmentos. Na face externa a mancha preta envolve grande parte de sua superfície, porém deixando apenas uma única mancha clara. Como não houve o processo de polimento posterior, a peça fica áspera e os pigmentos se soltam com mais facilidade. **(Prancha 79).**

5.6 Variações na decoração

Para a coleção analisada observamos alguns casos de decoração plástica que, provavelmente, é fruto da incorporação desse estilo a partir de novas leituras que a ceramista vai realizando ao longo de seu contexto histórico e experiência de vida.

Essa decoração se dá a partir de incisões digitais principalmente no lábio da peça. O contorno da boca também recebeu novo formato, com ondulações. **(Prancha 80).**

Na borda observa-se uma decoração plástica digital paralela que circunda a peça toda. No lábio foram produzidas ondulações que se associam ao processo plástico. A pressão provocada com o dedo se deu com maior intensidade na parte interna da peça. Nesse caso, podemos interpretar que tal processo, provavelmente, corresponde a releituras realizadas pela ceramista a partir de parâmetro comparativos oriundos de técnicas já associadas aos contatos inter-sociais.

Peças comparativas

Como já comentado anteriormente, uma única peça não foi confeccionada pelas artesãs da aldeia Vanuíre. Nesse caso, estamos utilizando essa peça para evidenciar que tal produção está associada à ocupação indígena, ainda que não observada diretamente em campo, porém com características marcantes em sua forma que a ligam a uma cerâmica tipicamente Kaingang.

Neste caso utilizamos a referida peça como parâmetro comparativo para percebermos como o Estilo Decorativo que estamos analisando também se faz presente nessa cerâmica e, portanto, passível de ser observada em uma peça que serviu como utensílio de uso cotidiano. **(Prancha 81 e 82).**

Como é possível observar, a face interna apresenta o mesmo preteamento que ocupa toda a sua extensão, apenas alguns poucos locais em seu interior são observados e que se percebe a coloração original da cerâmica. Na face externa observa-se mancha preta que perpassa a altura do bojo

superior e na borda. Na base observamos uma única mancha. No restante da peça podemos observar a coloração original da cerâmica. O polimento permitiu que o pigmento orgânico se espalhasse, deixando a peça impregnada.

Outro dado que também utilizamos como parâmetro comparativo foi a descrição realizada por Godoy (1947) que procedeu escavações em montículos Kaingang no município de Guararapes. Segundo o autor, o conjunto das peças cerâmicas

[...] consta quatro vasos perfeitos e numerosos fragmentos de outras vasilhas. Os primeiros são pequenos (mm 8x100; 85x115; 90x120 e 110x140), todos com a mesma forma, aproximadamente a de uma tigela, possuem paredes finas, lisas e enegrecidas pelo uso do fogo. Os fragmentos somente permitiram um melhor estudo depois da reconstituição. Foram então obtidos seis outros utensílios de paredes finas, relativamente finas e negras de fumo. Cinco deles são piriforme, com bordos mais espessos e abertos e com as seguintes dimensões: mm 290 de altura e 210 de diâmetro na boca; 280x190; 210x150; 210x150 e 150x130. A sexta, com as mesmas características das anteriores, tem a forma de uma panela, com as dimensões seguintes: mm 130 de altura por 170 de diâmetro. (GODOY, 1947, p. 211). **(Prancha 83)**.

No relatório da exploração do rio Feio/Aguapeí realizado pela CGGESP em 1905, consta uma imagem na qual se observam exemplares da cerâmica Kaingang e que foram recolhidos pelos seus técnicos. **(Prancha 84)**.

Pela Comissão Geográfica e Geológica, Moura (1905) relata que

[...] também encontramos algumas panelas, quase todas quebradas, de 1 a 10 litros de capacidade, que serviam talvez; para depósito de mel cujos vestígios de retirada encontrávamos a cada passo. [...] Na cerâmica chegaram a uma perfeição bem regular. Suas panelas, apesar de obedecerem a um só formato, variam bastante no tamanho. As grandes, ocupadas talvez como depósito de água ou mesmo de mel, são de cor amarelada cobertas de um desenho apagado, feito com tinta vermelha e em que predominam pequenos traços retos. As pequenas são na generalidade de cor preta de azeviche e apresentam sinais de usos culinários. O formato é muito aproximado ao do pião, motivo por que dificilmente ficam de pé sem auxílio de calços. (MOURA apud CGGESP, 1905, p. 08).

Nesses casos, tanto nas imagens produzidas por Godoy como pela Comissão Geográfica, quanto nas descrições de Ihering (1895), - ainda no

século XIX, quando comenta que “[...] eles fabricam louças de barro, painéis de forma troncônica, com as bordas salientes para poderem ser conduzidas suspensas [...]” (IHERING, 1895, p. 115) -, bem como até no período contemporâneo com a cerâmica produzida por Candire e sua filha Enna, percebe-se que o padrão tecnológico utilizado assim como as características decorativas na confecção da cerâmica indígena se mantém, sendo reproduzido de geração em geração no seio da sociedade Kaingang.

Em seu processo produtivo o modo como a confecção cerâmica Kaingang se apresenta reflete o desejo de quem a produz. A partir dos registros de Miller (1978) é possível perceber que não foram os aspectos funcionais, associados a estrutura construtiva da peça como adensamento das paredes e aumento da impermeabilidade, que prevaleceu durante o processo fabril. O que ficou expresso em suas observações é que tais aspectos dizem respeito ao estilo decorativo expresso pela ceramista por meio da exposição da peça ao esfumaçamento. De acordo com o relato da ceramista Candire indagada por Miller sobre o porquê de tal procedimento, ela disse apenas que era para *“fazer o kokrõ ficar mais bonito”* (MILLER, 1978, p. 28).

Nesse sentido, a variabilidade das escolhas culturais reflete o modo como um determinado procedimento tecnológico será desenvolvido. Esse processo é fruto da forma como a própria ceramista olha a sua produção e interage a partir de sua realidade social, experiência pessoal na produção do objeto a partir do aprimoramento de suas técnicas, construção de sua estética e escolha dos materiais a serem utilizados.

Associado a esse conjunto de elementos o fator tempo dedicado a produção de seu artefato assume um papel relevante já que interfere no resultado do trabalho artesanal. Nesse caso, Miller (1978) nos mostra que a diferença encontrada nos diferentes estilos decorativos foi explicada por suas informantes pelo fato de não disporem de tempo suficiente para o polimento constante com o pedregulho achatado e liso, indicado para poder conseguir tal grau de brunidura, pelo fato de terem que executar serviços que estavam associados a suas roças de subsistência. Nesse caso, determinando suas escolhas para se chegar ao resultado final.



CAPÍTULO VI

**A FORMAÇÃO DO REGISTRO ARQUEOLÓGICO NO
CONTEXTO DA ÁREA KAINGANG**

6.1 A pesquisa arqueológica na área - modular

Levantamento sistemático

Em termos arqueológicos, a região do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí nunca foi alvo de pesquisas sistemáticas, sofrendo apenas intervenções esporádicas e sem muito aprofundamento das pesquisas (MILLER, 1978). Mais recentemente, estudos sistemáticos realizados nesta bacia hidrográfica, principalmente ligados a projetos de arqueologia preventiva realizada no município de Junqueirópolis, como parte de um estudo de impacto ambiental, identificou a presença de sítios arqueológicos no baixo curso do rio Feio/Aguapeí (CALDARELLI, 2004)⁶⁸. Nesse sentido, trata-se da primeira intervenção direta e que não esgota as possibilidades futuras.

Para os procedimentos de prospecção arqueológica, o recorte do universo pesquisado referente a Bacia do médio/alto curso do rio Feio/Aguapeí, foi a definição de um módulo que corresponde, em termos gerais, a uma área de 9 km por 12 km, ou seja, 4.463 ha. Esse contexto pode ser observado no mapa geral da área.

Espacialmente essa delimitação tem como referência o próprio rio Feio/Aguapeí e seus afluentes diretos que se encontram em sua margem esquerda. Portanto, a norte temos o rio Feio/Aguapeí; a oeste, o Ribeirão Iacri, em sua margem direita; a leste, o Ribeirão Caingangue, em sua margem esquerda, e, por fim, a sul, a Aldeia de Vanuíre, nas cabeceiras do Ribeirão Coiós e córrego do Pirã.

Durante a execução do levantamento levamos em consideração os principais cursos d'água que recortam a área, já que estes locais favorecem os assentamentos humanos. Nesse sentido, a técnica de prospecção

⁶⁸ Conforme relatório final idealizado por Caldarelli (2004) para avaliação Arqueológica na área de implantação de Usina de açúcar e álcool.

arqueológica se constituiu num conjunto diversificado de alinhamentos definidos por transects aplicados à área.

Cada canal de drenagem foi utilizado como um eixo direcionador e definido como referência para a caminhada no módulo pesquisado. Além disso, durante o trabalho de campo, nos deparamos com as áreas já ocupadas por atividades antrópicas, como pastagens, muitas vezes impedindo-nos de ter uma visão ampla do contexto pesquisado, mas também solos expostos devido ao processo de aragem utilizado na agricultura.

Para o trabalho de prospecção arqueológica a metodologia empregada em campo foi adaptada à realidade e às dificuldades encontradas no decorrer do procedimento, sendo a execução realizada por uma equipe composta por três pesquisadores, que se alternaram no decorrer dos diferentes períodos desenvolvidos durante as várias etapas de campo.

Nesse sentido, optamos pelo desenvolvimento de uma estratégia que nos permitisse implementar o procedimento metodológico de acordo com esta situação e ao mesmo tempo contribuísse para a investigação de amplas parcelas da área.

A principal estratégia adotada na cobertura sistemática consistiu em percorrer a área modular com caminhamento extensivo sobre linhas paralelas e eqüidistantes entre si (transects), dividindo-a em trechos prospectados para amostragem e cobertura regular da área.

Utilizamos como base cartográfica a documentação produzida pelo IBGE, módulos Parnaso (folha SF-22-X-C-V-3) e Clementina (folha SF-22-X-C-V-1), com escala 1:50.000 e Datum Córrego Alegre, o mesmo utilizado para o GPS no registro dos itinerários. A apresentação do registro e os locais percorridos durante o trabalho de campo podem ser observados no mapa de caminhamento.

Cada membro da equipe foi disposto em um ponto formando uma coluna paralela tendo um vão de 100m entre si em três linhas dispostas. No decorrer do percurso, definimos a delimitação de pontos de referência a cada

500m para a realização de uma vistoria ampla em seu entorno e o registro de uma coordenada UTM. Nesse sentido, adotamos como parâmetro o que Araújo (2001) definiu como “levantamento abrangente intensivo”. Método prospectivo efetivo na cobertura de grandes áreas, onde percorremos porções da área pesquisada considerando todas as classes de vestígios arqueológicos localizados (Araújo, 2000:141).

Para esse trabalho e aplicação da prospecção por caminhamento, levamos em consideração alterações no solo, tanto natural como artificial, que permitissem observar tanto a própria superfície quanto a sua estratigrafia, como por exemplo, cortes de estradas, barrancos expostos, caminhos de gado, locais erodidos, entre outras situações.

Esse procedimento foi adotado devido a intenção de nosso trabalho em desenvolver estudos de sítios arqueológicos ligados a uma população indígena já conhecida historicamente, como é o caso dos Kaingang, porém, não deixando de realizar o registro de todos os sítios arqueológicos localizados. Levamos em consideração também o fato de que a área já vem sofrendo a interferência agrícola, o que permite a evidência de vestígios arqueológicos de camadas estratigráficas de baixa profundidade.

No Trecho 01, que corresponde a margem direita do Ribeirão Iacri, a área levantada com a caminhada foi de 2 km em direção da foz a nascente. O trecho 02 corresponde a uma faixa que vai da foz do Ribeirão Iacri, seguindo paralelo ao rio Feio/Aguapeí, em sua margem esquerda, até a foz do Ribeirão Coiós, onde começa o trecho 03, seguindo pela margem esquerda deste ribeirão até a altura de 2 km.

O trecho 04 corresponde a margem direita do respectivo ribeirão, continuando a faixa de 2 km. Novamente seguindo paralelo o Rio Feio/Aguapeí em sua margem esquerda, entre o Ribeirão Coiós e o Caingangue, definimos como trecho 05. O trecho 06 foi definido pela margem esquerda do Ribeirão Caingangue, em 2 km da foz para a nascente e, por fim, o trecho 07 foi definido pela área da margem esquerda do Ribeirão Coiós em sua extensão do médio e

alto curso, com limite na divisão da atual aldeia de Vanuíre. Esse procedimento pode ser observado no mapa de prospecção.

Ao todo foram registrados 59 pontos de observação superficial detalhada ao longo dos caminhamentos.

Como resultado desse levantamento, registramos diversos vestígios arqueológicos, que entendemos como qualquer objeto encontrado que, em determinada época, fez parte de um sistema sociocultural. Registramos em nossas prospecções, tanto a cultura material relacionada aos povos indígenas, quanto os vestígios arqueológicos da ocupação histórica. Como consta no mapa da localização das evidências arqueológicas.

Nesse sentido, o resultado do levantamento foi a localização de 11 sítios arqueológicos a céu aberto, sendo um sítio lítico; quatro sítios lito-cerâmicos, cinco sítios cerâmicos e um sítio multicomponencial lito-cerâmico e histórico. Além de 17 ocorrências não estruturadas. Para a nomenclatura dos sítios utilizamos as referências hidrológicas do local e o registro de todos os pontos com evidências materiais, registramos em mapas da pesquisa.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO
Médio Alto Curso Rio Feio/Aguapeí
IDENTIFICAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
SÍTIO ARQUEOLÓGICO FOGO 01
CERÂMICO
UTM 22K 565344 / 7597262
SÍTIO ARQUEOLÓGICO FOGO 02
LÍTICO
UTM 22K 565113 / 7597373
SÍTIO ARQUEOLÓGICO COIÓS 01
MULTICOMPONENCIAL (LITO-CERÂMICO E HISTÓRICO)
UTM 22K 566940 / 7591121
SÍTIO ARQUEOLÓGICO COIÓS 02
LITO-CERÂMICO
UTM 22K 566553 / 7590998
SÍTIO ARQUEOLÓGICO COIÓS 03
LITO-CERÂMICO
UTM 22K 566499 / 7590837
SÍTIO ARQUEOLÓGICO COIÓS 04
LITO-CERÂMICO
UTM 22K 567059 / 7595628
SÍTIO ARQUEOLÓGICO COIÓS 05
LITO-CERÂMICO
UTM 22K 567685 / 7596259
SÍTIO ARQUEOLÓGICO COIÓS 06
CERÂMICO
UTM 22K 567631 / 7596886
SÍTIO ARQUEOLÓGICO COIÓS 07
CERÂMICO
UTM 22K 567450 / 7597816
SÍTIO ARQUEOLÓGICO COIÓS 08
CERÂMICO
UTM 22K 567901 / 7598058
SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAINGANGUE 01
CERÂMICO
UTM 22K 571841 / 7597263

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICOMédio Alto Curso Rio Feio/Aguapeí
OCORRÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

Qtde. Peças	Material	Coordenada UTM (22k)	Localização
O.C. 01			
01	Fragmento cerâmico	567.098 / 7.591.321	Margem esquerda ribeirão Coiós
01	Lítico	567.097 / 7.591.351	Margem esquerda ribeirão Coiós
O.C. 02			
01	Fragmento cerâmico	562.342 / 7.598.137	Em área erodida na margem esquerda rio Feio
01	Fragmento cerâmico	562.337 / 7.598.160	Em área erodida na margem esquerda rio Feio
O.C. 03			
01	Lasca de sílex	566.307 / 7.597.135	Em curva de nível erodida próximo ao ribeirão do Fogo
O.C. 04			
01	Núcleo de sílex	566.483 / 7.597.507	Em área erodida próximo ao ribeirão do Fogo
O.C. 05			
01	Fragmento cerâmico	567.009 / 7.595.568	Em curva de nível erodida próximo ao ribeirão do Fogo
O.C. 06			
01	Fragmento cerâmico	567.570 / 7.598.423	Em solo exposto na margem esquerda do rio Feio
01	Seixo com retiradas	567.589 / 7.598.427	Em solo exposto na margem esquerda do rio Feio
O.C. 07			
04	Lascas de sílex	568.075 / 7.597.885	Em solo erodido na margem esquerda do rio Feio
O.C. 08			
01	Bloco de sílex	566.233 / 7.597.250	Margem esquerda do rio Feio
O.C. 09			
01	Pequena lasca em sílex	566.323 / 7.597.048	Na margem direita de córrego afluente do rio Feio.
O.C. 10			
01	Lasca de sílex.	564.858 / 7.597.324	Margem direita de córrego afluente do rio Feio
O.C. 11			
01	Lasca em sílex	567.189 / 7.597.271	Próximo à margem esquerda do ribeirão Coiós.
O.C. 12			
01	Lasca em sílex	567.032 / 7.597.345	Margem esquerda do ribeirão Coiós
O.C. 13			
02	Fragmentos cerâmicos	567.646 / 7.596.577	Margem direita ribeirão Coiós.
O.C. 14			
03	Lascas de sílex	568.355 / 7.598.600	Terreno arado na margem direita do ribeirão Coiós.
O.C. 15			
01	Fragmento cerâmico	569.528 / 7.598.149	Margem esquerda ribeirão Caingangue
01	Fragmento cerâmico	569.528 / 7.598.165	Margem esquerda ribeirão Caingangue
01	Fragmento cerâmico	569.530 / 7.598.168	Margem esquerda ribeirão Caingangue
O.C. 16			
01	Fragmento cerâmico	569.637 / 7.598.293	Margem esquerda ribeirão Caingangue
01	Fragmento cerâmico	569.639 / 7.598.302	Margem esquerda ribeirão Caingangue
O.C. 17			
01	Fragmento cerâmico	569.713 / 7.598.320	Margem esquerda ribeirão Caingangue

Intervenções sistemáticas nos sítios arqueológicos

Com o desenvolvimento das investigações sistemáticas a partir de prospecções realizadas na área modular e a localização dos sítios arqueológicos, procedemos a escolha de 5 sítios em três áreas específicas para a realização da continuidade dos trabalhos de campo e a intervenção direta nestes locais.

A primeira área corresponde ao terraço do rio Feio/Aguapeí onde se localiza o sítio arqueológico cerâmico denominado Fogo 1. A segunda área diz respeito ao médio curso do Ribeirão Coiós, em sua margem esquerda, onde está implantado o sítio arqueológico lito-cerâmico Coiós 4 e a terceira área diz respeito ao alto curso do mesmo ribeirão, também em sua margem esquerda, próximo a atual aldeia de Vanuíre, onde se localiza os sítios arqueológicos Coiós 1, Coiós 2 e Coiós 3.

Nesse caso, as estratégias de campo consistiram de intervenções sistemáticas em superfície e em sub-superfície no espaço interno aos sítios arqueológicos, procurando recuperar informações relacionadas a sua estrutura, funcionamento e distribuição espacial. Nesse contexto, somos partidários das idéias de Araújo (2001) que define sítios sujeitos a ação humana constante, por exemplo a atividade agrícola, como não destruídos e, portanto, passíveis de pesquisas arqueológicas de caráter sistemático.

Para as áreas já identificadas com material arqueológico realizamos uma ação mais intensiva na identificação dos vestígios materiais e que é denominado por Araújo (2001), como técnica de “prospecções sistemáticas em terrenos arados”, onde os integrantes da equipe são alinhados no espaço do terreno arado e distribuídos em distâncias iguais, procurando identificar a distribuição máxima dos fragmentos arqueológicos.

[...] Cada pessoa carrega consigo um maço de bandeiras plásticas. Um coordenador fica responsável pela medição das distâncias entre as pessoas e pela ordem das pessoas na linha. Ao comando do coordenador, os integrantes caminham lado a lado, de preferência mantendo uma velocidade

constante, inspecionando o solo. [...] Qualquer material arqueológico detectado é assinalado por meio de uma bandeirinha fincada a seu lado e a equipe prossegue caminhando até que todo o terreno tenha sido vistoriado (ARAÚJO, 2001, p. 148).

Para a coleta de material em superfície o procedimento foi à técnica de varredura intensiva com observação do material em superfície, sendo a coleta auxiliada pela leitura espacial com a utilização de Estação Total e cada peça acondicionada em embalagem individual. Também definido segundo Araújo (2001) por “coleta de superfície com proveniência individual de peças (CSPI)”. Na definição do autor, esse procedimento

[...] permite a visão das peças no espaço, trabalhando com distribuições de peças, várias escalas de agregação das mesmas e comparações dos resultados obtidos. Tal tipo de análise só é possível se cada peça tiver sua procedência registrada dentro do sítio por meio de um sistema de coordenadas (ARAÚJO, 2001, p. 233).

6.2 Os sítios arqueológicos: breve descrição da intervenção em campo

Sítios Arqueológicos Coiós 1, Coiós 2 E Coiós 3

A primeira área onde procedemos a intervenção de campo se deu na fazenda São Luiz, município de Arco Íris (SP), no alto curso do Ribeirão Coiós, em sua margem esquerda. Neste local a prospecção identificou a presença de material arqueológico indígena e histórico em três locais diferentes, tanto na margem esquerda como na direita de um pequeno córrego sem denominação e afluente do referido ribeirão, numa vertente com baixa declividade e nas proximidades da aldeia Vanuíre⁶⁹.

O sítio mais próximo da confluência do córrego com o ribeirão, foi definido como Coiós 1 (COI1) e o sítio mais acima e já no alto curso do córrego, como Coiós 2 (COI2). Este dois sítios ficam em sua margem esquerda. Na margem direita e na mesma altura do Coiós 2, definimos o sítio

⁶⁹ Para o propósito da tese levamos em consideração apenas o material indígena. O material histórico foi recolhido, mas não foi analisado por estar fora dos propósitos da pesquisa em questão, ficando assim para futuros trabalhos.

Coiós 3 (COI3)⁷⁰. Em termos de distância, estes sítios arqueológicos encontram-se a 150m, 560m e 600m respectivamente da margem do ribeirão principal. Trata-se de sítios classificados como lito-cerâmicos de interior e a céu aberto. Essa disposição pode ser observada no mapa dos sítios.

As áreas dos sítios apresentaram intervenções antrópicas, oriundas de trabalhos com arado para o plantio, principalmente por se encontrar inserido num local onde se constata atualmente plantação de mandioca⁷¹. Nos arredores observamos remanescentes de antiga floresta e mata ciliar em estado de recomposição.

O sítio Coiós 1 possui uma área de 123x73m (8.979m²); o Coiós 2, área de 105x64m (6.720m²); e o Coiós 3, área de 69x46m (3.174m²), apresentando fragmentos de cerâmica, líticos lascados e vestígios orgânicos em superfície e em profundidade. Esta delimitação foi estabelecida a partir da distribuição do material em superfície e do resultado do mapeamento da área de intervenção arqueológica.

A etapa de intervenção nos sítios arqueológicos localizados no alto curso do Ribeirão Coiós aconteceu em uma única etapa. Para isso organizamos o desenvolvimento das ações de campo de modo a otimizar a equipe e ter um resultado satisfatório.

O primeiro sítio a ser trabalhado foi o Coiós2. Como o local encontrava-se totalmente arado com material aflorando à superfície utilizamos a técnica de varredura intensiva com observação do material em superfície.

Com a equipe disposta em coluna com distância de 2m entre cada membro, a caminhada foi realizada pela área máxima de distribuição do material, identificando cada peça avistada com auxílio de uma pequena bandeira. Após a varredura geral ainda intensificamos a observação superficial no local de concentração do material⁷². **(Prancha 85)**

⁷⁰ Para as coordenadas observar tabela geral da localização dos sítios arqueológicos na área modular.

⁷¹ No momento dos trabalhos de campo o local estava apenas arado com o solo exposto.

⁷² Um dado interessante foi a presença das atuais lideranças Kaingang da aldeia Vanuíre e também nossos principais informantes que acompanharam com interesse o trabalho de campo.

Com o auxílio de um topógrafo, procedemos a coleta do material identificado anteriormente em cada sítio arqueológico, bem como a realização do levantamento planimétrico da área.

Para a coleta, o procedimento adotado foi o registro de cada ponto com auxílio da estação total e prisma. Para cada peça era colocado o prisma e identificado com um número de registro que correspondia ao ponto da coleta e gravado na estação. Juntamente já se definia o tipo de material. A peça era recolhida e colocada em um saco com a identificação de forma individual. Mesmo as peças que não foram identificadas com bandeirinhas e que, posteriormente, eram avistadas, foram recolhidas.

Com a conclusão do trabalho no sítio COI2, iniciamos o mesmo procedimento nos sítios Coiós 1 e Coiós 3. O procedimento técnico foi o mesmo com a colocação de uma bandeira ao lado do fragmento localizado, para posterior coleta. A equipe caminhou em coluna paralela para observação de uma área mais ampla e após a definição do local com material procedeu-se uma observação mais detalhada da concentração de materiais. **(Prancha 86)**

Como o sítio Coiós 1 apresentava também material histórico, orientamos a equipe para que identificasse esse tipo de material até que tivéssemos noção da situação da dispersão destes materiais na área. Como na etapa de identificação do material ainda estava difícil de entender a situação, já que a princípio poderíamos estar trabalhando em um sítio de contato, optamos por identificar todos os materiais observados em superfície tanto o material indígena como o histórico, para a coleta posterior.

Procurando esclarecer a situação realizei consultas junto aos moradores locais, tanto com o meu informante da área indígena, Irineu Cotuí, quanto antigos moradores da fazenda. A informação que obtive é que no local eles não tinham nenhuma informação de moradia histórica em período mais recente. Vale ressaltar que Irineu nasceu na aldeia e estava com 56 anos durante o período da pesquisa e os moradores da fazenda ocupam o local

Tanto o vice-cacique, Irineu Cotuí, como seu irmão, Edevaldo Cotuí, que é professor bilíngüe na escola da aldeia, acompanharam todo trabalho nestes sítios.

desde os anos 70 do século XX, portanto, com pelo menos 50 anos de conhecimento do local.

Durante a coleta do material, pudemos observar a disposição das peças em superfície com maior clareza e perceber que se tratava de duas ocupações, já que era nítida a distribuição do material de cada uma das ocupações. Optamos, portanto, em realizar a coleta de todos os materiais observados, porém dando maior atenção para o indígena. Essa decisão foi tomada após percebermos, a partir da técnica utilizada, as concentrações do material, suas dimensões e como se encontravam distribuídos no espaço.

Enquanto uma equipe trabalhava neste sítio, outra equipe se concentrou no sítio Coiós 2, principalmente na escavação de uma unidade de 1x1 m para observarmos o contexto estratigráfico desse sítio arqueológico. Todo sedimento retirado da unidade de escavação foi peneirado e o aprofundamento seguiu níveis artificiais de 0,10m, até a profundidade de 1,00m, já em nível estéril. A presença de material arqueológico foi observado até o nível 4 (0,40m)⁷³. Todo material localizado no nível foi recolhido e colocado em um saco plástico com a devida identificação.

Sítio Arqueológico Coiós 4

O sítio Coiós 4, abreviação COI4, localiza-se no município de Arco Íris (SP), na fazenda Santo Antonio, margem esquerda do médio curso do Ribeirão Coiós e margem direita de córrego afluente sem denominação, na meia encosta da vertente do terraço, a 200m da calha do ribeirão⁷⁴. Trata-se de um sítio lito-cerâmico a céu aberto, podendo ser observado de acordo com o mapa do sítio.

⁷³ Recolhemos amostras para datação nos níveis 2 e 4.

⁷⁴ Realizamos os contatos com a proprietária da fazenda Santo Antonio e conseguimos, inicialmente, a liberação do acesso para iniciarmos os trabalhos neste sítio, porém acabamos tendo um contratempo já que essa pessoa barrou nossa entrada, posteriormente, quebrando o ritmo e o cronograma de trabalho. A resolução dessa pendência levou dois dias e depois de muita negociação, inclusive com a possibilidade de intervenção da procuradoria da república chegamos a um acordo e obtivemos a autorização, porém perdemos todo o trabalho de um dia devido a movimentação do gado no local do sítio.

A área do sítio apresentou intervenções antrópicas oriundas de trabalhos com o arado para plantio onde se observa capim para pastagem de gado, além de curvas de nível. O local encontra-se completamente desmatado, com uma ou outra árvore pelo meio do pasto. Mesmo a mata ciliar, tanto do ribeirão Coiós como de seu afluente próximo, encontra-se em processo de regeneração.

Como o local estava recoberto com o capim dando pouca visibilidade, optamos por identificar o material que aflorava em pontos com fatores diversos como curva de nível, erosão pluvial e bioturbação pela ação principalmente de tatu. Além disso, o gado constantemente se movimentava nesse local.

O procedimento para observação em superfície e averiguação de vestígios arqueológicos foi o mesmo dos sítios anteriores, a partir da varredura intensiva com observação de superfície.

Devido às dificuldades de observação superficial, projetamos e aplicamos uma malha para realização de sondagens a partir de alinhamentos com referências geográficas, tendo o norte como eixo principal, com a finalidade de entender a distribuição do material arqueológico e delimitação do sítio. Para isso utilizamos bússola e trena. No eixo cada ponto inicialmente foi demarcado com espaçamento de 40m onde fixamos uma estaca. Na medida em que o desenvolvimento do trabalho ia avançando, ampliamos os alinhamentos das sondagens e diminuimos os espaçamentos entre as intervenções para 20m.

Com a liberação do acesso por parte da proprietária da fazenda, retomamos os trabalhos no sítio Coiós 4. Como o gado danificou o trabalho anterior, retomamos a identificação das peças em superfície, a finalização do alinhamento de sondagem e início da escavação. Cada sondagem foi aberta com área de 0,50x0,50m e profundidade variada de acordo com o nível arqueológico mas que em média finalizou-se em 0,50m pois o material aparecia em 0,30m.

No eixo oeste definimos um dos pontos para abertura de uma unidade de escavação de 1,0m² e aprofundamento em nível artificial de 0,10m. Este ponto fica próximo a uma concentração de material em superfície definida pela exposição na curva de nível. Um solo areno-argiloso bastante compactado dificultou muito a escavação. Todo sedimento retirado das perfurações passou por uma peneira de malha fina.

No sítio Coiós 4 realizamos 21 intervenções no solo sendo 19 sondagens com 0,50m² e 02 unidades de escavação com 1,0m² em 4 alinhamentos. Este sítio arqueológico apresentou 14 intervenções com presença de material. Com o auxílio da topografia realizamos a coleta de peças em superfície e a elaboração do mapa planimétrico com o registro das intervenções no solo.

O sítio Coiós 4 possui uma área de 180 x 160m (28.800m²), apresentando fragmentos cerâmicos e líticos lascados em superfície e em profundidade. Esta delimitação foi estabelecida a partir da distribuição do material em superfície e do resultado do mapeamento da área de intervenção arqueológica.

Sítio Arqueológico Fogo 1

O sítio Fogo 1 (FOG1), se encontra na meia encosta do terraço da margem esquerda do rio Feio e margem esquerda de córrego afluente sem denominação, em área de pastagem. O nome Fogo corresponde a um córrego afluente do rio Feio que fica nas imediações e não muito distante do local. Nesse local, o sítio arqueológico se encontra em sua margem direita. A distância até a calha do rio Feio é de 400m. Trata-se de um sítio arqueológico cerâmico de interior e a céu aberto.

O procedimento arqueológico seguiu a técnica adotada nos sítios anteriores com caminhada em coluna e observação de superfície para identificação do material e colocação de bandeiras em cada peça localizada, concomitantemente, realizamos a projeção e delimitação de uma malha para

abertura de sondagem. Esse procedimento pode ser observado no mapa do sítio.

O sítio Fogo 1 possui uma área de 120 x 140m (16.800m²), apresentando fragmentos cerâmicos em superfície e em profundidade. Esta delimitação foi estabelecida a partir da distribuição do material em superfície e do resultado do mapeamento da área de intervenção arqueológica.

Como no caso do sítio anterior, no sítio Fogo 01 procedemos a demarcação de um alinhamento para definição dos pontos de perfuração, seguindo eixos cartográficos com espaçamento de 20m para cada sondagem. Iniciamos a escavação das sondagens no sítio Fogo 1 com uma equipe enquanto a outra continuava as escavações no sítio Coiós 4⁷⁵. Na medida em que o trabalho ia avançando, ampliávamos a malha de sondagem, procurando levantar os dados necessários para a compreensão da distribuição espacial do material arqueológico.

Com o auxílio do topógrafo, procedemos a coleta do material superficial identificado no sítio arqueológico, bem como a realização do levantamento planimétrico da área. (**Prancha 87**).

Da mesma forma como trabalhamos na área dos sítios Coiós 1, 2 e 3, para otimizar as ações de campo e proceder as intervenções nos sítios subseqüentes, organizamos equipes que trabalharam concomitantemente nos sítios Fogo 1 e Coiós 4⁷⁶. Para o sítio Fogo 1, realizamos 19 intervenções com

⁷⁵ Durante esses trabalhos alguns jovens da comunidade indígena de Vanuíre se interessaram em participar e nos acompanharam em campo, inclusive participando da escavação desses sítios.

⁷⁶ Além da intervenção nos sítios arqueológicos, realizamos uma investigação em local de ocorrência cerâmica (OC2), no terraço do Rio Feio. Para chegar até o local, como ainda não tínhamos autorização, entramos na fazenda com o auxílio de um grupo de rapazes da comunidade de Vanuíre que estavam indo para o rio Feio pescar num trecho que fica dentro da fazenda. Pegamos carona na carreta puxada a trator que estava levando o pessoal até a lagoa da pedreira e neste local realizamos uma investigação no ponto onde identificamos a ocorrência cerâmica. Procedemos a delimitação de dois alinhamentos em sentidos opostos com a demarcação de pontos de sondagem a cada 20m e posterior perfuração com cavadeira. Porém este procedimento não evidenciou material arqueológico, descartando a possibilidade de ser um sítio. Porém nesse caso, esse dado soma-se ao conjunto de informações que obtivemos sobre a ocupação indígena do local.

a execução de sondagens de 0,50m² nesta etapa de campo, com a presença de material arqueológico em 14 delas.

Por fim um resumo mais amplo dos vestígios materiais recolhidos em campo a partir do trabalho nos dos sítios arqueológicos em questão podem ser observados nas tabelas abaixo:

Tipo de material

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03	Coiós 04	Fogo 01
Caco de telha	103	4	3	5	
Caco de vidro	34				
Cerâmica	162	355	68	767	405
Lítico	33	90	34	16	
Porcelana	7				
Osso		7			
Tijolo	13			2	
Outros**	11	6		3	
Total	363	462	105	793	405

Localização

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03	Coiós 04	Fogo 01
Coleta ponto a ponto	363	418	105	180	170
UE: 01 superfície		1			
UE: 01 nível 01		14		242	
UE: 01 nível 02		9			
UE: 01 nível 03		5		72	
UE: 01 nível 04		15			
UE: 02 nível 02				96	
UE: 02 nível 03				76	
Sondagem 01 - Superfície					3
Sondagem 01 - Nível 01				1	30
Sondagem 01 - Nível 02				2	94
Sondagem 01 - Nível 03				2	6
Sondagem 01 - Nível 04				1	
Sondagem 01 - Nível 05				8	
Sondagem 01 - Nível 07				9	
Sondagem 01 - Nível 08				3	
Sondagem 02 - Nível 01				3	
Sondagem 02 - Nível 04				1	3
Sondagem 02 - Nível 05					4
Sondagem 02 - Nível 07				2	
Sondagem 03 - Nível 03					1
Sondagem 04 - Superfície					4
Sondagem 04 - Nível 01					3
Sondagem 04 - Nível 03					3
Sondagem 07 - Nível 01				2	
Sondagem 07 - Nível 02				5	

Sondagem 07 - Nível 08					1
Sondagem 08 - Nível 02				4	2
Sondagem 08 - Nível 03				1	3
Sondagem 11 - Nível 01					2
Sondagem 11 - Nível 05					1
Sondagem 12 - Nível 01				14	
Sondagem 12 - Nível 02				16	
Sondagem 12 - Nível 04					5
Sondagem 13 - Nível 01					6
Sondagem 13 - Nível 02					2
Sondagem 13 - Nível 03					2
Sondagem 14 - Superfície					3
Sondagem 14 - Nível 01				4	
Sondagem 14 - Nível 03				4	
Sondagem 14 - Nível 04					2
Sondagem 15 - Nível 02					1
Sondagem 15 - Nível 03					2
Sondagem 16 - Nível 01				3	
Sondagem 16 - Nível 04					2
Sondagem 17 - Superfície					3
Sondagem 17 - Nível 01				16	
Sondagem 17 - Nível 02				8	1
Sondagem 17 - Nível 03				5	
Sondagem 17 - Nível 04					2
Sondagem 18 - Nível 02				9	
Sondagem 19 - Nível 02					39
Sondagem 19 - Nível 03					5
Sondagem 20 - Nível 02				4	
Total	363	462	105	793	405

6.3 Variações do artefato no registro arqueológico: dinâmica da cadeia operatória na produção Kaingang

Procedimentos analíticos da cerâmica

Tendo presente que a tarefa básica da pesquisa que me propus a desenvolver é o entendimento da ocupação étnica na região em questão, dispondo para isso de poucos elementos e evidências materiais, estabelecemos um percurso que pudesse auxiliar no aproveitamento máximo das informações presentes no vestígio arqueológico.

Para a análise dos dados recolhidos em campo e sistematizados na tese, adotamos como parâmetro analítico a idéia de vestígio arqueológico

etnográfico, que vem a ser a leitura do dado arqueológico associado a premissa de continuidade histórica de uma determinada ocupação humana identificada no contexto de um espaço geográfico definido, no nosso caso a área modular pesquisada dentro do médio-alto curso da bacia do rio Feio/Aguapeí.

Nesse sentido, associado a abordagem que estamos adotando, utilizaremos as informações dos sítios arqueológicos que classificamos como lito-cerâmicos de interior e a céu aberto, localizados no alto curso do ribeirão Coiós, pois as evidências observadas apontam para uma associação destes vestígios materiais diretamente associados à ocupação da população Kaingang nesta região.

Nesse sentido, o entendimento do registro arqueológico aqui abordado se associa a uma visão integrada que tem a história, a etnografia e a arqueologia (ARAÚJO, 2001), como parâmetros norteadores para a interpretação que estamos adotando na análise das evidências arqueológicas localizadas em campo e que se associam diretamente a idéia de produção social humana.

Como bem argumenta Noelli (2000)

[...] Não dá para tratar a cultura separada dos seres humanos de forma artificial. Ela está intrinsecamente relacionada a própria existência humana. Toda cultura material foi, é e sempre será fruto dos processos do desenvolvimento humano e a estes está diretamente relacionado. Todo e qualquer vestígio que possa ser encontrado tanto na superfície quanto abaixo do solo terrestre ou mesmo o submerso (NOELLI, 2000, p. 11).

Os vestígios encontrados nos sítios arqueológicos Coiós 1, Coiós 2 e Coiós 3 são peças líticas lascadas, fragmentos de vasilhames cerâmicos e restos orgânicos (dentes de animais e fragmentos ósseos).

O pressuposto teórico-metodológico adotado parte de uma visão de conjunto que tem, na compreensão da cadeia operatória da produção cerâmica, seu ponto gerenciador. Além disso, o mapa que elaboramos para esta área leva em consideração o local onde identificamos os sítios.

Observando-se as áreas dos sítios temos uma ocupação agregada do espaço local. Essa ampla ocupação, dadas as características semelhantes, nesse momento passa a ser definida como Aldeia Indígena. Portanto, temos nesse local uma antiga aldeia Kaingang com três núcleos de ocupação espacial.

Nossa linha de pensamento se pauta pelo cruzamento das informações oriundas de campo associado a análise dos vestígios identificados. Sendo a cerâmica o vestígio mais significativo, a análise percorreu uma linha que pudesse levantar a maior diversidade de dados possíveis. Esses dados se associam ao material lítico como elemento integrado e diretamente ligado à ocupação humana presente nos sítios arqueológicos analisados.

Como base de nossa análise, concordo com a idéia de La Salvia et Brochado (1989), quando argumentam que a cerâmica é um elemento tecnológico determinante de um comportamento. E, portanto, é importante, ao proceder uma análise deste elemento material, ter como preocupação a idéia de que o ser humano que desenvolve essa tecnologia está preocupado com a satisfação de suas necessidades.

[...] Aquilo que para nós seria preocupação, para ele (artesão) é uma necessidade, uma decorrência do processo produtivo. Já está mentalizado tudo o que deve fazer e realizar para alcançar determinado fim; nós, pesquisadores, é que deveremos decodificar, através do registro arqueológico, todo o sistema mental (LA SALVIA ET BROCHADO, 1989, p.09).

Escrevem ainda estes autores que a confecção cerâmica é o

[...] início de um processo de produção que concluído continua em uma fase de utilização e, ao quebrar-se, encerra uma seqüência de funções não específicas mas presentes dentro de um contexto cultural que ao arqueólogo cabe explicar através da análise de seus fragmentos. É todo um ciclo, visível de se tentar refazer o sistema, invisível e se observar apenas seus efeitos e representações (LA SALVIA ET BROCHADO, 1989, p. 05).

O destaque, porém, vai para o vestígio cerâmico já que ele passa a ter aqui uma importância etnológica, ou seja, passível de identificação da condição social presente na definição de um determinado grupo humano.

Nesse caso, enquanto objeto de análise, toma-se o artefato (vaso cerâmico), como uma unidade padronizada, estruturada numa forma.

Esta perspectiva é definida por FACCIO (1998) quando afirma que

[...] como todo comportamento cultural, a produção cerâmica é estruturada em padrões e seqüências, que não podem ser obtidos por dados isolados (fragmentos), mas sim pela maneira como as informações se estruturam entre si, ou se padronizam numa forma de vasilhame (FACCIO, 1998, p.)

Busca-se, portanto,

[...] lidar com unidades culturais de comportamento, de forma a poder relacioná-los com outros aspectos da cultura dentro de uma perspectiva sistêmica de estudo (FACCIO, 1992, p.).

Na opinião de Moraes (2006), os trabalhos de análise cerâmica realizados em laboratório podem ser mais bem interpretados a partir da reconstrução das diferentes etapas de produção dos artefatos. Partindo da premissa que os artefatos têm uma história de vida a metodologia de análise deve se propor a compreender essa história, identificando quais as variáveis que atuaram nos processos de procura, manufatura, uso, manutenção e descarte dos artefatos cerâmicos, por meio do estudo da cadeia operatória de produção dos artefatos cerâmicos.

Nesse contexto o artefato cerâmico passa a ser reconhecido como "a materialização do comportamento dos membros de uma determinada sociedade" (MORAES apud LIMA 1986, p. 173), ou seja, como resultado da produção técnica de indivíduos que registram na matéria padrões cognitivos que são compartilhados coletivamente. Neste sentido, os vestígios cerâmicos apresentam tanto características comuns a partir dos padrões morfológicos e decorativos quanto aspectos pessoais como a destreza e os gestos da própria ceramista.

Nesse caso, também, levamos em consideração a caracterização dos fragmentos de forma mais "paradigmática" (ARAÚJO, 2001) na descrição do material, com a apresentação de características básicas na descrição do material.

Portanto, para auxiliar no registro, classificação e análise do vestígio material dos respectivos sítios arqueológicos elaboramos fichas de análise que nos permitisse verificar os diferentes atributos tecnológicos, morfológicos e estilísticos presentes nas peças cerâmicas e líticas⁷⁷.

Na análise do material cerâmico foram considerados os seguintes atributos: classe; tipos de antiplástico e sua espessura; espessura da parede; queima; tratamento de superfície e técnicas de manufatura; tipos de bordas, de lábios e fragmentos de base com seus diâmetros.

No caso da cerâmica o primeiro item analisado foi a classe da peça cerâmica contendo, como variáveis, fragmento de parede, de borda, de base, associações como borda/parede, borda/parede/base, parede/base e outros.

No segundo item, considerou-se a frequência de tipos de antiplásticos, já que este é

o elemento não plástico utilizado na preparação da argila. Apresenta quatro funções: evitar o rachamento quando do cozimento, facilitar uma secagem homogênea, reduzir a porosidade e diminuir a plasticidade. A quantidade varia e deve ser dosada de acordo com a qualidade da argila (MARANCA, 1985, p.).

O terceiro item refere-se a espessura do antiplástico. No momento de definir sua espessura, levou-se em consideração o grânulo maior. A espessura da peça foi o quarto item e procurou retirar do fragmento cerâmico sempre a maior espessura.

No quinto item, procedeu-se a análise da queima da peça, considerando, no fragmento, sempre a queima dominante. Para cada fragmento comparamos com um dos tipos de queima descritos no quadro a seguir: **(Prancha 88)**.

O sexto item abordou a técnica de manufatura, sendo observados principalmente os tipos acordelado e modelado. Contorno foi o sétimo item com

⁷⁷ Para auxiliar na análise do material utilizamos como manual-base dois trabalhos de colegas do MAE. O primeiro foi elaborado por Sandra Nami Amenomori intitulado "Curso prático de análise de material cerâmico arqueológico", em 2000. O segundo trabalho foi elaborado por

suas variáveis direta, infletida e complexa. O oitavo item apresentou o tratamento de superfície com as seguintes variáveis: ausência de tratamento, alisamento, polimento e engobo. A decoração foi o nono item e apresentou como variáveis os elementos: não decorado e pintado. Em vários casos identificou-se a associação de decorações, principalmente os aspectos associados a brunidura e a manchas de fuligem.

O décimo item apresenta a forma do lábio dos vasilhames. Estes foram classificados a partir de quatro tipos: plano, arredondado, apontado e biselado. O item décimo primeiro examinou as formas das bordas, em seus diferentes tipos. Para a classificação das bordas considerou-se também a inclinação e a espessura da peça. E o último item considerou-se os tipos de base.

Quanto as formas dos vasilhames não procedemos a uma reconstituição completa já que optamos apenas pela reconstrução da parte superior da peça. Para esse procedimento nos baseamos em Brochado et Monticelli (1994), já que os autores argumentam que as reconstituições gráficas servem apenas para indicar "algumas possibilidades de forma e dimensões dentro de cada categoria (vasilhas da mesma classe, que só se diferenciam por pequenas variações na posição e perfil da borda)" (BROCHADO et MONTICELLI 1994, p. 109). Isso não quer dizer, porém, que a partir de um fragmento de sua borda, não se possa conhecer a forma exata da vasilha. Esse fato não prejudica a classificação, pois um dos objetivos é entender a funcionalidade desses vasilhames.

As bordas foram orientadas com o lado externo para a direita, de maneira que o eixo imaginário de seu centro se encontrasse a esquerda. O diâmetro da vasilha foi deduzido a partir da medida do arco da boca, na altura do lábio, utilizando-se um ábaco de círculos concêntricos, divididos em intervalos de um centímetro (BROCHADO, MONTICELLI et NEUMANN, 1990).

Brochado, Monticelli et Neumann (1990), descrevem a reconstrução da vasilha, a partir da borda, afirmando que

[...] reduzindo dois perfis da mesma borda, opostos dos dois lados de um eixo vertical, separados pela distância correspondente ao diâmetro medido - isto é, executando um movimento de rotação do perfil da borda ao redor do eixo vertical da vasilha - se obtém a reconstrução de como seria pelo menos a parte superior desta (BROCHADO, MONTICELLI et NEUMANN, 1990 p. 728).

A partir da situação apresentada por Brochado, Monticelli et Neumann (1990), procedemos a ação tomando as bordas identificadas dos sítios arqueológicos analisados, realizando apenas a reconstituição da parte superior das vasilhas identificadas, ou seja das bordas. Esse procedimento foi necessário devido as particularidades presentes na forma da cerâmica Kaingang observada no contexto etnográfico, ao passo que a fragmentação das peças cerâmicas não permitiram condições seguras para a execução da reconstituição completa.

6.4 Antigas aldeias Kaingang no vale do rio Feio/Aguapeí

Para a análise dos vestígios materiais decidimos utilizar apenas os materiais provenientes de três sítios arqueológicos. Essa decisão foi tomada para que pudéssemos desenvolver a discussão central da tese e que corresponde a ocupação Kaingang na região pesquisada a partir da comparação entre os diversos materiais provenientes desses sítios, bem como dos dados históricos e etnográficos.

Os sítios arqueológicos que serão analisados são os Coiós 1, Coiós 2 e Coiós 3, já que entendemos que estes sítios arqueológicos, pelo conjunto de suas características materiais, correspondem a antigas ocupações Kaingang na região pesquisada. Essa situação pode ser observada no mapa da área pesquisada.

Pela distribuição espacial apresentada a partir da correlação entre as concentrações dos vestígios arqueológicos é possível perceber que se trata de três locais ocupados pela mesma população que produziu cultura material.

princípios de análise”, para um mini-curso desenvolvido no município de Jaú, em 2006.

Apesar dos Kaingang estarem associados a populações do tronco lingüístico Jê estes não constroem suas aldeias de modo circular. Essa situação fica evidente nas informações históricas descritas no capítulo 3, principalmente as descrições da CGGESP (1905), onde se percebe que existe uma grande variação do tamanho das construções habitacionais, bem como do modo como ocupam o espaço no contexto do vale do rio Feio/Aguapeí.

Essa situação também é descrita por Veiga (2000). Comentando sobre o modo como esse grupo étnico se organiza politicamente, a autora afirma que

[...] não possuindo aldeias circulares e nem casas dos homens, embora realizando as reuniões políticas no centro administrativo da aldeia e, normalmente, apenas entre os homens, a política Kaingang é feita nas casas (VEIGA, 2000, p. 31).

Portanto, cada sítio arqueológico identificado no contexto da pesquisa em questão, possivelmente, corresponde a uma área habitacional. Com isso teremos uma aldeia fixa que apresenta três áreas ocupadas por um determinado grupo Kaingang no contexto do alto curso do ribeirão Coiós, afluente direto do rio Feio/Aguapeí.

Sítio Arqueológico Coiós 1

O material arqueológico desse sítio é proveniente de coletas sistemática em superfície, o primeiro elemento de análise que utilizaremos é a cerâmica.

Da coleção organizada a partir da pesquisa de campo, um montante de 160 peças cerâmicas foi analisado. Percebe-se, pela distribuição da frequência das classes que os fragmentos de parede, 84,4%, representam a maior porção de peças e as somam 6,3% de bordas do total de peças analisadas da coleção deste sítio arqueológico. **(Prancha 89).**

Das peças analisadas observa-se que na preparação da pasta para confecção dos vasilhames os elementos mais adequados para dar plasticidade

à argila, ou seja, o antiplástico, foram o caco moído com uma presença de 48,8% do total de peças, seguido pelo mineral com 46,3%. **(Prancha 89).**

A espessura dos antiplásticos apresentou forma variada, porém com uma pequena predominância de grânulos finos seguido da variação média.

Observa-se que a espessura da parede variou entre 0,71 a 1,1cm. Para o universo analisado consideramos como espessura média, com 58% dos casos, logo seguida pela variação fina com 36% dos casos. **(Prancha 90).**

Para a indústria cerâmica desse sítio identificamos 3 tipos de queima com uma predominância da seção transversal sem núcleo, cor uniforme variando do cinza-escuro ao preto, em 82,5% das peças analisadas.

A técnica de manufatura utilizada na confecção dos vasilhames foi, predominantemente, o acordelado correspondendo a 98,8% do total da coleção, ou seja 158 peças. A modelagem, 1,3% das peças, o que corresponde a duas peças se limitou a confecção de algumas bases observadas.

O tratamento de superfície tanto na parte externa da peça quanto internamente foi o alisamento. **(Prancha 91).**

A decoração representa um fator importante a ser observado nessa coleção. Dos fragmentos analisados, apesar do alto grau de ausência de decoração, com destaque para na face externa, percebemos como principal elemento decorativo a predominância de manchas de fuligem tanto na face interna como na externa, provocado, provavelmente, por um processo esfumaçamento do vasilhame. **(Prancha 91).**

Essas manchas se associam a um polimento mais intenso e que deixa a peça com um brilho destacado em sua superfície. Esse procedimento é o que definimos como brunidura. Tal situação se apresenta com maior porcentagem na face interna. **(Prancha 92).**

Além do esfumaçamento observado na técnica decorativa, percebemos na face externa e em uma única peça, marcas de pigmento vermelho diretamente na superfície.

A análise aponta, ainda, para fragmentos cerâmicos de vasilhames que possuíam lábios arredondados. **(Prancha 93).**

Do montante de peças recolhidas em campo e que formam a coleção do sítio Coiós 1, apenas 10 peças foram identificadas como bordas, sendo que em apenas 09 realizamos a reconstituição parcial. Na análise

dessas bordas, observamos uma extroversão com inclinação externa e contorno direto. O diâmetro da abertura da boca do vasilhame não passou de 10 cm. **(Prancha 94).**

Identificamos apenas 4 peças como base de forma côncava. Os fragmentos da coleção do sítio COI 1 ao serem pesados apontaram para uma massa leve com metragens de proporções pequenas. **(Prancha 95).**

Sítio Arqueológico Coiós 2

Do sítio Coiós 2 foi montada a maior coleção de peças arqueológicas recolhidas no contexto do alto curso do Ribeirão Coiós. O material desse sítio é proveniente de coletas sistemáticas em superfície e da abertura de uma unidade de escavação. **(Prancha 96).**

Das 330 peças cerâmicas analisadas, 297 foram recolhidas em superfície a partir da coleta orientada e 33 peças foram recolhidas durante a escavação da unidade, com maior predominância nos níveis 1 e 3.

As peças analisadas foram distribuídas pela freqüência das classes sendo que os fragmentos de parede representam a maior porção de peças, num total de 84,8% da coleção. Desse sítio também recolhemos o maior número de bordas e que corresponde a 10% da coleção. **(Prancha 97).**

Com relação ao antiplástico, observa-se nas peças analisadas que na preparação da pasta para confecção dos vasilhames os elementos mais adequados para dar plasticidade à argila são o mineral com 82,7% da coleção, elemento predominante nessa coleção, seguido do caco moído com uma presença de 11,8% e a correlação dos dois elementos com 4,8% do total de peças. **(Prancha 97).**

O elemento espessura dos antiplástico apresentou forma fina, com tamanho até 0,1cm em 96% da coleção. **(Prancha 98).**

Observa-se que a espessura da parede variou entre 0,3 a 0,7cm em 61% das peças, seguido de uma espessura média, em 37% dos casos.

Para a indústria cerâmica desse sítio identificamos 6 tipos de queima com uma predominância da seção transversal sem núcleo, cor uniforme variando do cinza-escuro ao preto, em 59% das peças analisadas, seguido da

queima que apresentou seção transversal sem núcleo, cor uniforme variando do cinza-claro ao pardo, com 15,5% do montante da coleção. **(Prancha 99).**

Do material que consideramos para a classificação, a técnica de manufatura utilizada na confecção dos vasilhames, predominantemente, foi o acordelado. A modelagem se limitou a confecção de algumas bases observadas. **(Prancha 100).**

O tratamento de superfície tanto na parte externa da peça quanto internamente foi predominantemente o alisamento.

Na análise do item decoração presente no material classificado da coleção do sítio arqueológico Coiós 2, também se observa o alto grau de ausência decorativa, tanto na face externa como interna. Porém, o elemento decorativo predominante é definido pela presença de manchas de fuligem tanto na face interna como na externa, a partir de um, possível, esfumaçamento do vasilhame. **(Prancha 101).**

A brunidura com manchas de fuligem é percebida em 34,7% seguido das manchas de fuligem sem brunidura em 19,6% da face interna. Já na face externa as manchas de fuligem com brunidura são percebidas em 28,5%, seguido das manchas de fuligem sem brunidura em 27,3% das peças dessa coleção.

Essas manchas se associam a um polimento mais intenso e que deixa a peça com um brilho que se destaca na superfície a partir da brunidura. Tal situação se apresenta com maior porcentagem na face interna. Além dessa técnica decorativa, observamos tanto na face externa como na interna de uma peça sinais de raspagem, que classificamos como decoração devido a situação acentuada da marca.

Do montante destacado das bordas, num total de 32 peças, a forma dos lábios se apresenta arredondada em 72% dessa coleção. **(Prancha 102).**

Observamos na coleção de bordas pouca variação. Em todas o contorno é direto, com o tipo extrovertido inclinado externo em 15 peças, o que corresponde a 47% das peças.

No caso da reconstituição das formas, realizamos parcialmente 20 bordas que consideramos adequadas para o procedimento. **(Prancha 103).**

A partir da análise das bordas percebemos que a abertura do diâmetro da boca dos vasilhames apresenta medidas acima de 10 cm em 13 peças (39,4%), seguido de medidas entre 5 a 10, com 9 peças ou 27,3% da coleção.

Das poucas bases identificadas, ao todo 6 peças, observamos uma variação entre a plana e a côncava, com um diâmetro variável e leve predominância com metragem acima de 10cm, em três peças. **(Prancha 104).**

Esses fragmentos ao serem pesados apontaram para uma massa leve, na ordem de 94,2% com peso de 0,001 a 0,10 gramas, com metragens de proporções pequenas. Na correlação largura x comprimento as medidas giraram entre 0,05 a 2,5 cm. Sendo que essa largura é representada 85,2% e o comprimento em 63,6% das peças. O que corresponde a uma coleção de proporções bastante reduzidas. **(Prancha 104).**

Sítio Arqueológico Coiós 3

Desse sítio a proveniência do material arqueológico vem de coleta sistemática em superfície sendo analisadas em laboratório um total de 64 peças cerâmicas. Para a análise a freqüência da classe segue a mesma dos outros sítios com predominância de parede (73,4%), porém com um aumento na quantidade de bordas (17,2%) da coleção. **(Prancha 105).**

Das peças analisadas nota-se que na preparação da pasta para confecção dos vasilhames os elementos mais adequados para dar plasticidade à argila, foram o caco moído com uma presença de 57,81% do total de peças, seguido pelo mineral com 42,19%.

A espessura do antiplástico apresentou forma variada, porém com uma predominância de grânulos finos (até 0,1cm), com 57,8%, seguido dos médios (de 0,11 a 0,4cm) em 40,6% das peças analisadas.

Observa-se que a espessura da parede da peça variou entre 0,3 a 0,7cm. Para o universo analisado consideramos como espessura fina, com

64,1% dos casos e, logo na seqüência, a variação média com 32,8% dos casos observados. **(Prancha 106).**

Para a indústria cerâmica do sítio Coiós 3 identificamos a presença de 4 tipos de queima com uma predominância da seção transversal sem núcleo, cor uniforme variando do cinza-escuro ao preto, em 68,8% dos casos analisados. **(Prancha 107).**

A técnica de manufatura utilizada na confecção dos vasilhames, predominantemente, foi o acordelado correspondendo a 98,4%, com 63 peças. A modelagem foi utilizada em apenas uma peça observada.

O tratamento de superfície tanto na parte externa da peça quanto internamente foi o alisamento.

Como nos sítios anteriores, a ausência de decoração predomina na coleção cerâmica deste sítio na ordem de 56,5% para a parte interna e de 55,6% na parte externa. Porém, a decoração predominante diz respeito as manchas de fuligem tanto na face interna como na externa, se obtendo a partir de um esfumaçamento do vasilhame. **(Prancha 108).**

Essas manchas se associam a um polimento mais intenso e que deixa a peça com um brilho que se destaca na superfície sendo percebido em 29,4% da parte interna e em 11,1% da face externa. Para as manchas de fuligem sem brunidura na face interna corresponde a 24,2% das peças e na externa a 33,3%, predominando, portanto como aspecto decorativo. Observamos que além dessa técnica decorativa, na face interna de uma única peça temos a presença de um escovamento.

Os fragmentos cerâmicos apontam para vasilhames que possuíam lábios arredondados, com 80% das bordas analisadas. **(Prancha 109).**

Do montante de peças recolhidas em campo e que formam a coleção cerâmica do sítio Coiós 3, apenas 11 peças foram identificadas como bordas. Na análise dessas bordas observamos que predominam a direta vertical em 55% das peças, com contorno direto, sendo que uma foi definida como complexa. Em apenas 07 peças foi possível a reconstituição parcial. **(Prancha 110).**

Das peças que conseguimos medir o diâmetro da abertura da boca, temos uma predominância de mais de 10 cm. **(Prancha 111).**

Identificamos apenas 2 peças como base de forma plana, com diâmetro em torno de 10cm. Esses fragmentos ao serem pesados apontaram para uma massa leve em 87,5% do montante analisado com metragens de proporções pequenas entre 0,05 a 2,5 cm.

6.5 A Indústria Lítica dos sítios arqueológicos pesquisados

A indústria lítica associada à população ceramista⁷⁸ em questão representa parcela significativa do montante geral dos vestígios arqueológicos coletados nos sítios já citados.

Para essa sistematização o estudo tipológico se pautou pela definição de dois grupos analíticos, sendo o primeiro identificado pelos utensílios líticos destacados na coleção e o segundo, pelo agrupamento das lascas bipolares, com um destaque para os aspectos da funcionalidade dos artefatos.

Nesses dois grupos, os principais elementos dizem respeito a quantificação e localização das peças, a definição da matéria prima, possibilidades de alteração térmica e sua coloração, o suporte, algumas categorias classificatórias, a morfologia da peça e as medidas. O restante da coleção corresponde a lascas, estilhas e refugos de lascamento.

No quadro a seguir apresentamos um resumo do inventário geral produzido a partir das coleções líticas dos sítios arqueológicos analisados.

⁷⁸ Krug (1915) comenta sobre a utilização de artefatos líticos pelos Kaingang. Descrevendo os utensílios encontrados em cabadas desse grupo étnico comenta que “*como trem de cozinha há uma panela de barro para preparar o alimento, um machado de pedra para partir a lenha grossa ou derrubá-la, um pilão de madeira dura com mó, geralmente de pedra, uma peneira fina, de taquara ou fibra de urtiga brava, um cesto para o transporte do milho da mísera roça ou para torrá-lo, cochos e potes para a fermentação do giocopy, goiofá e quiqy, algumas lascas de pedra que são utilizadas como instrumentos cortantes (...)*” (Krug, 1915:324). Mello

Inventário Geral

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
Estilhas	06	14	05
Refugos de lascamento	24	62	21
Lascas unipolares	07	28	08
Lascas bipolares	06	10	05
Fragmentos de lascas unipolares		02	01
Lasca unipolar retocada		01	
Núcleo (2 retiradas)	01		
Seixo lascado por bigorna ou talhado	01		
Núcleo unipolar		01	
Seixo com retirada (negativo), talvez bipolar		01	
Artefatos	02	05	04
Lítico bruto		01	01
Percutor			01
Seixo lascado por bigorna com 1 retirada bipolar	01		
Total de peças	33	87	33

Os utensílios líticos

Para o sítio Coiós 1 identificamos 5 peças que correspondem aos instrumentos líticos sendo dois seixos lascados bi e unipolarmente, um núcleo unipolar com 2 retiradas e 2 raspadores.

No sítio Coiós 2, classificamos 8 objetos sendo que identificamos um lítico bruto que, associado ao contexto, pode ter sido um alisador para cerâmica. Nessa categoria também agrupamos um seixo que oferece dúvidas quanto a ser um núcleo bipolar e as outras ferramentas sugerem o uso para raspagem, enquanto um deles pode ser um pequeno chopper.

O sítio Coiós 3 apresenta seis peças classificadas, sendo um lítico bruto de função não definida e mais um lítico bruto (seixo) usado como percutor. As demais ferramentas se constituem como provável uso para raspagem.

(1982) também descreve que o “*instrumento de corte eram lascas de pedra afiadíssimas pelo atrito em outras pedras (...)*” (Mello, 1982:70).

Quantidade de peças

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
Quantidade	5	8	6

Categoria Classificatória

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
2 - Núcleos unipolares	1	1	
4 - Núcleos bipolares	2	1	
8 - Instrumentos ativos	2	5	5
10 - Lítico bruto		1	1

A frequência de matéria prima dos utensílios analisados e que pode ser estendida a toda coleção lítica dos sítios arqueológicos em questão, já que diz respeito à quase totalidade do conjunto, é o quartzo⁷⁹, com um único suporte observado que é o seixo. A coloração principal é o branco. Quanto as dimensões, os utensílios líticos analisados apresentam pequenas proporções que podem ser observadas nas tabelas abaixo.

Matéria Prima

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
5 – Quartzo	5	7	6
8 - Quartzito		1	

Cor

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
2 – Amarelo	1		
3 - Cinza		3	2
4 – Branco	4	5	3
11 - Alaranjado			1

Suporte

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
1 - seixo	5	8	6

⁷⁹ Na coleção do sítio Coiós 2 temos apenas 7 lascas sem retoque em sílex.

Comprimento da peça (mm)

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
1 - de 0,1 a 15			
2 - de 16 a 25		1	
3 - de 26 a 35	2	3	
4 - mais de 36	3	4	6

Largura da peça (mm)

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
1 - de 0,1 a 15			
2 - de 16 a 25	2	1	1
3 - de 26 a 35	2	4	2
4 - mais de 36	1	3	3

Espessura da peça (mm)

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
1 - de 0,1 a 15	1	1	
2 - de 16 a 25	2	7	1
3 - de 26 a 35	2		4
4 - mais de 36			1

Lascas Bipolares

As lascas bipolares foram identificadas em sua maioria no sítio Coiós 2, com dez peças, seguido de 6 peças no sítio Coiós 1 e 5 peças no sítio Coiós 3. A principal matéria prima é o quartzo com predominância da coloração branca. O único suporte é o seixo. Essas peças pelas suas dimensões caracterizam-se como lascas muito pequenas.

Quantidade de peças

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
Quantidade	6	10	5

Matéria Prima

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
5 - Quartzo	6	10	5

Cor

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
2 - Amarelo		1	
4 - Branco	6	9	5

Suporte

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
1 - Seixo	6	10	5

Comprimento da peça (mm)

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
1 - de 0,1 a 5			
2 - de 6 a 10			
3 - de 11 a 20	3	6	3
4 - mais de 21	3	4	2

Largura da peça (mm)

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
1 - de 0,1 a 5		2	1
2 - de 6 a 10	4	4	1
3 - de 11 a 20		3	2
4 - mais de 21	2	1	1

Espessura da peça (mm)

	Coiós 01	Coiós 02	Coiós 03
1 - de 0,1 a 5	5	8	4
2 - de 6 a 10		1	
3 - de 11 a 20	1	1	
4 - mais de 21			1

6.6 Datação

Para uma análise e compreensão temporal do contexto arqueológico analisado, encaminhamos duas amostras do material cerâmico para o Laboratório de Vidros e Datação da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec), Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) e que foram tratadas pelo método de Termoluminescência.

As amostras foram recolhidas da unidade de escavação do sítio arqueológico Coiós 2, juntamente com sedimentos de cada nível identificado. A primeira amostra foi retirada do nível 2 (10-20cm) e a segunda amostra do nível 4 (30-40cm).

Todas as peças cerâmicas recolhidas dessa unidade de escavação apresentam dimensões muito pequenas, mesmo assim escolhemos as amostras para envio ao laboratório. Porém, somente uma amostra se mostrou em condições de análise.

Nesse sentido a amostra do nível 4 resultou numa idade de 570+/- 80⁸⁰. Portanto, a ocupação humana nesse local aconteceu entre os séculos XIV e XV.

6.7 Comparação entre os dados obtidos na análise lito-cerâmica

Os vestígios materiais dos sítios arqueológicos Coiós 1, Coiós 2 e Coiós 3, apontam para um caminho comum, permitindo a visualização de um cenário importante da ocupação indígena presente no alto curso do ribeirão Coiós, afluente do rio Feio/Aguapeí, pela sua margem esquerda e que pode se estender por toda a região.

⁸⁰ Em anexo segue o Relatório de ensaio apresentado pelo Laboratório de Vidros e Datação da Fatec com o resultado completo da datação.

Os dados apresentados pelos diferentes atributos definidos na análise cerâmica formam um conjunto de traços diagnósticos importantes, e que contribuem para a construção da idéia de uma Aldeia Kaingang Arqueológica, a partir da correlação de elementos comuns presentes nos sítios arqueológicos em questão.

O principal atributo da análise cerâmica e que utilizamos como referência comparativa, diz respeito ao traço decorativo. Da sistematização desse dado, observamos a presença freqüente de manchas de fuligem tanto na face externa como na face interna, com casos em que toda a peça fica escurecida como também, com apenas parcelas do fragmento esfumado.

Associado a esse elemento, percebemos a presença de brunidura, caracterizado por um polimento mais intenso e que deixa a peça com um brilho que se destaca em sua superfície, bem como em outros casos a ausência dessa ação já que a fuligem superficial se solta com mais facilidade.

A técnica de manufatura predominante foi o acordelado, percebido pela presença de roletes, com a presença de antiplástico com caco moído em conjunto com mineral. Essas variações do antiplástico, presente na comparação entre os materiais dos sítios, podem estar diretamente associados com as escolhas feitas pela ceramista de acordo com a plasticidade da argila utilizada⁸¹.

As peças apresentaram paredes finas, com uma massa leve e metragens de proporções pequenas. A queima principal apresentou uma seção transversal sem a presença de núcleos, com cor variando do cinza-escuro para o preto.

Esse panorama fortalece a idéia da presença da população Kaingang no contexto do oeste paulista, principalmente na região do médio-alto curso do rio Feio/Aguapeí, pelo menos, a partir do século XIV como se configura no resultado da datação do material cerâmico.

⁸¹ Esta situação foi observada por Miller Jr. (1978) quando observava o trabalho oleiro da índia Kaingang Candire, moradora da aldeia Vanuíre.

Para a indústria lítica associada, os resultados obtidos mostram em sua totalidade uma produção com base em seixo e em sua grande maioria de quartzo, encontradas nas margens dos canais de drenagem que recortam a região.

São em sua totalidade seixos pequenos, sendo poucos de tamanho mediano. Isso parece ter propiciado uma cadeia operatória determinada pelo lascamento bipolar para se obter lascas com melhores ângulos de percussão, para posteriormente se fazer o lascamento unipolar. Assim, as lascas unipolares se caracterizaram por serem bem pequenas, e são provindas do trabalho para se obter as ferramentas encontradas nos sítios.

Pode se perceber em algumas delas que se encaixam as ferramentas. Nota-se também que nos refugos, muitos deles possuem córtex, o que pode confirmar a dificuldade em se desenvolver o lascamento sobre quartzo.

Apesar da presença do lascamento bipolar, não há, pelo que se notou na coleção, nenhuma bigorna. O motivo de sua ausência não se sabe. O mesmo se procede com os percutores, sendo que apenas um foi encontrado em um sítio.

Quanto ao material diferente do quartzo (sílex e quartzito) que se encontra nos sítios, nota-se que são em pequena quantidade e também (quando identificável) de suporte em seixo.

Por fim, ao que tudo indica, as ferramentas encontradas sugerem um uso predominante para raspagem. Não foram identificados outros tipos de utensílios, a não ser um seixo que pode ter sido usado como alisador para cerâmica.

6.8 Modos de enterramento kaingang na construção de um testemunho arqueológico

Durante as etapas da pesquisa de campo e a partir das indicações dos informantes, principalmente Irineu Cotuí, identificamos e registramos dois montículos que estão associados a enterramentos realizados pela população Kaingang. Estas estruturas estão preservadas na área da aldeia Vanuíre. Os informantes não souberam precisar o período dos enterramentos, mas pode estar associado ao início da formação do posto indígena, na primeira década do século XX⁸².

O primeiro cemitério (montículo) localiza-se na porção leste da reserva indígena, em meio a pequena mancha de mata, na margem esquerda do ribeirão Coiós. A mata preserva o montículo, porém observamos pisoteamento de gado sobre a estrutura, bem como sobre uma parcela da vala que a circunda, acelerando o processo de soterramento. Possui altura de 1,52m com dimensões de 8,60m de comprimento por 6,80m de largura. A vala circundante possui uma largura de 1,80m por 0,55m de profundidade. **(Prancha 112).**

O cemitério dois encontra-se anexado ao atual cemitério da aldeia em meio a uma área de pasto na porção sul da terra indígena, na margem esquerda do córrego Pirã. O local encontra-se altamente impactado onde se observa, além do próprio pasto, caminhos dos animais e a cerca de proteção do atual cemitério passando por cima dessa estrutura. A vala circundante pouco aparece. O solo da estrutura já cedeu acentuadamente, porém ainda é possível observar a elevação do solo. Possui altura de 1,10m e dimensões de 9,60m de comprimento por 8,10m de largura.

⁸² Moradores da aldeia comentam que anteriormente existiam outros cemitérios fora da reserva. Indicações como a propriedade de Gervásio e fazenda Muzambo são lembradas pelos moradores para indicar a localização desses antigos montículos. Um informante comenta, ainda, que as ossadas que se encontram no museu municipal de Tupã, seriam desses antigos locais.

Segundo Irineu Cotuí, o atual cemitério data dos anos quarenta. Segundo o informante o montículo já existia e o novo cemitério começou a ser formado a partir dele. Atualmente os corpos são enterrados individualmente seguindo o padrão ocidental com a utilização de caixões. Esse espaço começou a ser utilizado com o enterramento de crianças mortas pelas epidemias principalmente de gripe.

Estruturas fúnebres: testemunhos cerimoniais na formação do registro arqueológico

Para a região, apesar dos relatos, poucas são as informações a respeito da existência de enterramentos Kaingang concretamente identificados⁸³. As principais referências datam da década de 40 do século XX. A principal referência para o estudo e compreensão desse tipo de estrutura funerária são os trabalhos de Kiju Sakai, arqueólogo japonês que desenvolve pesquisas no Brasil nos anos 30 do século XX e um dos idealizadores de uma sociedade de pesquisa em arqueologia paulista integrada principalmente por japoneses e intitulado Instituto Paulista de Arqueologia⁸⁴.

Sakai ([1940] 1981) em pesquisas desenvolvidas no oeste paulista entre os anos de 1937 e 1940 realiza algumas escavações em túmulos Kaingang que foram identificados quando da formação de colônias de imigrantes japoneses na região de Lins, principalmente nos arredores dos municípios de Getulina, Promissão e Guararapes.

Em Getulina identifica um montículo próximo ao rio Feio/Aguapeí. Classifica como tendo o formato semi-esférico achatado. Altura de 0,80m,

⁸³ Durante a permanência na aldeia e em conversas informais vários foram os relatos da existência de cemitérios no entorno da aldeia, porém nenhum foi localizado. Provavelmente foram destruídos durante a formação das fazendas ao seu redor. Ter um montículo Kaingang nessas terras era motivo de preocupação por parte dos fazendeiros. No museu histórico do município de Tupã estão expostas algumas ossadas, que, segundo consta, seriam de enterramentos em montículos e que foram indicadas como sendo da região próxima a aldeia, mas não possuem identificação da procedência.

⁸⁴ Em comentário no prefácio de seu livro Sakai já premedita o futuro desse tipo de estrutura arqueológica ao escrever que *“esses túmulos nos relatam o contato dos índios com os brancos. Sendo esses túmulos da época recente, arqueologicamente podem ter pouco valor, porém, se não os pesquisasse, deixando-os no abandono, temia-se a total destruição devido à mecanização da agricultura moderna, e assim, eu resolvi escava-los e os publiquei.”*

diâmetro de 6m; vala periférica com profundidade de 0,50m e largura de 1,00m. Nesse túmulo foram exumados 6 esqueletos que variaram entre a profundidade de 1,00m (1 esqueleto) e 1,80m (5 esqueletos). Juntamente com os esqueletos, Sakai retira vários objetos que classifica em duas categorias. A primeira sendo de objetos que ele definiu como modernos, aí sendo agrupados pontas de ferro para flechas, vidros para colar, garrafa de vidro e moedas. Na segunda categoria, classificou o artesanato indígena, agrupando as pontas de flecha e agulhas em osso, conchas de caramujo para colares e artefatos de garras de dentes de animais.

No município Promissão, Sakai ([1940] 1981) comenta que junto aos montículos, os japoneses construíram um pequeno santuário onde era realizada anualmente uma cerimônia em memória dos ancestrais indígenas. Uma re-significação interessante dessa estrutura funerária e que se associa a própria lógica presente no pensamento cosmológico oriental do culto aos mortos e também presente na concepção Kaingang e que discorreremos mais abaixo.

Nesse local, Sakai identifica dois montículos com as mesmas características já descritas anteriormente, porém variando um pouco quanto as medidas. Para o primeiro túmulo que media 5m de diâmetro e 2m de altura. Uma observação destacada pelo autor diz respeito a vala circundante, já que além de uma principal, identifica outra vala que ficava externamente e circundava metade da interna.

Ao proceder a escavação Sakai ([1940] 1981) observa que

[..] removendo o montículo de terra do túmulo, estendiam-se horizontalmente uma fileira de toras e madeiras rachadas e apodrecidas. Após a remoção destes, vislumbramos toras de coqueiro enfileiradas em pé e em forma elíptica, e que a princípio supusemos paredes de casa, mas viemos a constatar que eram parte de uma cerca que protegia o túmulo subterrâneo. (SAKAI, [1940] 1981, p. 90).

Nesse montículo foram exumados dois esqueletos que se encontravam em decúbito dorsal fletido, com as costas voltadas para a parede. O segundo montículo, que se encontrava nas proximidades, também foi

registrado com as mesmas características e dois esqueletos. Junto ao enterramento Sakai identifica vários acessórios funerários, conforme tabela. **(Prancha 113).**

A mesma situação é descrita por Sakai para os dados recebidos da escavação do montículo localizado na fazenda Jangada, município de Guararapes. Nessa fazenda, comenta o autor que existam vários montículos. São exumados 2 esqueletos que se encontravam em decúbito dorsal fletido, cercado de toras de coqueiro associado a acessórios fúnebres. O montículo possuía 5m de diâmetro, 0,80m de altura e vala periférica rasa com 1,40m de largura.

Durante as pesquisas, Sakai ([1940] 1981) contou com vários colaboradores que, inclusive, escavaram alguns desses montículos para ele. Nesse procedimento relata que

[...] houve diversas conclusões erradas, resultantes do fato de que existem diversos formigueiros na região que se assemelham a túmulos, tanto que alguns tinham sido escavados por pessoas que julgavam que tais formigueiros antigos fossem tumbas. (SAKAI, [1940] 1981, p.92).

Em campo observamos situação semelhante e muito próximo ao local do primeiro montículo que registramos, como pode ser observamos na imagem a seguir:

Em seu trabalho Sakai (1981) procura estabelecer uma correlação entre os objetos escavados e a ocupação indígena da região para projetar algumas datas para os montículos em que estava trabalhando, chegando ao ano de 1.900. Porém, para os túmulos com os objetos associados ao Serviço de Proteção aos Índios, como as armações de espelhos, por exemplo, que eram utilizados como donativos da frente de contato, a data de início dos trabalhos desse serviço governamental é 1910 a partir da instalação do posto de atração no município de Promissão, local de seus trabalhos, e nesse período identificado como Hector Legru.

A pacificação dos Kaingang acontece efetivamente em 1912 e a partir daí se estendem as relações entre a sociedade nacional e os Kaingang,

que passam a consumir diretamente os produtos oriundos dessa nova relação, bem como novos alimentos, como a mandioca identificada por Sakai em um enterramento, e que, até então, não fazendo parte dos produtos alimentícios dessa população.

Antes da ação do SPI, esses mesmos produtos e objetos já estavam sendo consumidos pelos Kaingang pela ação direta dessa população ao recolhê-los das fazendas e pequenos sítios que estavam sendo instalados no oeste paulista desde o século XIX.

A colônia japonesa de Promissão foi fundada por Shuhei Uetsuka, em 1918. O fim da Vila Kaingang e sua retirada para o novo aldeamento de Icatú acontece em 1916, portanto apenas dois anos antes da criação da colônia japonesa e sua instalação nesse município.

Outra publicação que resultou de intervenção em montículo Kaingang foi publicado por Oscar Godoy, legista da polícia civil de São Paulo, em 1947.

Realizado sem muito critério, essa intervenção aconteceu em 1945, na fazenda Jangada, município de Guararapes. Descreve Godoy (1947) que

[...] foram descobertos alguns esqueletos, num pequeno monte de terra. Posteriormente, por determinação do sr. Delegado de Polícia, foram realizadas novas escavações no local, em dois montes de terra de cinco metros de diâmetro por três metros de altura, sendo constatada a existência de vários crânios humanos e diversos ossos esparsos, já bastante friáveis pela ação do tempo. Conjuntamente com aqueles ossos foram encontrados os seguintes objetos; três enxadas bastante desgastadas, seis vasos de barro, um machado, diversas pontas de lança, fragmentos de arcos, diversas facas, agulhas de ossos, parecendo serem pontas de flechas. (GODOY, 1947, p. 211).

No município de Parapuã, no ano de 1946, foi identificado o maior montículo Kaingang já registrado, contendo 33 ossadas humanas, acompanhadas de diversos objetos como colares de contas, medalhas, pontas de flechas em ferro, moedas, ferramentas para agricultura, garrafas, dentes de animal, entre outros materiais. Além desse montículo, outros quatro foram localizados e escavados, estando associados também a antigas aldeias, por

Drumond & Philipton (1947), do gabinete de Antropologia da Universidade de São Paulo.

Na opinião desses autores a localização de sepultamento Kaingang com essas dimensões está associada às mortes produzidas pelas epidemias que estão devastando os diversos grupos indígenas na região e alterando o modo de enterramento até então desenvolvido por essa população. Além disso, explicam os autores que a situação das aldeias e túmulos na forma encontrada por eles pode estar associada a mudanças de um mesmo grupo para outros locais nas imediações.

Sobre essa situação comenta Manizer ([1914] 2006) que é costume já difundido entre os Kaingang o abandono da moradia por medo da morte.

Eu visitei uma aldeia abandonada nestas condições; ela estava situada a quatro quilômetros da Vila Kaingang. Eu vi lá, no lugar do óbito, um monumento funerário original, era uma estaca quadrangular, ornamentada de vírgulas semelhantes àquelas que se pinta sobre os corpos, durante o ofício dos mortos. (MANIZER, [1914] 2006, p. 49)

Por fim, Reyes (s/d), comenta a respeito de uma escavação que aconteceu no município de Promissão no ano de 1939, escrevendo que

[...] veio a Promissão, em missão do Departamento Geológico do Estado, a Sta. Maria Alice de Moura, que cursava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Veio essa funcionária proceder estudos no cemitério indígena que existia nesta cidade [...] após algumas horas de serviço, surgiram vestígios da existência de ossadas humanas [...] constatou-se a existência de esqueletos com o aparecimento de um crânio e daí a pouco de todo o esqueleto. Continuando os serviços verificou-se a existência de muitos esqueletos, tendo sido encontrado ao lado de um deles duas garrafas em sentido horizontal sem conteúdo algum. Ao lado de outro foi achada uma medalha de bronze com a efígie de José Bonifácio contendo o ano de 1910, bem como um colar feito de dentes de macaco. (REYES, s/d, p. 27-28).

O resultado dessas escavações permite entender o modo como os Kaingang estruturaram os seus enterramentos, mesmo numa situação de profundas mudanças de seus hábitos, devido ao contato e o sofrimento causado pelas mortes em série ocasionadas por doenças desconhecidas por eles.

Por um período ainda prolongado e já no convívio com os não-índios os Kaingang mantiveram suas práticas mortuárias executando o enterramento dos mortos de acordo com seus ritos funerários.

Orientação mítica na construção das estruturas arqueológicas

A manutenção de seus hábitos funerários está associada diretamente ao modo como esse grupo étnico concebe a origem do seu ser a partir do elemento terra.

Na descrição do mito de origem recolhido por Telêmaco Borba (1904) é possível entender essa dinâmica. Além disso, percebe-se que a associação com o mundo dos elementos ligados a terra como os insetos, principalmente a formiga⁸⁵, está diretamente associado ao sentimento de pertença ao mundo subterrâneo.

Nesse sentido, a estrutura do enterramento Kaingang assume um modelo habitacional segundo o qual os seus mortos continuarão a morar no seu local de origem. Mas os que estão no mundo terreno, devem ter cuidado pois a qualquer momento poderão ser levados para lá. Portanto, é no seio da terra que os Kaingang moram e para lá vão suas almas após a morte.

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados. São o cume da serra Crinjijinb  emergia das  guas. Os Kaingang, Cayurucr s e Camés nadavam em dire o a elas levando na boca achas de lenha incendiadas. Os Cayurucr s e Cam , cansados, afogaram-se; suas almas foram morar no centro da serra.

Os Kaingang e alguns poucos Curutons, alcançaram a custo o cume de Crinjijinb , onde ficaram, uns no solo e outros, por exigüidade de local, seguros aos galhos das árvores, e ali passaram alguns dias sem que as águas baixassem e sem comer; já esperavam morrer quando ouviram o canto das saracuras, que vinham carregando terra em cestos, lançando-a   água que se retirava lentamente.

⁸⁵ Sakai faz essa observa o quando obtem informa es sobre seus colaboradores que estão escavando antigos formigueiros pensando que esses pudessem ser montículos funerários.

Gritaram eles ás saracuras que se apressassem, e estas assim o fizeram, amudando também o canto e convidando os patos a auxiliá-las.

Em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde saíram os Kaingang que estavam em terra; os que estavam seguros aos galhos das arvores transformaram-se em Macacos e os Curutons em Bugios. As saracuras vieram com o seu trabalho, do lado donde o sol nasce, por isso nossas águas correm todas ao poente e vão ao grande Paraná.

Depois que as águas secaram os Kaingang estabeleceram-se nas imediações de Crinjijimbé. Os Cayurucrés e Camés, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminhos pelo interior delas; depois de muito trabalho chegaram a sair por duas veredas: pela aberta por Cayurucré brotou um lindo arroio e era toda plana e sem pedras, daí vem terem eles conservado os pés pequenos; outro tanto não aconteceu a Camé que abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando ele, e os seus, os pés que incharam na marcha, conservando-os por isso grandes até hoje. Pelo caminho que abriram não brotou água e, pela sede, tiveram de pedi-la a Cayurucré, que consentiu que a bebessem quanta necessitassem. (BORBA, 1904, p. 20)⁸⁶.

Segundo Pinheiro (1999) essa associação entre o modo de enterramento e a concepção de mundo dos Kaingang está em sintonia com o próprio ambiente em que estão inseridos e interagem. Para a autora esse modo de pensar se explica pelo fato de que existe uma identificação social e simbólica entre a formiga e o ser Kaingang já que como no mito as metades clânicas se encontravam no centro da montanha *Krinjijimbe* e as formigas também moravam no centro de sua pequena serra por elas construída.

Essa associação se materializa na própria construção do sepultamento e sua forma elevada como a de um antigo formigueiro.

Os Kaingang, depois de mortos, se transformam em espíritos perigosos aos vivos, principalmente aos parentes próximos os VEINCUPRI. Mas também transformam-se em certos animais e insetos. Um dos mais importantes eram as formigas. Esse mito da montanha e do indígena abrindo caminhos diferentes no seu interior e encontrando-se com outros que também abriam caminhos no interior da montanha lembra um imenso formigueiro. (PINHEIRO, 1999, p. 44).

⁸⁶ Para uma análise mais detalhada do mito de origem Kaingang e seus rituais observar texto de Baldus “o culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas”, no livro *Ensaio de Etnologia Brasileira*.

Para Veiga (2000), essa forma de reproduzir, na sepultura, a montanha está associada a um processo de rememorar o que fizeram os heróis civilizadores, permitindo que os mortos, como os heróis, regressem ao mundo dos vivos.

Manizer ([1914] 2006) descrevendo o longo processo ritual de tratamento do indivíduo morto observa que após ser definido o local onde será enterrado o cadáver, ou seja, o local do cemitério, são construídos cabanas para os carregadores e para o defunto. Em volta dele são dispostos todos os seus utensílios enquanto os homens cavam o sepultamento.

A cabana, construída nos mesmos moldes do seu local de moradia na aldeia, agora o abriga momentaneamente enquanto seus apoiadores constroem a nova morada.

O mesmo processo de construção da habitação terrena se dá na construção da nova morada subterrânea. É o novo local onde o ente já não mais presente no mundo terreno continuará sua existência, agora no seio da terra, que o recebe e o abrigará. O mundo onde seus antepassados estão e sua existência continuará.

Para que o morto siga o seu caminho o sepultamento funcionará como uma porta simbólica entre a superfície da terra e o acesso à aldeia subterrânea. “O mundo dos mortos e o mundo dos vivos não são completamente separados e excludentes, mas há comunicação entre eles” (VEIGA, 2006, p. 165).

Por isso a nova estrutura que o acolhe deve ser do mesmo modelo que o abrigou durante sua passagem pela superfície da terra. O fogo que o aquecia continuamente enquanto permanecesse no interior de sua morada terrena, também o aquecerá em seu novo espaço e iluminará seu caminho. Esse novo local deve ter o conforto necessário para receber o corpo de um ente amado pela sua família.

Quando a cova alcança uma profundidade tal que sua borda passa cerca de 75 centímetros da cabeça dos coveiros, eles abandonam seu trabalho e sobem à superfície (...) jogam-se

então na cova tufo de mato e folhas de palmeira incandescentes; as chamas vigorosas lambem as paredes da cova. (MANIZER, [1914] 2006, p. 46)

Espelho da Natureza: montículos Kaingang e seu retorno ao mundo subterrâneo

Terra e fogo, elementos da própria existência Kaingang e que se misturam à essência simbólica da construção da habitação subterrânea, agora se tornam elementos complementares do caminho para aqueles indivíduos que seguirão rumo a sua nova moradia eterna.

É sobre este leito que se deposita, com cuidado, o defunto; até então, ele tinha ficado deitado a uma certa distância. Lá, ele é desamarrado e as amarras são jogadas fora da cova. A cova não é suficientemente longa para que se possa esticar suas pernas; também o corpo conserva a forma que lhe tinham dado: deitado sobre as costas, os joelhos dobrados, depois recoberto [...] Perto da cabeça são colocados os utensílios do morto: sua cesta, seu machado, sua garrafa; ficam-se dentro da cova sua flechas e seus dois arcos, de tamanhos diferentes; depois, pendura-se num bastão seu chapéu de feltro (dado pelo governo). Um cesto cheio de pequenos objetos é suspenso sobre uma corda ao alto, acima da cabeça [...]. Enfim, a cova é enchida. Por cima, rolam-se as vigas de palmeiras no sentido do comprimento, sem deixar, tanto quanto possível, fendas entre elas, e conclui-se o telhado dispendo, transversalmente, como telhas, franjas de folhas de palmeira preparada da mesma maneira que para o teto das cabanas. Este telhado compacto é recoberto de terra. Pegam-se uma certa distância do antigo fosso que, neste lugar, está uniformemente nivelado: um novo fosso é cavado um pouco mais longe, pela parte exterior. (MANIZER, [1914] 2006, p. 48). **(Prancha 114).**

Segundo Veiga (2006), o ser humano, na concepção dos Kaingang, é composto por dois elementos: o corpo perecível (*hã*) e o espírito (*kumbã*). A porção espiritual do ser continua existindo depois da morte. A morte, que se caracteriza pelo abandono do corpo pela alma, abre caminho para o espírito seguir ao mundo das almas, a aldeia subterrânea, o *Numbê*.

Esse mundo subterrâneo, porém, apresenta características que provocam uma inversão nas condições ambientais em relação ao mundo

terreno. Por exemplo, enquanto no mundo terreno o sol está se pondo para formar a noite, no mundo subterrâneo o sol está nascendo para clarear o dia. Se chove na superfície, no mundo dos espíritos faz sol. Segundo Manizer (2006), o *Numbé* é uma imensa floresta “onde pululam antas, veados, porcos selvagens e outras caças”. Onde a vida “é melhor embaixo do que no nosso mundo terrestre” (MANIZER, [1914] 2006, p. 55).

No *Numbé* a vida acontece da mesma forma como sempre se viveu no mundo terreno. Veiga (2006) comenta que os Kaingang reproduzem nesse novo mundo as condições para sua sobrevivência cotidiana, na representação de uma aldeia ideal. O local contém as mesmas condições da aldeia terrena com os recursos necessários à sua subsistência e continuidade da vida. As árvores que propiciam frutos comestíveis serão baixas para facilitar a coleta. A caça é abundante e possibilita a fartura para sua alimentação. O trabalho continuará no plantio das roças que produzirão as espécies de milho indígena, além da produção dos bens materiais utilizados na manutenção de sua existência.

Nesse sentido, observa Veiga (2000) que a morte para os Kaingang é apenas uma mudança da aldeia atual para a aldeia dos mortos.

O fenômeno físico da morte não é o fim do indivíduo, nem sua separação definitiva daqueles com quem fez comunidade. A morte é, para os Kaingang, a dissociação entre o espírito e o corpo de uma pessoa. Em muitos casos, é o processo culminante de uma ausência prolongada do espírito, afastado do corpo. (VEIGA, 2000, p. 155).

Por isso, os objetos seguem o morto já que continuam pertencendo a ele. O espírito do morto sente muita saudade. Por isso, seus utensílios como arcos, flechas, machados, tecidos, colares, instrumentos utilizados na agricultura e tantos outros mais, devem segui-los e caso não sejam enterrados, devem ser destruídos, como as roças, por exemplo. Não fazê-lo significa que o morto retornará para buscá-los na aldeia. Caso isso ocorra, torna-se algo extremamente perigoso para os que estão na superfície da terra, portanto, deve ser evitado.

O espírito do morto tem saudades dos parentes vivos e deseja levar, consigo, as pessoas que ama. Ele se preocupa com o

bem estar de sua família. Tem saudades, principalmente do cônjuge, dos filhos e netos pequenos. Todo o contato dos vivos com o morto é contagioso. E para que os mortos não venham em busca do que lhes pertence, suas roças eram destruídas, panelas quebradas, animais sacrificados e objetos de uso pessoal enterrados com o morto. (VEIGA, 2000, p. 155).

Por fim, Pinheiro (1992) apresenta uma interpretação pertinente para essa forte concepção Kaingang com relação a terra. Escreve a autora que eles

[...] nasceram da terra, dormiam na terra, escondiam-se na terra. Eles entocavam-se. Eles buscavam a toca no chão para refúgio como as raízes, como os animais. O Kaingang era a própria natureza que o cercava. Seu corpo, tal qual a terra, tinha o poder de gerar, de criar, de fazer crescer plantas úteis à preservação da vida dos próprios Kaingang. O corpo do qual nascia a planta podia ser de homem, mulher ou criança. Assim, parece que o Kaingang considerava-se realmente terra, trazendo em si propriedades e elementos da terra, por exemplo, o germinativo. Da terra eles nasceram, deles nasceram as plantas, e dos animais nasceram também plantas e água. Existia um círculo de vínculos entre homem e natureza. (PINHEIRO, 1992, p.173).

Nesse sentido, se na atualidade a sociedade Kaingang vive o sofrimento provocado pelo violento processo de expansão capitalista, segundo Veiga (2000), no *Numbê* ele é recebido com festas e passa a viver com a comunidade em meio aos parentes e amigos. “Lá as almas inclusive se rejuvenescem. Lá vivem da mesma forma que na aldeia terrena, aparentemente realizando as mesmas atividades que faziam aqui, neste plano dos vivos”. (VEIGA, 2000, p. 171).

CONCLUSÃO

Ao analisarmos as descrições realizadas pelos diferentes personagens presentes na história da conquista e colonização do sertão paulista, e que de alguma forma descreveram situações e fatos sobre a vida Kaingang, percebemos que a presença das aldeias se estruturam em espaços recuados da calha do rio Feio/Aguapeí, porém se fixando mais ao interior e a curta distância de um canal intermediário.

As ocupações, a partir do estabelecimento de locais fixos para a moradia indígena, estão acontecendo mais próximos ao médio curso e às cabeceiras das drenagens de seus afluentes diretos. O rio Feio/Aguapeí e suas áreas adjacentes se caracterizam como locais sazonais, sendo utilizados mais para as atividades que fundamentam a sua subsistência, com ocupações intermitentes a partir da fixação de acampamentos de caça, coleta e pesca.

Nos locais definidos para os acampamentos se erguiam construções semelhantes a das aldeias já que para o êxito dessa dinâmica econômica se utilizavam grandes períodos de tempo prolongados.

Muitas vezes levavam-se semanas e até meses em sua execução. Estes locais, ao serem constantemente revisitados, permitiam a estruturação de circuitos econômicos empreendidos pelos diferentes grupos Kaingang no domínio de seus espaços, de acordo com o modo pelo qual organizavam a ocupação territorial.

Com a pacificação e o aldeamento nos Postos Indígenas, criou-se um novo modo de intervenção na vida Kaingang. O problema em si não está no aldeamento e seus locais destinados, mas sim na prática de impedimento da continuidade e manutenção de seu modo de vida, fortemente ligada na mobilidade e no domínio territorial.

Observando as referências históricas, principalmente a ação do SPI, o que se percebe é que este órgão governamental tinha como prática estabelecer seus aldeamentos em locais já ocupados outrora pelas aldeias Kaingang, como é o caso da região onde hoje se encontra Promissão, e definida como “Vila Kaingang”, no Ribeirão dos Patos, ou mesmo a “Vila Sophia”, próxima ao rio Feio e utilizado para receber os Kaingang que se aproximavam do acampamento de atração montado pelo serviço indigenista, e oriundos de suas aldeias estabelecidas mais no interior de seus territórios.

Muito provavelmente os aldeamentos de Icatú, município de Braúna, na região de Penápolis e o de Vanuíre, no município de Arco Íris, região de Tupã, também seguiu esse procedimento. Nesse caso, se localizam muito próximas de áreas outrora definidas pelas antigas aldeias Kaingang.

Com o aldeamento limitou-se essa mobilidade, passando a forçá-los a se fixarem em pequenas parcelas de seu território e a produzirem alimentos pela agricultura desenvolvida nos modos da sociedade dominante associado à

criação de animais de corte. Mesmo que esse grupo étnico já possuísse uma agricultura instalada ao redor de suas aldeias, essa era uma atividade complementar. Além disso, a criação de animais para sua alimentação era algo inconcebível para o modo de pensar Kaingang.

Assentar os Kaingang em Vanuíre foi confiná-los em seu próprio território. Nos arredores desse mesmo local, esses mesmo indígenas já o ocuparam anteriormente como apontam os vestígios materiais localizados e identificados pelos sítios arqueológicos pesquisados.

Torna-los fixos, impedindo-os de desenvolver o seu modo de subsistência e ocupação do espaço, foi o primeiro passo para o processo de extermínio de inúmeros grupos outrora existentes na região, bem como restringir a liberdade de movimentação em sua área de domínio. Nesse contexto, o deslocamento do grupo passa agora por fazendas que vão sendo criadas no entorno do posto indígena.

Enquanto que no Posto Indígena se introduzia um sistema de plantio em que o indígena era mão-de-obra aproveitada e muitas vezes não remunerada pelo seu trabalho, a situação econômica do órgão controlador e dos próprios dirigentes prosperavam, contribuindo, assim, para o crescimento da exploração social e corrupção estatal.

Quanto aos testemunhos materiais da presença Kaingang na área pesquisada, percebemos que os sítios arqueológicos analisados e denominados Coiós 1, Coiós 2 e Coiós 3, pelo conjunto de suas características materiais, correspondem a antigas ocupações Kaingang na região pesquisada.

Pela distribuição espacial apresentada a partir da correlação entre as concentrações dos vestígios arqueológicos foi possível observar que se trata de estruturas habitacionais ocupadas pela mesma população que produziu a cultura material local.

Apesar dos Kaingang estarem associados a populações do tronco lingüístico Jê, o que se percebe é que estes grupos não constroem suas aldeias de modo circular. Essa situação fica evidente nas informações históricas, pelo qual se observa a existência de uma grande variação dos

tamanhos das construções habitacionais, bem como do modo como ocupam o espaço no contexto do vale do rio Feio/Aguapeí.

Portanto, cada sítio arqueológico identificado no contexto da pesquisa em questão, possivelmente, corresponde a uma área habitacional. Com isso teremos uma aldeia fixa que apresenta três locais de moradia ocupadas por um determinado grupo Kaingang no contexto do alto curso do ribeirão Coiós, afluente direto do rio Feio/Aguapeí.

Os vestígios materiais desses sítios, apontam para um caminho comum, permitindo a visualização de um cenário importante da ocupação indígena presente nesse contexto regional. Os dados apresentados pelos diferentes atributos definidos na análise cerâmica formam um conjunto de traços diagnósticos importantes, e que contribuem para a construção da idéia de uma Aldeia Kaingang Arqueológica, a partir da correlação de elementos comuns presentes nos sítios arqueológicos em questão.

O principal atributo da análise cerâmica e que utilizamos como referência comparativa, diz respeito ao traço decorativo. Da sistematização desse dado, observamos a presença freqüente de manchas de fuligem tanto na face externa como na face interna, com casos em que toda a peça fica escurecida como também, com apenas parcelas do fragmento esfumado.

Associado a esse elemento, percebemos a presença de brunidura, caracterizado por um polimento mais intenso e que deixa a peça com um brilho que se destaca em sua superfície, bem como em outros casos a ausência dessa ação já que a fuligem superficial se solta com mais facilidade.

A técnica de manufatura predominante foi o acordelado, percebido pelos roletes, com a presença de antiplástico formado por caco moído em conjunto com mineral. Essas variações do antiplástico observados na comparação entre os fragmentos cerâmicos dos sítios, podem estar diretamente associadas com as escolhas feitas pela ceramista de acordo com a plasticidade da argila utilizada.

As peças apresentaram paredes finas, com uma massa leve e metragens de proporções pequenas. A queima principal apresentou uma seção transversal sem a presença de núcleos, com cor variando do cinza-escuro para o preto.

Confrontando-se com os dados obtidos da análise do acervo etnográfico, percebe-se que um dos aspectos mais marcantes na cerâmica etnográfica Kaingang diz respeito ao estilo decorativo. Nota-se neste produto da olaria indígena a intencionalidade da ceramista em tratar a superfície da peça a partir do desenvolvimento de uma técnica que se baseia na aplicação de pigmentos de fuligem a partir de um esfumaçamento que gera manchas pretas e que se espalham pelo corpo da cerâmica, de acordo com o movimento provocado pela ceramista.

Em alguns casos é nítida a continuidade decorativa com a execução de brunidura superficial que uniformiza as manchas e torna a superfície da peça mais suave. Porém, percebemos que nem sempre existe a brunidura, fato que nos permite observar que a artesã deixa apenas as manchas de fuligem como produto final. Esse procedimento pode acarretar descamações dos pigmentos, como já observados nas peças etnográficas.

No estilo decorativo Kaingang, não se vê regularidades presentes nas faces da peça. A partir da técnica de pigmentação as manchas vão se formando aleatoriamente na superfície da cerâmica. O processo segue as escolhas realizadas pela artesã a partir da manipulação do utensílio ainda incandescente em contato com materiais orgânicos que se aquecem com facilidade e resultam numa combustão incompleta.

De acordo com essa dinâmica, a peça vai absorvendo os pigmentos da combustão incompleta e, de acordo com o movimento realizado pela oleira que utiliza uma grande pinça, as manchas pretas vão se constituindo na superfície da cerâmica produzindo as mais variadas formas.

No período contemporâneo o modo de confecção oleira da sociedade Kaingang, principalmente a produção de D. Candire e sua filha Ena, seguem um padrão tecnológico historicamente utilizado por seus

antepassados, permitindo assim, uma leitura comparativa dos fragmentos cerâmicos dos sítios arqueológicos pesquisados. Associado a interpretação das características decorativas percebidas na produção cerâmica, entendemos que a transmissão desse conhecimento vem sendo reproduzida de geração em geração no seio dessa sociedade.

Nesse sentido, o panorama obtido a partir do cruzamento de informações históricas, arqueológicas e etnológicas, fortalece a idéia da presença da população Kaingang no contexto do oeste paulista, principalmente na região do médio-alto curso do rio Feio/Aguapeí, pelo menos, a partir do século XIV como se configura no resultado da datação do material cerâmico.

O território indígena se caracteriza como um espaço fortalecedor de sua identidade étnica e de reconhecimento enquanto pertencente a um universo diverso. Nesse contexto, o modo de ser Kaingang se configura pelo sentimento de pertencimento a terra e aos elementos viventes nesse meio, pelo qual concebem a sua visão de mundo.

Portanto, rio Feio/Aguapeí está diretamente ligado ao modo como a sociedade kaingang fundamenta sua existência e, nesse sentido, o rio lhes pertence. Nesse sentido, retomar o território de domínio indígena passa a ser, na atualidade, uma ação fundamental na estruturação das condições necessárias para a própria continuidade da diversidade étnica presente na região oeste do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

AMENOMORI, S. N. **Curso prático de análise de material cerâmico arqueológico**. Trabalho final de curso. MAE/USP. SP. 2000.

ARAÚJO, A. G. de M. **Teoria e método em arqueologia regional**: um estudo de caso no alto Paranapanema, estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Arqueologia). 2001. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ASCHER, R. Analogy in Archaeological Interpretation. In: Deetz, J.(Ed.). **Man's Imprint from the Past**. Boston: Little Brown, 1971.

BALDUS, H. *Ensaio de etnologia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BARBOZA, L. B. H. A pacificação dos Caingangs paulistas: hábitos, costumes e instituições desses índios. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1918.

_____. Relatório dos trabalhos realizados pela inspetoria do serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais em São Paulo durante o ano de 1916. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. VIII, 1954. Nova Série.

_____. **Ofício de Cel. Nicolau B. Horta Barboza, inspetor em São Paulo e região do Mato Grosso ao chefe do SPI Cel. Vicente de Paulo T. da F. Vasconcelos.** Abril de 1940.

BARROS, F. R. de. **Achegas para a história de Penápolis : 1767 a 1948.** Tipografia A Comarca de Penápolis. São Paulo, 1948.

_____. **Padre Claro Monteiro do Amaral - trucidado pelos índios Caingangos no sertão do rio Feio.** Tipografia A Comarca de Penápolis, São Paulo, 1950.

_____. **Penápolis, história e geografia.** São Paulo: Penápolis, 1992.

BINFORD, L Organization and Formation Processes: looking at curated technologies: In: **Working at Archaeology.** New York: Academic Press, 1983.

_____. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, v. 28, 1962.

_____. Behavioral Archaeology and the Pompeii Premise. **Journal of Anthropological Research**, n. 37, 1981.

_____. Methodological Considerations of the Archaeological Use of Ethnographic Data. In: R.B. Lee; I. Devore (Ed.). **Man the Hunter.** New York: Aldine. 1968.

_____. Smudge Pits and Hide Smoking: the Use of Analogy in Archaeological Reasoning. **American Antiquity**, v. 1, n. 32, 1967.

_____. Willow Smoke and Dog's Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems and Archaeological Site Formation. **American Antiquity**, n. 45, 1980.

BOAS, F. **Race, Language & Culture.** Nova York: The Macmillan Company, 1940.

BORBA, T. M. Breve notícia sobre os índios Caingangues que, conhecidos pela denominação de Coroados, habitam no território compreendido entre os rios Tibagy e Uruguay, escrita em 1882. **Atualidade Indígena**, Paraná, 1908.

_____. Observações sobre os indígenas do estado do Paraná. **Revista do Museu Paulista.** São Paulo, v. VI, 1904.

BORELLI, S. H. S. **Os Kaingang no estado de São Paulo: transfiguração e perplexidade cultural de uma etnia.** 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. Os Kaingang no estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo. Yankatu. 1984.

BORRERO, L. A. ;YACOBACCIO, H. D. Etnoarqueología de asentamientos Aché: cazadores-recolectores del Paraguay oriental. **J.S.A.** Buenos Aires, v. LXXV, 1989.

BRANDÃO, G. M. de C. **O passado passado a limpo - antes que o tempo passe tudo a raso**. São Paulo: Penápolis, 1989.

BRIGANTE, J. **Reconhecimento dos Recursos Florestais em Remanescentes da Reserva Indígena de Vanuire, Tupã-SP**. Relatório Técnico. CRHEA/NEEA/USP. São Carlos (SP). 2006.

CALDARELLI, S. B. **Memória Regional II – Arqueologia**. Relatório encaminhado ao CNEC, para compor o EIA do prolongamento da Rodovia Castelo Branco, SP, Scientia, São Paulo, 1993.

_____. **Relatório da Avaliação Arqueológica da área de Implantação de Usina de Açúcar e Alcool em Junqueirópolis, SP**, Scientia, São Paulo, 2004.

_____. **Relatório da prospecção arqueológica no Sistema de Abastecimento de Água do Ribeirão dos Índios, Marília, SP**, Scientia, SP, 2003.

CARVALHO, J. R. S. O desbravamento dos sertões de Araçatuba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, v. XLIV, 1948.

CBH-AP. **Relatório de situação dos recursos hídricos das bacias dos rios Aguapeí e Peixe**. CETEC, SP, 1997. Disponível em <http://www.sigrh.sp.gov.br>.

CHILTON, E. S. The Cultural Origins of Technical Choice: Unraveling Algonquian and Iroquoian Ceramic Traditions in the Northeast. In: M. Stark (Ed.). **The Archaeology of Social Boundaries**. Washington: Institution Press, 1998.

COIROLO, A. D. Atividades e tradições dos grupos ceramistas do Maruanum. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Antropologia. Belém. v. 1, n. 7.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Exploração dos rios Feio e Aguapehy** - extremo sertão do estado. Tipografia Brasil. São Paulo. 1905.

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DAVID, N ; KRAMER, C. **Ethnoarchaeology in Action**. Cambridge: Univ. Press, s/d.

DAVID, N. Integrating Ethnoarchaeology: a Subtle Realist Perspective. **Journal of Anthropological Archaeology**, n. 11, 1992.

DeBOER, W.R.; LATHRAP, D. The Making and Breacking of Shipibo-Conibo Ceramics. In: C. Kramer (Ed.). **Ethnoarchaeology**. Implications of Ethnography for Archaeology, 1979.

DRUMOND, C. ; PHILIPSON, J. Os túmulos Kaingang de Parapuã. **Sociologia: Revista Didática e Científica**. São Paulo, v. IX. n 4 , 1947.

FOURNIER, P. La Etnoarqueologia y Arqueologia Experimental en el estudio de la alfarería Otomi de Valle del Mezquital, México. In: **II Workshop de métodos arqueológicos e gerenciamento de bens culturais**, n. 2, 1994, Rio de Janeiro, IPHAN, cadernos de debates.

FUNARI, P.P.A. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios).

GIBBON, G. **Anthropological Archaeology**. Columbia: University Press, 1984, p. 73-100.

GODOY, O. R. de Esqueletos e utensílios de índios encontrados no Estado de São Paulo. In: **Separata dos Arquivos da Polícia Civil de São Paulo**, São Paulo, 1947, v. XIII.

GONZALO, A. H. La Etnoarqueología, hoy: una via eficaz de aproximación al pasado. **Trabajos de Prehistoria**, Espanha, v. 52, n. 2, 1995.

GOULD, R.A. The Archaeologist as Ethnographer: a Case Study from Western Desert of Australia. **World Archaeology**, n. 31, 1971.

_____. Some current problems in ethnoarchaeology. In: **Experimental Archaeology**. New York: Columbia University Press., 1977.

_____. Beyond Analogy in Ethnoarchaeology. In: GOULD, R.A. **Explorations in Ethnoarchaeology**. Albuquerque: Univ. of New Mexico Press., 1978.

GOULD, R.A. ; WATSON, P.J. A Dialogue on the meaning and use of analogy in Ethnoarchaeological reasoning. **Journal of Anthropological Archaeology**, n. 1, 1982.

HARDIN, M.A.; MILLS, B. The Social and Historical Context of Short-Term Stylistic Replacement: a Zuni Case Study. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 3, n. 7.

HODDER, I. **Symbolic and Structural Archaeology**. Cambridge: University Press., 1982a.

_____. **The Present Past**. New York: Pica Press., 1982b.

IHERING, H. V. A antropologia do estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. VII, 1907.

_____. A Civilização prehistorica do Brazil Meridional. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. I, 1895.

_____. Os Guayanãs e Caingangs de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. VI, 1904.

KASHIMOTO, E. M. **Variáveis ambientais e Arqueologia no alto Paraná**. 1997. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo.

KENT, S. Understanding the use of space: an Etnoarchaeological approach. In: **Method and theory for activity area research** : An Etnoarchaeological approach. New York: Columbia University Press., 1987.

KRUG, E. Os índios das margens do Paranapanema. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. 20, 1915.

KUZLI, R. **Análise das gravuras do sítio arqueológico Narandiba**. 1991. Tese (Doutorado em Arqueologia) , Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LANDA, B. dos S. **Os Nandeva/Guarani e o uso do espaço na terra indígena Lindo/Jakarey, município de Japorã/MS**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

LARAIA, Roque. **Cultura**: um conceito antropológico. Brasília. 14ed. Jorge Zahar. 2001.

LEMONNIER, P. **Elements for an Anthropology of Technology**. Michigan: Museum of Anthropological Research, n. 88; Michigan: University of Michigan, 1992.

LIMA, J. F. T. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. 1978. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LONGACRE, W. Ceramic Ethnoarchaeology: An introduction. In: **Ceramic Ethnoarchaeology**. Tucson: University Arizona Press., 1991.

MANIZER, H. H. **Os Kaingang de São Paulo**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.

MANO, M. Os Campos de Aracoara: um ensaio de perspectiva Etnohistórica. **Revista Uniara**, Araraquara, n. 3. 1998.

MARANCA, S. Noções básicas para uma tipologia cerâmica. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. XXII, 1975.

MARANCA, S.; SILVA, A. L. M. ; SCABELLO, A. M. P. Projeto Oeste Paulista de Arqueologia do Baixo e Médio Vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Universidade de São Paulo, n. 4, 1994.

MARTÍNEZ, V. M.F. **Teoria y método de la Arqueologia** Espanha: Editorial Sintesis, 1993 (Série História Universal).

MELATTI, D. M. **Aspectos da organização social dos Kaingang Paulistas**. Ed. FUNAI, Brasília. 1976.

MELLO, D. S. B. de. **Entre índios e revoluções: pelos sertões de São Paulo, Mato Grosso e Goiás de 1911 a 1941**. São Paulo: Soma, 1982.

MÉTRAUX, Alfred. The Caingang. Handbook of South American Indians. In: STEWARD, J. H. (Ed.). **The Marginal tribes**. Cooper Square Publishers. New York. 1963. V. 1.

MILLER Jr, T. O. Arqueologia da região central do estado de São Paulo, In: **Dédalo**, São Paulo, n.16, 1972.

_____. Tecnologia cerâmica dos Kaingang Paulista. **Arquivos do Museu Paranaense**, Curitiba, N.S. Etnologia 2, 1978.

MOBERG, C. **Introdução a Arqueologia**. Lisboa: ed. 70, 1968.

MOI, F. P. **Organização e uso do espaço em duas aldeias Xerente: uma abordagem etnoarqueológica**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MONTICELLI, Gislene. **Vasilhas de cerâmica Guarani: resgate da memória entre os Mbyá**. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

MORAES, C. A. **A cerâmica arqueológica brasileira: definições e princípios de análise**. Apostila desenvolvida para mini-curso. Jaú, 2006.

MORAIS, J. L Projeto Paranapanema: avaliação e perspectivas. **Revista de Antropologia**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 24, 1981.

_____. Arqueologia da região Sudeste. **Revista da USP**, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 44, 2000.

_____. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século XIX. In: Mota, L.T. et all. (Org.). **Uri e Wãxi** - estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: ed, da UEL, 2000.

MUCCILO, R. ; WÜST, I. Aspectos da tecnologia cerâmica Bororo. In: **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, v. VI-VII,1981/82.

NEUPERT, M.A. Clays of Contention: An Ethnoarchaeological Study of Factionalism and Clay Composition. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v.3, n. 7, 2000.

NIMUENDAJÚ, C. **Textos indigenistas, relatórios, monografias e cartas**. São Paulo: Loyola, 1982.

OLIVEIRA, L. M. **A produção cerâmica como reafirmação de identidade étnica Maxacali**: um estudo Etnoarqueológico. 1999. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo –São Paulo.

ORSER, C. E. Jr. **Introducion a la Arqueología histórica**. Buenos Aires: Ed. Asociación amigos del Instituto Nacional de Antropología, 2000.

PALLESTRINI, L. **Interpretação de estruturas arqueológicas em sítios do estado de São Paulo**. *Coleção Museu Paulista*, São Paulo, Arqueologia, n. 1, 1975.

PINHEIRO, N. S. **Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912**. 1992. Dissertação (Mestrado em História), Unesp – Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo.

_____. Kaingang, Guarani e Oti: etnohistória no planalto paulista. **Terra Indígena**, CEIMAM/Unesp- Araraquara, São Paulo, ano XIII, n. 79, 1996.

_____. **Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo** – Oeste Paulista 1912-1967. 1999. Tese (Doutorado em História), Unesp – Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo.

_____. Terra não é troféu de guerra. In: TOMMASINO, K. et all (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2004.

PIZA, M. Notas sobre os Caingangs. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. XXXV,1938.

POLITIS, G. *Os Nukak*. Ed. Do Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas. Colômbia, 1996.

QUADROS, F. R. E. Memória sobre os trabalhos de observação e exploração efetuada pela 2ª secção da Comissão Militar encarregada da Linha Telegraphica de Uberaba à Cuiabá, de fevereiro a junho de 1889. **Revista trimestral do Instituto Histórico**. Rio de Janeiro, 1889.

REYES, M. R. A. **Promissão: sua história e sua gente**. São Paulo, Promissão, s/d.

RIBEIRO, A. G. **Mulheres indígenas na história do Brasil**. Ed. IALIM, São Paulo, Lins, 1999.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1986, 5. ed.

RICARDO, C. A. (Org.). **Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. O Acervo etnológico do MAE/USP: Estudo do vasilhame cerâmico Kaingang. **Revista do MAE/USP**, São Paulo, n. 7, 1997.

_____. **A ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, São Paulo: os grupos ceramistas do médio curso**. 1989. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. **Revista USP**, São Paulo CCS/USP, v. 01, n. 44, 2000.

RODRIGUES, R. A. **Cenários da Ocupação Guarani na Calha do Alto Paraná: um Estudo Etnoarqueológico**. 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAKAI, K. **Notas arqueológicas do Estado de São Paulo**. Instituto Paulista de Arqueologia. São Paulo: Nippon Art, 1981.

SCHADEN, E. Os primitivos habitantes do território paulista. **Revista de História**, São Paulo, v. VIII., 1954.

SCHIFFER, M. B. Archaeological Context and Systemic Context. **American Antiquity**, v. 2, n. 37, 1972.

_____. Archaeology as Behavioral Science. **American Anthropologist**, n. 77, 1975.

_____. Methodological Issues in Ethnoarchaeology. In: R.A. Gould (Ed.). **Exploration in Ethnoarchaeology**. Albuquerque: University of New Mexico Press., 1978.

_____. Toward the identification of formation processes. **American Antiquity**, n. 48, 1983.

_____. **Formation Processes of the Archaeological Record**. Albuquerque: Univ. of New Mexico Press., 1987.

_____. Technology and Society. In: SCHIFFER, M.B.(Ed.). **Technological**

Perspectives on Behavioral Change. Tucson: University of Arizona Press., 1992. p. 130-141.

SCHIMIDT, C. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904. In: **Anais do Museu Paulista.** São Paulo, 1961. Tomo XV.

SILVA, F. A. As cerâmicas dos Jê do sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xocling. In: Mota, L.T. et all. (Org.). **Uri e Wãxi** – estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: ed. da UEL, 2000.

_____. **As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva Etnoarqueológica.** 2000. Tese (Doutorado em Antropologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, S. B. da. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais.** 2001. Tese (Doutorado em Antropologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SIMIEMA, J. Em que abrigos se alojarão eles? In: Mota, L.T. et all. (Org.). **Uri e Wãxi** – estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: ed. da UEL, 2000.

SOUZA, G. P. Notas sobre uma visita a acampamentos de índios Caingangs. **Revista do Museu Paulista,** São Paulo, 1918. Tomo X.

STARK, M. Re-fitting the "cracked and broked façade": the case for empiricism in post-processual ethnoarchaeology. In: **Archaeological theory: who sets the agenda?** Cambridge: University Press. 1993.

STILES, D. Ethnoarchaeology: a Discussion of Methods and Applications. **Man,** n.s. 12, 1977.

THOMAZ, R. C. C. **O uso do SIG na predição da localização de sítios arqueológicos:** um estudo de caso na Bacia do Paraná superior. 2002. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo, São Paulo.

THOMPSON, R.H. The archaeological purpose of ethnoarchaeology. In: **Ceramic Ethnoarchaeology.** University of Arizona Press. ,1991.

TOMMASINO, K. Território e territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: Mota, L.T. et all. (Org.). **Uri e Wãxi** – estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: ed. da Uel, 2000.

TRIGGER, B. G. **Historia del pensamiento arqueológico.** Espanha: Editorial Crítica, 1992.

Van der LEEUW, S. ; TORRENCE, R. **What's New? A Closer Look at the**

Process of Innovation. London: Unwin Hyman, 1989.

VEIGA, J. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang.** 2000. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. **Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingang** – Teses e Ensaios. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006. (Série Antropologia).

WATSON, P.J. The Idea of Ethnoarchaeology: notes and comments. In: Carol Kramer (Ed.) **Ethnoarchaeology.** Implications of ethnography for Archaeology. New York: Columbia; New York: University Press, 1979.

WOBST, H. M. The Archaeo-ethnology of hunter-gatherers or the tyranny of the ethnographic record in archaeology. **American Antiquity**, v. 43, n. 2, 1978.

WÜST, I. Observações sobre a tecnologia cerâmica Karajá de Aruanã. In: **Arquivos do Museu de História Natural**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, vol. VI-VII, 1981/82.

<http://www.museudoindio.org.br>. Acesso em: 05 de fev. de 2007.

<http://www.isa.org.br>. Acesso em: 15 de maio de 2006.

ANEXOS